



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Identificação e delimitação de relações associativas em  
tesauros: um estudo de caso na área do Direito do Trabalho

Gilza Núria Brandão Marroni

Brasília  
2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros: um  
estudo de caso na área do Direito do Trabalho

Gilza Núria Brandão Marroni

Brasília

2006



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Identificação e delimitação de relações associativas em tesauros: um  
estudo de caso na área do Direito do Trabalho

Gilza Núria Brandão Marroni

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Ciência da  
Informação e Documentação da  
Universidade de Brasília, como  
parte dos requisitos para obtenção  
do título de mestre em Ciência da  
Informação.

**Orientadora:**  
Área de Concentração:  
Linha de Pesquisa:

**Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros**  
Transferência da Informação  
Arquitetura da Informação

Brasília  
2006

## FICHA CATALOGRÁFICA

Marroni, Gilza Núria Brandão  
Identificação e delimitação de relações associativas em  
tesauros: um estudo de caso na área do direito do trabalho /  
Gilza Núria Brandão Marroni. 2006.  
p. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, 2006.

1. Tesouro. 2. Relações associativas. I. Universidade de  
Brasília.

CDU 025.4.05



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação (FACE)  
Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID)  
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf)

---

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Título:** Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros: um estudo de caso na área do Direito do Trabalho.

**Autor:** Gilza Núria Brandão Marroni

**Área de Concentração:** Transferência de Informação

**Linha de Pesquisa:** Arquitetura da Informação

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Convênio Mestrado Interinstitucional (Minter) em Ciência da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCInf) do Departamento de Ciência da Informação e Documentação (CID) da Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP) como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Ciência da Informação**.

Dissertação aprovada em: 23 de maio de 2006.

Aprovado por:

Profa. Dra. Marisa Bráscher Basílio Medeiros  
Presidente – Orientador (UnB/PPGCINF)

Profa. Dra. Suzana Pinheiro Machado Müller  
Membro Interno - (UnB/PPGCINF)

Profa. Dra. Lígia Café  
Membro Externo – (UFSC)

---

Prof. Dr. Mamede Lima-Marques  
Suplente – (UnB/PPGCINF)

***"O todo é sempre algo mais que a soma das partes."***

(J. M. Carvalho Ferreira)

Ao meu passado, **Ena e Gilson.**

Ao meu presente, **Glauber.**

Ao meu futuro, **Júlia e Thales.**

Eles sabem porque...

## Agradecimentos

A **Deus**, Bondade, Sabedoria e Justiça supremas, por ter me concedido o maior dom de todos - a Vida, juntamente com a capacidade de desejar e realizar.

À minha avó **Djanira** (*in memoriam*), por ter me ensinado as primeiras letras que me conduziram ao mundo mágico dos livros e da informação.

Aos meus maravilhosos pais, **Ena** e **Gilson**, por terem, desde a minha mais tenra idade, me incentivado a explorar o mundo exterior e o meu mundo interior, permeando essas investigações com integridade, persistência e amor.

Ao meu marido e amigo de todas as horas, **Glauber**, pelo apoio incondicional na concretização deste projeto tão acalentado por nós dois.

Aos meus filhos, **Júlia** e **Thales**, que, mesmo privados parcialmente da minha presença física, entenderam meu compromisso, abdicaram das minhas atenções mais constantes e, com uma alegria contagiante, renovaram as minhas forças nos momentos de maior cansaço.

À minha querida orientadora, Dr<sup>a</sup> **Marisa Bräscher**, por ter compartilhado comigo, de forma tão generosa, o seu grande conhecimento, e cujas mãos seguras me ampararam durante toda a jornada, acendendo as luzes que me ajudaram enxergar o caminho a ser percorrido.

A todos os meus **professores do Curso de Mestrado da UnB**, profissionais à frente dos quais eu me curvo, agradecida, pela oportunidade de ter bebido nas suas fontes de conhecimento.

Aos meus **colegas do Curso de Mestrado**, em especial àqueles que se tornaram meus grandes amigos: **André, Inara, Jenner, Kárita, Márcia e Paula**, por terem construído um ambiente de união e alegria, capaz de transformar as aulas e o trabalho da dissertação em momentos de grande prazer e aprendizado.

À **UNIDERP**, pela iniciativa arrojada de investir em um curso de Mestrado cuja área é tão pouco conhecida do grande público e que veio ao encontro das expectativas dos profissionais da informação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Aos **Juízes e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região**, pela compreensão e companheirismo que possibilitaram o meu afastamento parcial do trabalho a fim de cumprir as exigências acadêmicas.

A todos os meus **amigos**, pelo incentivo e auxílio traduzidos em ações e vibrações que me fortaleceram e impulsionaram nos momentos mais difíceis.

Aos meus queridos **alunos do curso de Biblioteconomia do IESF**, por se constituírem desafios que me instigam ao estudo constante e com os quais eu espero poder compartilhar sempre novos e maiores conhecimentos.

## Sumário

### CAPÍTULO 1

<b>Introdução</b> .....	1
1.1 Contextualização .....	3
1.2 Definição do problema .....	5
1.3 Questão de pesquisa .....	7
1.4 Objetivos .....	7
1.4.1 Objetivo geral .....	7
1.4.2 Objetivos específicos .....	7
1.5 Justificativa .....	8

### CAPÍTULO 2

<b>Revisão de literatura</b> .....	10
2.1 Análise conceitual e representação documentária no processo de indexação .....	10
2.2 Linguagens documentárias .....	15
2.3 Tesouros .....	22
2.3.1 Definição, características e funções .....	22
2.3.2 Histórico .....	29
2.3.3 Princípios gerais .....	33
2.3.3.1 Conceito .....	33
2.3.3.2 Categorias e facetas .....	37
2.3.3.3 Termo .....	43
2.3.3.3.1 Aspectos lingüísticos do controle terminológico .....	47
2.3.4 Relações básicas .....	50
2.3.4.1 Relações de equivalência (USE/UP) .....	52
2.3.4.2 Relações hierárquicas .....	54
2.3.4.2.1 Genéricas ou gênero/espécie (TG/TE).....	56
2.3.4.2.2 Partitivas ou todo/parte (TGP/TEP) .....	59
2.3.4.2.3 De instância (TGI/TEI) .....	60
2.3.4.3 Relações associativas (TR) .....	61
2.3.4.4 Relações adicionais .....	68
2.4 Direito do trabalho e documentação jurídica .....	68
2.5 Conclusão da revisão de literatura .....	71

### CAPÍTULO 3

<b>Procedimentos metodológicos</b> .....	75
3.1 Tipo de pesquisa .....	75
3.2 Instrumentos utilizados .....	83
3.2.1 Tesauro Jurídico da Justiça Federal .....	83
3.2.2 Vocabulário Controlado Básico (VCB) .....	84

3.3	Coleta de dados .....	86
-----	-----------------------	----

## **CAPÍTULO 4**

	<b>Análise e discussão dos dados .....</b>	<b>90</b>
4.1	Análise dos descritores .....	90
4.2	Discussão dos resultados .....	101
4.3	Considerações finais .....	110

	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>113</b>
--	--------------------------	------------

	<b>ANEXOS .....</b>	<b>119</b>
	<b>Anexo A –</b> Notações alfabéticas utilizadas para designar as relações entre os termos dos tesauros .....	<b>120</b>
	<b>Anexo B –</b> Notações simbólicas utilizadas para designar as relações entre os termos dos tesauros .....	<b>121</b>
	<b>Anexo C –</b> Tesauro Jurídico da Justiça Federal – Relação das categorias e subcategorias da área do direito .....	<b>122</b>
	<b>Anexo D –</b> Tesauro Jurídico da Justiça Federal – Lista alfabética estruturada de termos .....	<b>126</b>
	<b>Anexo E –</b> Tesauro Jurídico da Justiça Federal – Lista alfabética de modificadores .....	<b>127</b>

## Lista de figuras

**Figura 1:** Tipos de relações associativas registradas pela literatura.

**Figura 2:** Agrupamento dos parâmetros que serviram de base para a análise dos descritores dos tesouros jurídicos.

**Figura 3:** Relação numerada de parâmetros para o estabelecimento de relações associativas.

**Figura 4:** Relações associativas analisadas no estudo de caso.

**Figura 5:** Tipos de relações associativas detectadas no estudo de caso.

## Lista de siglas

<b>ANSI</b>	American National Standards Institute
<b>BC</b>	Bibliographic Classification
<b>CDD</b>	Classificação Decimal de Dewey
<b>CDDir</b>	Classificação Decimal de Direito
<b>CDU</b>	Classificação Decimal Universal
<b>CJF</b>	Conselho da Justiça Federal
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CRG</b>	Classification Research Group
<b>IBICT</b>	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
<b>ISO</b>	Information Standards Organization
<b>LCC</b>	Library of Congress Classification
<b>LD</b>	Linguagem documentária
<b>NE</b>	Nota explicativa
<b>NISO</b>	National Information Standards Organization
<b>PRODASEN</b>	Centro de Processamento de Dados do Senado Federal
<b>RI</b>	Recuperação da informação
<b>RT</b>	Relationed term
<b>RVBI</b>	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
<b>SABI</b>	Subsistema de Administração de Bibliotecas
<b>TA</b>	Termo associado
<b>TC</b>	Termo correlato
<b>TE</b>	Termo específico
<b>TEI</b>	Termo específico de instância
<b>TEP</b>	Termo específico partitivo
<b>TG</b>	Termo genérico
<b>TGI</b>	Termo genérico de instância
<b>TGP</b>	Termo genérico partitivo
<b>TGT</b>	Teoria Geral da Terminologia
<b>TJJF</b>	Tesouro Jurídico da Justiça Federal
<b>TR</b>	Termo relacionado

<b>TRF</b>	Tribunal Regional Federal
<b>UNESCO</b>	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
<b>UNISIST</b>	United Nations International System of Information on Science and Technology
<b>UP</b>	Usado para
<b>VCB</b>	Vocabulário Controlado Básico
<b>VD</b>	Visto de

## Resumo

Pesquisa que objetiva identificar e delimitar as relações associativas em tesouros, através da investigação de suas características conceituais. Tema pouco explorado pela literatura e manuais das áreas da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, justifica-se pelo fato desse tipo de relacionamento ser empregado, na maioria das vezes, de forma subjetiva, resultando na limitação do tesouro como ferramenta de indexação, o que compromete sua utilização por sistemas inteligentes de busca. A metodologia do trabalho constitui-se de três etapas: a) identificação, na literatura e manuais, das recomendações dos autores acerca dos parâmetros conceituais que permitem reconhecer as relações associativas; b) realização de um estudo de caso na área do Direito do Trabalho, que analisa esse tipo de relacionamento em descritores extraídos dos tesouros jurídicos da Justiça Federal e do Senado Federal; c) comparação entre os apontamentos teóricos e as aplicações constatadas no estudo de caso, a fim de elencar os grupos conceituais identificados. O resultado da pesquisa aponta para a existência de diferentes tipos de relações associativas que, embora guardem um princípio comum, são passíveis de desmembramento, o que lhes permite uma melhor explicitação.

Palavras-chave: TESAURO, RELAÇÕES ASSOCIATIVAS, CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS, TERMINOLOGIA JURÍDICA TRABALHISTA, VOCABULÁRIO CONTROLADO BÁSICO, TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL.

## Abstract

This research has the objective of identifying and delimitating the associative relationships in thesauri, through the investigation of their conceptual characteristics. The theme is little explored in the literature and in the manuals of both Library Science and Science of Information and its importance lies in the fact that this kind of relationship is used, most times, in a subjective way, resulting in the limitation of the thesaurus as an indexation tool, which compromises its utilization by intelligent search systems. The methodology consists in three phases: a) identification, in the literature and in the manuals, of the authors' recommendations about the conceptual parameters that lead to the recognition of the associative relationships ; b) conduction of a case study in the field of Labor Law, that analyses this sort of relationship in descriptors extracted from juridical thesauri of Federal Justice and Federal Senate; c) comparison between the theoretical issues and the applications of the case study, in order to enumerate the conceptual groups identified. The result of the research points to the existence of different sorts of associative relationships that, in spite of having a common principle, are liable to have ramifications, which allows them to have a better definition.

Key words: THESAURUS, ASSOCIATIVE RELATIONSHIPS, CONCEPTUAL CHARACTERISTICS, JURIDICAL LABOR TERMINOLOGY, VOCABULÁRIO CONTROLADO BÁSICO, TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL.

# CAPÍTULO 1

## Introdução

As relações associativas apontadas pelos tesouros constituem o objeto desta pesquisa, sob o argumento de não se apresentarem identificadas e delimitadas de modo uniforme pela literatura da área da Ciência da Informação e pelos manuais de elaboração de tesouros, comprometendo a sua função nos processos de representação e recuperação do conteúdo dos documentos.

A discussão do tema se mostra oportuna diante do caos documental promovido pela *Internet*, que demanda providências no sentido de se buscar mecanismos que possibilitem a recuperação semântica dos conteúdos dos documentos ali armazenados.

Com vistas a perquirir o assunto, propôs-se uma investigação composta de três etapas: o reconhecimento, na supracitada literatura e manuais, desses elementos identificadores e delimitadores; um estudo de caso na área do Direito do Trabalho, tendo por base a análise conceitual de termos constantes do Tesouro Jurídico da Justiça Federal e do Vocabulário Controlado Básico, do Senado Federal; e, por fim, o confronto da teoria com a prática, com o objetivo de identificar os parâmetros capazes de explicitar mais adequadamente essas relações associativas.

A pesquisa, do tipo bibliográfica e descritiva, não elaborou hipóteses a serem testadas e abordou um tema ainda pouco estudado, caracterizando-se, portanto, como de caráter exploratório. No que concerne ao estudo de caso, ao analisar 204 relações associativas, ela se constituiu pesquisa documental, de abordagem quanti-qualitativa.

Com relação à sua estrutura, o presente trabalho compõe-se de quatro capítulos, além de referências e anexos, como demonstrado a seguir.

O **primeiro capítulo** introduz o tema, contextualizando-o na área da recuperação da informação (Seção 1.1) e definindo com maior clareza o problema da pesquisa (Seção 1.2). Também explicita, de forma interrogativa, a questão da pesquisa (Seção 1.3) e expõe os objetivos geral e específicos (Seções 1.4 e subseções 1.4.1 e 1.4.2), justificando a relevância da discussão (Seção 1.5).

O **segundo capítulo** apresenta a revisão de literatura, que aborda o papel da análise conceitual e da representação documentária no processo de indexação (Seção 2.1); as linguagens documentárias como instrumentos desse processo (Seção 2.2) e os tesouros, uma dessas linguagens, analisados sob seus vários aspectos: definição, características, funções, histórico, princípios e relações básicas, dentre elas, as associativas (Seção 2.3). Introduz, ainda, o tema do direito do trabalho e da documentação jurídica (Seção 2.4), haja vista constituírem a área escolhida para o estudo de caso. Por fim, apresenta a conclusão desse exame, sob a ótica da autora (Seção 2.5).

O **terceiro capítulo** expõe os procedimentos metodológicos utilizados, definindo o tipo da pesquisa (Seção 3.1) e apresentando a seleção da amostra (Seção 3.2), bem como os instrumentos eleitos para realizar o estudo de caso, quais sejam, os tesouros jurídicos da Justiça Federal e do Senado Federal (Subseções 3.2.1 e 3.2.2), e o processo de coleta de dados (Seção 3.3).

O **quarto capítulo** é composto pela análise dos descritores (Seção 4.1), pela discussão dos resultados (Seção 4.2) e pelas considerações finais acerca do tema (Seção 4.3).

Posteriormente, são apresentadas as referências das obras consultadas e os anexos, que têm a função de ilustrar as discussões apresentadas ao longo do trabalho.

## 1.1 Contextualização

O conceito de informação, visto como elemento determinante do desenvolvimento da sociedade, foi impulsionado pelo intenso avanço científico e tecnológico ocorrido após a Segunda Grande Guerra, que acentuou o fenômeno da explosão documental e reforçou a idéia de que a renovação do estoque de conhecimento da humanidade só ocorre a partir da obtenção de novas informações. Outros fatores, tais como a democratização do ensino e as alterações sócio-políticas vieram contribuir para a consolidação desse novo paradigma fazendo com que bibliotecários e documentalistas intensificassem a sua atenção para o problemático tema da recuperação da informação.

Os sistemas de classificação não eram novidade para a área, porém, nas décadas de 1950 e 1960, ocorreu uma concentração de esforços em torno da busca por novas técnicas de análise conceitual, assim como da criação e aperfeiçoamento dos sistemas de organização e representação documentária, a fim de proporcionar a tão almejada recuperação da informação.

Dentre os esforços bem sucedidos destacaram-se as linguagens documentárias e, em especial, os tesouros. Estes, embora já tivessem sido objeto de estudo de Peter Mark Roget, em 1852, viram seus princípios resgatados pelo sistema Unitermo, de Mortimer Taube, em 1951.

Porém, o acelerado avanço da informática, potencializado a partir da década de 1980, levou os profissionais da informação a questionarem seus instrumentos de trabalho e, dentre eles, o tesouro, uma vez que se pensou, num primeiro momento, que o computador, por si só, seria capaz de sanar o problema da recuperação da informação.

O que se viu ao longo das duas décadas seguintes, e, em especial, a partir da década de 1990, foi o agravamento desse problema, em razão dos inúmeros documentos que passaram a ser disponibilizados pela Internet, levando a um caos documental.

Nesse ambiente de perplexidade, restou constatada a importância dos esquemas mentais de organização da informação, atrelados às vinculações semânticas dos seus conteúdos, como possibilidades razoáveis de recuperação eficiente dos documentos relevantes.

Pode-se afirmar que a recuperação da informação depende, em grande parte, da representação adequada dos conteúdos dos documentos e para que isso ocorra, faz-se necessário promover a análise conceitual dos mesmos. Esse procedimento constitui-se uma das fases da indexação, que utiliza como instrumento de tradução as linguagens documentárias, viabilizadas através das classificações, dos tesouros e das listas de cabeçalhos de assuntos.

Os tesouros, por sua vez, apresentam como uma de suas características mais marcantes a possibilidade de estabelecer relações entre os termos que o compõem, sendo essas de equivalência, hierárquicas ou associativas.

Enquanto os dois primeiros tipos de relacionamento encontram-se claramente definidos pela literatura da área, o mesmo não acontece com os relacionamentos associativos, que carecem de uma delimitação mais precisa, a fim de justificar a sua importância no processo de recuperação da informação.

Partindo dessa premissa, o presente trabalho propôs buscar na literatura da área da Ciência da Informação o entendimento dos autores acerca das características conceituais que permitem identificar e delimitar as relações associativas, bem como verificar a aplicação dessas recomendações no Tesouro Jurídico da Justiça Federal, de responsabilidade do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, e no Vocabulário Controlado Básico (VCB), publicado pela Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal, a fim de contribuir para a formulação de uma metodologia sobre o tema.

A opção pela análise de tesouros jurídicos se justifica pelo fato desse tipo de documentação apresentar, afora as dificuldades de recuperação da informação inerentes a qualquer outra área técnica, agravantes com relação à variedade de formato (doutrina, legislação e jurisprudência), produção em larga escala de documentos e alteração constante de conteúdo, dentre outros fatores.

Devido à impossibilidade temporal de se proceder à análise de todas as relações associativas existentes nesses tesouros, optou-se por delimitar a pesquisa à área do Direito do Trabalho, haja vista tratar-se de uma especialidade familiar à autora, que há treze anos atua como bibliotecária em uma corte trabalhista. Tal condição agrega elementos que lhe permitem uma maior compreensão do universo a ser explorado, bem como dos instrumentos utilizados nesse empreendimento.

Após a análise teórico-metodológica acerca das características conceituais que compõem as relações associativas, e da constatação de como esses entendimentos são implementados pelo Tesouro Jurídico da Justiça Federal e pelo VCB, foi realizado um estudo comparativo que objetivou apontar parâmetros a serem considerados no processo de estabelecimento desse tipo de relação, a fim de torná-las mais claras e de fácil aplicação. Em última instância, buscou-se oferecer maior consistência a esse recurso do tesouro, de modo a permitir-lhe uma aplicação mais ampla pelos sistemas de busca informatizados.

## **1.2 Definição do problema**

Os tesouros, a fim de cumprirem o seu papel de instrumentos de representação dos conteúdos dos documentos, apresentam, como recurso, a possibilidade de estabelecer relacionamentos semânticos entre os descritores, através das indicações de equivalência, hierárquicas e associativas entre os termos.

No que tange às relações de equivalência e hierárquicas, vasta literatura existe contemplando análises minuciosas, capazes de desenhar um perfil bem definido sobre o tema, porém o mesmo não ocorre com as relações associativas. A questão crucial que se apresenta a respeito destas últimas é a incipiente discussão acerca das características conceituais que permitem identificá-las e delimitá-las. Percebe-se que as decisões sobre quando e como lançar mão desse recurso do tesouro se baseiam muito mais na experiência dos seus elaboradores e no

conhecimento que eles possuem acerca da área do que, propriamente, em princípios científicos. Conseqüentemente, essas relações semânticas entre os descritores nem sempre são claras e rigorosas.

Gomes (1996, p. 4) alerta que a ausência de princípios no estabelecimento desse tipo de relação remonta ao Thesaurus de Roget<sup>1</sup>:

Mas, se para estabelecer relações genérico-específicas o tesouro documentário adotava algum fundamento, os princípios para estabelecer outras relações – sobretudo as relações associativas – nunca foram claros. Assim, ora as relações partitivas eram consideradas como genérico-específicas, ora como associativas; também pela ausência de princípios, freqüentemente fica-se sem entender porque dois termos estão ligados associativamente.

Os tesouros, de modo geral, têm apresentado como relacionamento associativo todo aquele que não pode ser definido como hierárquico ou equivalente. Tal raciocínio, cujo ponto de partida é uma negação, propicia a descaracterização desse tipo de relacionamento, subtraindo-lhe uma identidade própria e ampliando, de forma confusa, o seu escopo.

Os manuais de elaboração de tesouros, que têm a função de auxiliar o indexador com relação a esse conteúdo, também não são unânimes em apresentar os diferentes tipos de relacionamento associativo, dando margem a entendimentos e aplicações diversificadas desse recurso.

Essa inconsistência de definição - traduzida pela grande extensão do que se configura relacionamento associativo - somada à ausência de regras expressas pelas normas e manuais acerca das várias facetas (ou sub-tipos) que o compõem, comprometem a utilização dos termos relacionados (TRs) pelos sistemas inteligentes de buscas na Web. Com relação a esse ponto, é preciso salientar que o atendimento às demandas informacionais impostas pela sociedade atual transitam, necessariamente, pela rede mundial de computadores, relegando ao desuso os instrumentos, técnicas e recursos que não se adequam a esse novo paradigma.

Portanto, a utilização futura do tesouro como estrutura de relação semântica, depende, em parte, de uma melhor caracterização dos relacionamentos associativos.

### **1.3 Questão de pesquisa**

Que características conceituais permitem identificar e delimitar as relações associativas em tesouros?

### **1.4 Objetivos**

#### **1.4.1 Objetivo geral**

Identificar características conceituais que permitam delimitar as relações associativas em tesouros.

#### **1.4.2 Objetivos específicos**

- Identificar na literatura, manuais e normas de elaboração de tesouros, os parâmetros utilizados para o estabelecimento de relações associativas, analisando convergências e divergências.
- Reconhecer a natureza das relações associativas implementadas por tesouros jurídicos, através da análise de descritores da área do Direito do Trabalho.

---

<sup>1</sup> O *Thesaurus of English words and phrases*, de autoria de Peter Mark Roget, será tema da Subseção 2.3.2.

- Discutir a compatibilidade existente entre os parâmetros recomendados pela literatura e aqueles implementados pelos tesouros, no que diz respeito às características conceituais das relações associativas.

## 1.5 Justificativa

Nos dias atuais, o processo de intercâmbio de informações necessita pautar-se em princípios teóricos consistentes, de modo a garantir a qualidade de seus resultados, pois, de acordo com Gomes e Campos (2004, p. 1):

Atualmente, bases de dados de todos os tipos têm proliferado com a disponibilização de informações em rede e principalmente na Web. A recuperação dos conteúdos informativos ainda não é realizada de forma satisfatória, devido à falta de ferramentas de acesso adequadas, que viabilizem, por exemplo, o controle terminológico. O que vem ocorrendo de modo mais freqüente é a utilização de métodos automáticos de indexação e recuperação de informações, que, por si, só, estão muito distantes de serem uma solução apropriada, pois se baseiam na freqüência de ocorrência dos termos, não atentando para questões ligadas à sua natureza semântica.

Ao inserir o tesouro nessa discussão, Gomes e Campos (2004, p. 11), com argumentos irrefutáveis, complementam:

O tesouro é mais do que simplesmente disciplinar o uso de termos: ele é uma estrutura de conceitos e, no momento em que tanto se fala em organização de domínios de conhecimento e sua representação, a estrutura conceitual não pode ser desconsiderada.

Uma das funções mais características do tesouro é a possibilidade de oferecer ao usuário do sistema de informação a oportunidade de ampliar qualitativamente o escopo de sua pesquisa, através da sinalização de conceitos relacionados. Entretanto, a ausência de rigor metodológico na condução dessas indicações tem levado indexadores e usuários a questionarem o objetivo e a eficácia desse recurso.

Desta ponderação origina-se o presente estudo, que propõe a investigação do tema, tanto na literatura como através da análise de tesouros da

área jurídica, a fim de apontar as características conceituais capazes de identificar e delimitar as relações associativas.

A justificativa da proposta reside na intenção de contribuir para uma melhor utilização dos tesouros, uma vez que eles se constituem recurso significativo para o processo de recuperação semântica da informação, atualmente potencializado diante do inesgotável volume de conteúdos disponíveis na Internet.

Sob o ponto de vista teórico-metodológico, este estudo se reveste de importância à medida que propõe delimitar mais adequadamente os relacionamentos associativos, se necessário, sugerindo seu desmembramento em diferentes tipos de relações, de modo a possibilitar uma aplicação mais eficaz desse recurso.

Pela ótica da praticidade, a proposta em questão visa contribuir para uma melhor estruturação dos tesouros, facultando sua utilização, em maior grau, por sistemas de busca inteligentes.

A consolidação do tesouro enquanto instrumento eficiente de indexação e de recuperação da informação, somente será possível mediante a avaliação acurada dos seus recursos, a identificação de suas deficiências e a busca de soluções que levem à construção de organizações conceituais mais fidedignas.

Resta destacar que, em última instância, uma melhor compreensão das relações associativas por parte dos indexadores será capaz de conduzir o usuário a vinculações semânticas mais adequadas, contribuindo, desse modo, para o aumento do nível de satisfação no atendimento de suas necessidades de informação, independente da forma ou local onde elas estejam armazenadas.

## CAPÍTULO 2

### Revisão de literatura

#### 2.1 Análise conceitual e representação documentária no processo de indexação

O ato de identificar e descrever um documento de acordo com o seu assunto é conhecido como indexação<sup>2</sup>, e seu objetivo precípua consiste em orientar o usuário sobre esse conteúdo intelectual, permitindo, dessa forma, a sua recuperação.

Guinchat & Menou (1978) *apud* Bräscher (1999) definem indexação de uma forma bastante pragmática como sendo a operação pela qual se escolhe os termos mais apropriados para representar o conteúdo de um documento.

A indexação é também entendida como o processo de gerar índices, podendo ser realizada de forma manual ou automatizada.

Segundo Silveira (2003, p. 28),

[...] nos sistemas de RI (recuperação da informação) automatizados, o índice é gerado por algoritmos que analisam sintaticamente os documentos e extraem os termos de indexação para compor o índice, com base em operações previamente estabelecidas. Para cada palavra-chave, o sistema de RI gera uma lista de documentos nos quais a palavra-chave ocorre. Uma observação importante é que, em tal processo de indexação, a estrutura dos documentos é perdida, como também é perdida parte da semântica contida nos documentos.

E complementa:

---

<sup>2</sup> **Indexação:** “Não se tem informação exata da data em que se começou usar essa expressão. Deve ter sido ainda antes de 1945, pois, nas referências às classificações facetadas, já se fala da indexação” (CURRÁS, 1995, p. 92).

No processo de indexação automática em uma biblioteca digital, a seleção das palavras-chave, que representarão os documentos no índice, é feita através da análise automática do texto dos documentos. A partir de operações pré-definidas, os programas de indexação selecionam automaticamente palavras-chave contidas no texto para compor o índice.

Com relação ao processo manual de indexação, Lancaster (2004, p. 9) argumenta que ele é constituído de duas etapas: análise conceitual e tradução. Porém, essa divisão pode ser explicitada de modo mais didático, considerando-se três etapas: **a análise conceitual** (identificação do conteúdo do documento), **a seleção dos conceitos representativos desse conteúdo** (nível de abordagem) e **a tradução documental** (da linguagem natural para a de cunho artificial).

Com relação à **primeira etapa** da indexação, importante reportar-se a Preschel (1972) *apud* Lancaster (2004, p. 15) que define “conceito” como material indexável e estende esse raciocínio para a análise conceitual, explicando-a como “a percepção pelo indexador de material indexável”.

Registre-se que a análise conceitual utiliza-se da leitura documentária para desestruturar o conteúdo de um texto até o ponto em que ele seja capaz de corresponder a um assunto passível de ser representado pelas linguagens documentárias<sup>3</sup>.

Cintra (1990, p. 29) ressalta que a leitura para fins documentários não é “neutra”, uma vez que, sendo a linguagem intrinsecamente comprometida com o cultural e o ideológico, tanto o processo de produção do texto, quanto o de recepção não se isentam destes componentes.

Ainda com relação à neutralidade da leitura, Cunha (1987, p. 38-39) argumenta que a “leitura única e absoluta”, por parte do bibliotecário ou documentalista, é um preconceito: o leitor documentalista, como indivíduo inserido no processo de produção, consumo e tradução de informações, superpõe sua visão ideológica à linguagem e ideologia dos textos que lê e analisa.

Como produto da leitura documentária tem-se a síntese documentária, construída a partir dos elementos mais significativos do texto original, em função dos objetivos institucionais, perfis dos usuários e terminologia da área analisada. Esta síntese gera produtos tais como: palavras-chave, expressões ou termos, resumos,

referências bibliográficas etc., que, de uma forma mais ou menos elaborada irão permitir que a recuperação da informação seja efetivada.

Porém, há que se considerar algumas limitações impostas à análise conceitual, decorrentes de erros, omissões e desconhecimento da área de domínio, por parte do documentalista, e das inconsistências de algumas linguagens documentárias. O reflexo dessas falhas é facilmente percebido durante a busca pela informação, dificultando ou até mesmo impedindo a recuperação do documento desejado.

A análise conceitual corresponde à identificação do assunto, porém, durante esse procedimento o indexador deve considerar tão importante quanto o assunto de que trata o documento, a clientela à qual ele se destina. Tal enfoque é reforçado por Dabney (1986) *apud* Lancaster (2004, p. 8) que fez distinção entre a indexação voltada para o documento e aquela voltada para a consulta.

A etapa de **seleção dos conceitos** implica na escolha daqueles mais significativos, capazes de expressar o conteúdo do documento.

Com relação a esse procedimento, deve-se considerar:

- a abrangência da indexação: exaustiva ou seletiva;
- a profundidade<sup>4</sup> da indexação: genérica ou específica.

Com relação à abrangência, Lancaster (2004, p. 29) esclarece: quanto mais assuntos forem incluídos para cobrir o âmbito de abrangência do documento, mais exaustiva será a indexação, e, por outro lado, quanto menos assuntos forem incluídos para representar o mesmo conteúdo, mais seletiva ela será.

---

<sup>3</sup> As linguagens documentárias são abordadas de forma mais detalhada na Seção 2.2.

<sup>4</sup> O termo 'profundidade' é frequentemente empregado para designar a quantidade de termos atribuídos a um documento [...] em lugar de 'exaustividade'. Ambos são termos imprecisos e podem ser enganosos [...] Neste livro, 'exaustividade' refere-se ao âmbito de abrangência da indexação [...] [e] 'profundidade' é um termo menos satisfatório porque denota o oposto de abrangência e se aplica de modo mais apropriado à dimensão de especificidade [...] (LANCASTER, 2004, p. 28-9).

Um sistema de informação cuja indexação é exaustiva apresenta alto índice de revocação<sup>5</sup> durante a busca, pois ao realizar a cobertura temática do documento na sua totalidade, utilizando-se de um expressivo número de termos, amplia sua capacidade de recuperar itens relevantes.

Por outro lado, a seletividade não implica, necessariamente, no aumento do índice de precisão<sup>6</sup>, isto porque, uma indexação seletiva pode abordar o conteúdo de um documento de forma genérica ou específica.

No que diz respeito ao nível de profundidade da indexação, a especificidade é apresentada por Piedade (1983, p. 12) como “a exatidão com que os descritores ou símbolos de classificação utilizados permitem representar o assunto dos documentos”, ou, por Cutter (1876) *apud* Lancaster (2004, p. 34): é o princípio “segundo o qual um tópico deve ser indexado sob o termo mais específico que o abranja completamente”.

Foskett (1973, p. 13), discordando de Lancaster (2004, p. 28), no que se refere à terminologia, esclarece que exaustividade corresponde à profundidade de análise de um documento objetivando a indicação do assunto a ser especificado, enquanto que especificidade significa o grau de precisão da indexação.

Importante destacar, mais uma vez, Piedade (1983, p. 11-2), que sintetiza serem a exaustividade e a especificidade os dois fatores mais importantes que governam a revocação e a precisão. A exaustividade aumenta a revocação e diminui a precisão, enquanto que uma maior especificidade leva à menor revocação e maior precisão. Dito de outro modo, revocação e precisão são conceitos inversamente proporcionais, pois quanto maior a capacidade de revocação de um sistema, menor o índice de precisão no momento da recuperação das informações e vice-versa.

---

<sup>5</sup> **Revocação:** é a relação entre o número de documentos relevantes recuperados pelo sistema de informação e número total de documentos relevantes contidos no sistema. Lancaster (2004, p. 4), define revocação como a extensão com que todos os itens úteis são encontrados, e, ainda, como a capacidade de recuperar documentos úteis.

<sup>6</sup> **Precisão:** é a relação entre o número de documentos relevantes recuperados pelo sistema de informação e o número total de documentos recuperados. Segundo Lancaster (2004, p. 4), é a capacidade de evitar documentos inúteis.

No que concerne à **tradução dos conceitos dos documentos**, Alvarenga (2001, p. 1) lembra que “representar significa o ato de colocar algo no lugar” e alerta: “reportando-se a Goethe, Vickery já afirmava em 1986 que toda a representação do conhecimento é simbólica e constitui-se em matéria que vem preocupando o mundo da documentação desde a sua origem”.

Esta etapa, que envolve a conversão da análise conceitual de um documento num determinado conjunto de termos de indexação, pode se dar por extração ou por atribuição.

Lancaster (2004, p. 18) faz a distinção entre os dois:

Na indexação por extração, palavras ou expressões que realmente ocorrem no documento são selecionadas para representar seu conteúdo temático. A indexação por atribuição envolve a atribuição de termos ao documento a partir de uma fonte que não é o próprio documento. Os termos podem ser extraídos da cabeça do indexador [...]

Na indexação, essa representação pode efetivar-se através de um tipo de linguagem denominada natural ou através de uma linguagem artificial, também conhecida como linguagem documentária ou de indexação.

A linguagem natural é aquela habitualmente utilizada na fala e na escrita e cujos sinais são reconhecidos pelo senso comum, ao contrário das artificiais, que são construídas com vistas a facilitar a comunicação entre os sistemas de informação e seus usuários.

Uma das características mais marcantes da linguagem natural é a sua ambigüidade semântica, que resulta da polissemia, homonímia e sinonímia<sup>7</sup>, e dificulta a recuperação da informação. Em seu favor, argumenta-se que ela não necessita ter os conceitos traduzidos em descritores, o que os torna mais fidedignos.

No que tange à linguagem artificial, esta tem o poder de neutralizar as deficiências da linguagem natural no que diz respeito à ambigüidade, porém necessita submeter-se ao processo de tradução dos conceitos, o que pode comprometer a integridade dos resultados.

---

<sup>7</sup> A polissemia, a homonímia e a sinonímia são abordadas na Subseção 2.3.3.3.1.

## 2.2 Linguagens documentárias

O ser humano, indivíduo social por excelência, utiliza sistemas simbólicos para se comunicar com os seus semelhantes, a fim de expressar sentimentos e idéias. Dentre os símbolos portadores de informação destacam-se as palavras (unidades documentárias), expressas por meio da linguagem. Esta, quando especializada e representativa de determinada área do conhecimento denomina-se terminologia e busca exprimir os conceitos concretos ou abstratos (conhecimentos elaborados pelo pensamento) através dos termos (símbolos lingüísticos). A comunicação dessa terminologia é efetivada mediante o processo documentário que, dentre outras providências, converte a linguagem natural dos documentos em linguagem artificial, controlada.

Currás (1998, p. 14) reforça esse entendimento:

Todo el conjunto de palabras – términos – referidos a un tema, que formaban parte de un vocabulario especializado, componían un lenguaje, a su vez, especializado. Pronto se observó que esos lenguajes deberían estructurarse de alguna manera, relacionando los términos de una forma lógica para su mejor localización, dentro del propio lenguaje y su posterior uso. Se pasaba de un lenguaje natural, el de los documentos, a un lenguaje estructurado, el de la información en ellos contenida.

Essas linguagens, quando reunidas de forma organizada, constituem as linguagens documentárias (LDs), ou seja, os instrumentos de representação da informação utilizados na indexação, armazenamento e recuperação dos documentos, que têm por finalidade permitir a comunicação entre o usuário e o sistema de informação.

Acerca desse tema, Dodebei (2002, p. 40) esclarece:

Segundo Wanderley (1973, p. 176), as linguagens documentárias recebem denominações diversas, tais como linguagens de indexação (Melton, J.); linguagens descritoras (Vickery, B.); codificações documentárias (Grolier, E.); linguagens de informação (Soergel); vocabulários controlados (Lancaster, F.W.); lista de assuntos autorizados (Montgomery, C.); e, ainda, linguagens de recuperação da informação, linguagens de descrição da informação.

Elas são, tradicionalmente, consideradas instrumentos de controle terminológico que atuam em dois níveis: a) na representação da informação obtida

pela análise e síntese dos textos; b) na formulação de equações de busca de informação (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1992, p. 197).

Uma vez que as linguagens documentárias podem ser definidas como controladas, normalizadas, utilizadas com fins classificatórios, no sentido mais amplo desta expressão (CURRÁS, 1998, p. 16), são exemplos de LDs: os sistemas de classificação bibliográfica, as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros.

Lancaster (2004, p. 19) lembra que

[...] todas procuram apresentar os termos tanto alfabética quanto “sistematicamente”. Nas classificações, o arranjo alfabético é secundário, na forma de um índice que remete para o arranjo principal, que é hierárquico. No tesouro, o arranjo explícito dos termos é alfabético, mas existe uma estrutura hierárquica implícita, incorporada à lista alfabética por meio de remissivas. A tradicional lista de cabeçalhos de assuntos é similar ao tesouro por ser de base alfabética, mas difere dele porque incorpora uma estrutura hierárquica imperfeita e por não distinguir claramente as relações hierárquicas das associativas.

Ele ainda complementa que “os três tipos de vocabulário controlam sinônimos, distinguem homógrafos e agrupam termos afins, mas empregam métodos um tanto diferentes para alcançar estes objetivos”.

Não obstante haja alguma limitação em torno do emprego do termo “classificação”, como se ele se exaurisse na atribuição de um número a um item bibliográfico, a fim de possibilitar o seu arranjo nas estantes, é preciso destacar que a classificação adquire um sentido muito mais amplo quando analisada sob a ótica do tratamento e da recuperação da informação.

Na indexação, durante a fase de análise temática de um documento, o indexador se utiliza da classificação enquanto processo mental que o permite agrupar esse documento com os seus semelhantes de conteúdo. A fase de tradução possibilita que seja atribuído um rótulo a essa análise temática, podendo ser este um termo ou um número retirado de um esquema de classificação.

Mais uma vez torna-se essencial resgatar Lancaster (2004, p. 21), que ratifica tal afirmativa com o seguinte parecer: “tesouros, cabeçalhos de assuntos e esquemas de classificação bibliográfica são essencialmente listas dos rótulos com os quais se identificam e, porventura, se organizam essas classes”.

Para Vickery (1975, p.1), classificar, em termos simples, significa reunir coisas ou idéias que são semelhantes e separar aquelas que são diferentes. Acompanhando esse raciocínio, ele destaca as quatro principais áreas nas quais a classificação pode ser utilizada para a recuperação da informação: arranjo dos livros nas estantes, bibliografia, índices alfabéticos e sistemas pós-coordenados<sup>8</sup> (destaque-se aqui os tesouros).

Ainda com relação a esse entendimento parcial do termo classificação, pontue-se que a estruturação de uma LD requer, anteriormente, a construção de um esquema de classificação, lembrando que este pode prescindir de uma notação.

A mesma compreensão é compartilhada por Bliss (1952) *apud* Bräscher (1999), ao pontuar que uma classificação de material bibliográfico é uma classificação de assuntos, que, na verdade, constitui-se numa organização estrutural do conhecimento e do pensamento e que atende a objetivos funcionais de organização do conhecimento.

A mais importante característica de uma classificação de assunto é o fato dela ser uma linguagem artificial, uma ferramenta que ajuda na seleção de informações armazenadas para responder questões de busca (VICKERY, 1975, p. 13).

Os sistemas de classificação bibliográfica surgiram com o objetivo de agrupar objetos em classe, tendo por base o seu conteúdo temático. Suas primeiras manifestações ocorreram no século XIX e são definidas por Guarido (2001, p. 8) como

[...] uma distribuição sistemática de conceitos em diversas categorias ou classes, de tal maneira que cada assunto tenha um lugar predefinido. Trata-se de uma linguagem codificada de forma numérica, alfabética ou alfanumérica que pretende ser a descrição sintética do conteúdo dos documentos.

---

<sup>8</sup> **Sistema pós-coordenado:** os termos são registrados separadamente e relacionados no momento da busca (*a posteriori*), por meio da sintaxe booleana, o que resulta em uma relação lógica entre eles. Esse tipo de sistema surgiu na década de 1940 e utilizava vários tipos de fichas. Atualmente são utilizados em sistemas de busca informatizados por apresentarem alto grau de flexibilidade.

Vários foram os sistemas de classificação que mereceram destaque ao longo da história da Biblioteconomia, a saber: a Library of Congress Classification – LCC (1815), a Classificação Decimal de Dewey – CDD (1876), a Expansive Classification, de Charles Ami Cutter (1893), a Classificação Decimal Universal – CDU, de Paul Otlet e Henri de La Fontaine (início do século XX), a Bibliographic Classification – BC, de Bliss (1936), e a Colon Classification ou Classificação dos Dois Pontos, de Ranganathan (1930/40).

Esta última, concebida a partir de um raciocínio diferente que rompia com a metodologia vigente à época por utilizar o método facetado (dedutivo), foi a que mais se aproximou das classificações filosóficas gregas ao permitir que um mesmo assunto fosse analisado sob diversos ângulos, propiciando uma visão holística de qualquer área de assunto como um todo. Tal flexibilidade tornou-a uma referência obrigatória para os pesquisadores das áreas de análise temática e representação da informação.

Atualmente, é consenso que, embora as classificações possam ser utilizadas como os primeiros esquemas no processo de análise de um documento, elas contêm limitações no que concerne à etapa de representação do conteúdo, principalmente quando os assuntos são complexos. Isso porque, freqüentemente, apresentam caráter enciclopédico, contemplam estruturas rígidas, são enumerativas e constituem-se sistemas pré-coordenados<sup>9</sup>.

No entanto, as classificações não tendem a desaparecer, pois seus princípios foram resgatados pelas áreas de tratamento e recuperação da informação e estão sendo aplicados na organização de *sites* e na organização conceitual para auxílio à busca (BRÄSCHER, 1999).

Esse posicionamento encontra acolhida em Gomes (1996), que conclui:

A literatura tem mostrado que a classificação está presente não apenas nos sistemas de recuperação de informação, mas na base de sistemas e atividades que se ocupam da organização do conhecimento em suas diferentes manifestações como, por exemplo, os sistemas de inteligência

---

<sup>9</sup> **Sistema pré-coordenado:** os termos são previamente agrupados a fim de identificarem itens específicos, constituindo uma relação gramatical entre eles. Apresenta maior precisão na busca quando comparado ao pós-coordenado, porém suas características de inflexibilidade sugerem uma utilização moderada desse recurso.

artificial e hipertextos. A unidade a ser manipulada nestes sistemas e atividades é o conceito, que é uma unidade de conhecimento. As propriedades do conceito – ou as suas características – fornecem os elementos para seu interrelacionamento, ou seja, para o estabelecimento da estrutura do sistema, que o usuário percebe como uma rede, ou teia...

No tocante às listas de cabeçalhos de assuntos, também uma linguagem documentária, Guimarães (1990, p.117) relata que elas tiveram sua origem em 1876, com a obra *Rules for a dictionary catalog*, de Charles Ami Cutter, que estabelecia os princípios para a construção de catálogos alfabéticos de assunto.

Concomitantemente a esse fato, registrou-se, nessa época, o começo do desenvolvimento das linguagens documentárias especializadas, que vieram a se consolidar no século XX, diante da necessidade de se controlar a dispersão do conhecimento.

Vale (1987) *apud* Guimarães (1990, p. 117) ressalta que “essas listas, na maioria das vezes, de abrangência geral, apresentam-se alfabeticamente, utilizando sinais como traço, vírgula e parêntesis na caracterização de cabeçalhos invertidos, bem como negrito para indicar os cabeçalhos autorizados ou adotados”.

Pelo fato de não explicitarem as relações hierárquicas entre os descritores, limitando-se às relações de equivalência (ver) e associativas (ver também) e de se basearem em palavras ao invés de conceitos, as listas de cabeçalhos de assuntos dificilmente atingem o nível de especificidade desejável de representação temática dos documentos em serviços de informações que possuem usuários especialistas.

Com relação à eficácia desses dois instrumentos – classificações e listas de cabeçalhos de assuntos – no que diz respeito à recuperação da informação, Adams (1992, p. 6) *apud* Batista (2004, p. 8) pontua:

Classificação e cabeçalho de assunto (*subject cataloguing*) ajudam somente até certo nível, dependendo do conhecimento do usuário. Para aqueles usuários sem conhecimento especializado, a classificação e o cabeçalho de assunto sinalizam para o nada. Um sistema de recuperação da informação só é eficiente quando possibilita o usuário recuperar rapidamente a informação aplicada.

Os tesouros<sup>10</sup>, por sua vez, são considerados as LDs que mais se adaptam à tarefa de indexação, pois constituem-se “repertórios ou listas de termos autorizados, formados por unidades – descritores e não descritores – pertencentes a um domínio particular do conhecimento, relacionadas semântica e logicamente”. (TÁLAMO, LARA, KOBASHI, 1992, p. 198).

Em síntese, é possível pontuar algumas diferenças básicas entre as LDs: enquanto as classificações visam, em primeiro plano, a organização dos conjuntos de registros documentais, os tesouros têm por objetivo precípuo, a organização do conhecimento; e, enquanto as listas de cabeçalhos de assuntos não se ocupam das relações hierárquicas, os tesouros têm, nesse tipo de relacionamento, uma das suas características mais marcantes.

As LDs, embora possam ser entendidas como sistemas onde as unidades se organizam em relações de dependência, não podem ser consideradas signos lingüísticos, pois constituem sistemas simbólicos restritos a contextos documentários e lhes faltam duas das principais características de signo: significante e significado (CINTRA et al., 2002, p. 15).

Por significante entende-se o invólucro da informação, o seu elemento perceptível, enquanto que significado diz respeito ao conteúdo da informação, seu elemento inteligível, o conceito.

Segundo Gardin et al. (1968) *apud* Cintra et al. (2002, p. 35), uma LD deve integrar três elementos básicos:

- um léxico (palavras-chave, cabeçalhos de assunto, descritores etc., cuja consistência é ditada pela capacidade de conciliar a linguagem de determinada área do conhecimento com a linguagem natural do usuário);
- uma rede paradigmática capaz de traduzir certas relações essenciais e, geralmente estáveis, entre descritores; e,
- uma rede sintagmática destinada a expressar as relações contingentes entre os descritores, relações que são válidas no contexto particular onde aparecem.

---

<sup>10</sup> Os tesouros são tema de estudo da Seção 2.3.

A construção de “sintagmas” é feita por meio de regras sintáticas destinadas a coordenar os termos que dão conta do tema.

A sintaxe, que diz respeito à estrutura gramatical de uma língua, ou, como bem ensinado por Holanda (2004, p. 1854) “o estudo da disposição das palavras na frase e das frases no discurso, bem como a relação lógica das frases entre si”, é representada nas LDs por elementos tais como: + / : (CDU) e TG, TE, TR (tesauros) que, quando combinados, permitem especificar melhor os assuntos.

Tendo a classificação de assunto como exemplo, Vickery (1975, p. 13) sintetiza essa questão afirmando uma LD é um vocabulário artificial condensado, com uma padronização sintática simples, passível de ser relacionado à linguagem natural mediante um grupo de regras.

Uma das questões mais delicadas que dizem respeito às LDs é a compatibilização entre estas e a linguagem natural dos documentos, uma vez que o sucesso da recuperação da informação depende da eficácia dessa relação.

As LDs fazem o caminho inverso das linguagens naturais no que diz respeito à informação e ao conhecimento. Enquanto na linguagem natural busca-se a informação para que seja possível transformá-la em conhecimento, nas LDs busca-se transformar conhecimento em informação. Isso acontece porque os conteúdos dos documentos, para serem recuperados pelo usuário, necessitam ter os seus conceitos analisados e, ato contínuo, transformados em informação (códigos, palavras-chave, descritores etc.).

Embora existam vários critérios para classificar tipologicamente as LDs, Urdician (1996, p. 22) *apud* Guarido (2001, p. 28) apresenta os mais gerais: controle exercido sobre o vocabulário, coordenação dos termos e estrutura.

Com relação ao critério **controle sobre o vocabulário**, é possível dividi-las em duas categorias: linguagem natural (lista de descritores) e linguagem controlada (classificações e tesauros).

De acordo com a **coordenação dos termos**, as LDs são pré-coordenadas (classificações, listas de cabeçalhos de assuntos) e pós-coordenadas (listas de descritores, tesauros).

Sob o ponto de vista de **estrutura**, é possível classificá-las em sistemáticas – ou classificadas, hierárquicas, facetadas, gráficas – (classificações) e alfabéticas (listas de cabeçalhos de assuntos e tesouros).

## 2.3 Tesouros

### 2.3.1 Definição, características e funções

Segundo Vickery (1960, p. 181-189) “a palavra tesouro (latim = *thesauru*, grego = *thesaurós*) teve origem na Grécia significando *Treasury* ou *Storehouse* (tesouro ou armazenagem / repositório), sendo que, em 1736, o *Oxford English Dictionary* definiu a expressão inglesa como dicionário, enciclopédia e similares”.

Sobre o assunto, a *National Information Standards Organization*, no documento que propõe as linhas gerais para a construção, formatação e manutenção de tesouros monolíngües (ANSI/NISO Z39-19-2003), apresenta tesouro como “um vocabulário controlado organizado em uma ordem conhecida, na qual as relações de equivalência, hierárquicas e associativas entre termos são claramente exibidas e identificadas por meio de indicadores de relação padrão”.

Dentre as várias definições de tesouros oferecidas por Currás (1995, p. 88 e 1998, p. 7), destacam-se: “tesouro é uma linguagem especializada, normalizada, pós-coordenada, usada com fins documentários, onde os elementos lingüísticos que o compõem – termos simples ou compostos – encontram-se relacionados entre si sintática e semanticamente”, e, “um tesouro no es más que un sistema de clasificación de materias aplicable principalmente para un tratamiento informático de la información, - los datos – contenidos en, no importa qué tipo de documentos”.

Bräscher (1999), baseando-se nos manuais da UNESCO de 1976, do Programa Unisist, concebeu uma definição de cunho didático ao decompô-la em duas facetas - função e estrutura:

**Quanto à função**, os tesouros são instrumentos de controle terminológico utilizados em sistemas de informação para traduzir a linguagem dos documentos, dos indexadores e dos pesquisadores em uma linguagem controlada, usada na indexação e na recuperação de informações.

**Quanto à estrutura**, o tesouro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos (descritores) semanticamente relacionados, que cobrem uma determinada área do conhecimento.

Por se tratar de uma linguagem construída, o tesouro pode ser definido como uma metalinguagem, ou seja, uma linguagem que pressupõe a existência de uma outra anterior.

Currás (1995, p. 85-86) lembra que Alan Gilchrist ofereceu duas definições de tesouros, em diferentes décadas, caracterizando a evolução desse conceito:

**1971:** “uma lista autorizada de léxicos, sem notação, que difere de uma lista de cabeçalhos de assuntos, na qual as unidades léxicas, sendo menores, são mais maneáveis e se utilizam na indexação coordenada”.

**1987:** “um vocabulário de uma linguagem controlada de indexação, organizado formalmente, de forma que as relações entre os conceitos se estabeleçam *a priori*, para ser usado em sistemas de recuperação da informação, sejam estes bases de dados, índices impressos ou catálogos”.

Contrariando as definições acima, Gomes (1990, p. 15) destaca que tesouro não pode ser confundido com vocabulário controlado porque este último contém apenas as relações sinonímicas, quase sinonímicas, bem como o controle de polissemia, além de não diferenciar rigorosamente “termo” de “palavra” e por não apresentar relações estruturais entre os elementos.

Apesar dessa ressalva, a literatura tende a definir tesouro como um tipo de vocabulário controlado que contempla as relações semânticas, em especial, aquelas de natureza não-hierárquica.

Abordando o assunto sob um ponto de vista mais amplo, Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p. 198/199), oferecem outra definição para tesouro:

É um objeto cultural que registra e representa o conhecimento segundo parâmetros estáveis e previamente determinados. Tais parâmetros, que se materializam sob a forma de redes de relações entre descritores, determinam não só o modo de organização e disseminação da informação, mas também a análise dos textos.

Os tesouros, ao mesmo tempo em que são conhecidos como linguagens de representação do conhecimento, também o são como linguagens de recuperação, isso porque são instrumentos que servem igualmente à indexação e à elaboração de estratégias de busca.

Dentre as características essenciais dos tesouros é possível destacar:

- São linguagens especializadas, utilizadas com fins documentários;
- Constituem uma base de conhecimento sobre a terminologia mais apropriada em uma dada área;
- Por serem artificiais, construídas, não podem prescindir da existência de regras explícitas para sua utilização, nem comportam exceções;
- Trabalham em nível conceitual e não verbal, estabelecendo rigorosa diferenciação entre termos e palavras;
- Apresentam uma estrutura sistêmica, pois é impossível compreender os termos de forma isolada, vez que eles são organizados em relações de dependência;
- Sintetizam as informações ao convertê-las da linguagem natural para a linguagem artificial e apresentá-las através de termos;
- São sistemas essencialmente pós-coordenados, o que equivale a dizer que apresentam cada termo de forma isolada, permitindo o controle da terminologia

e a especificação do assunto, através da coordenação dos descritores no momento da busca;

- São linguagens dinâmicas, que refletem uma prática social, merecendo, constantemente, reexames que visem a sua atualização.

Considerando que o tesauro integra o sistema de recuperação de informações como um dos seus principais instrumentos, ele tem como funções primordiais:

- Representar adequadamente uma área do conhecimento, através dos seus conceitos relevantes, de uma forma sintética;

- Realizar o controle do vocabulário dessa área a fim de que os conceitos em questão e a terminologia utilizada possuam uma relação unívoca;

- Servir de intermediário entre os documentos e os usuários.

Para abordar as questões relativas ao objetivo e às funções do tesauro, Dodebei (2002, p. 67) visita os pilares da literatura:

Segundo Foskett (1972) o principal objetivo do tesauro é o de controle terminológico e, em concordância com Lancaster (1972), lista suas principais funções: controlar sinônimos e quase sinônimos; distinguir homógrafos; facilitar a condução da busca por meio dos termos relacionados e das referências cruzadas (estrutura sintética), melhorando a consistência da indexação e transportando a linguagem de busca para a linguagem de indexação; e, reduzir o tempo e aumentar a eficiência nas tarefas de indexação e recuperação de informações.

Com vistas a cumprir essas funções, o tesauro necessita lançar mão da artificialidade da linguagem documentária com o objetivo de propiciar o controle do vocabulário, haja vista que as palavras carregam consigo ambigüidades, o que as torna inadequadas para representar os conceitos buscados pelos usuários.

Portanto, o tesauro busca equilibrar a relação que envolve:

- o documento, que utiliza a linguagem natural e cujo conteúdo é o alvo da análise e da representação; e,

- as linguagens documentárias, que têm por objetivo traduzir os conteúdos semânticos desses documentos, pontuando a questão do controle do vocabulário.

Dentre outras aplicações do tesauro, Bräscher (1999) destaca o auxílio ao indexador a encontrar não apenas a palavra, “mas encontrar e formular o sentido dado ao assunto no texto por meio dos conceitos expressos no tesauro por descritores”. No que diz respeito à sua aplicação na recuperação da informação, a autora pontua que uma de suas contribuições é permitir ao usuário “que ele possa navegar na estrutura do tesauro, ampliando ou restringindo sua busca”.

Ao privilegiar as relações existentes entre os descritores, mesmo que de naturezas diversas, ele possibilita a representação semântica dos conteúdos e tal recurso o aproxima da classificação facetada de Ranganathan. Porém, pelo fato de trabalhar com “recortes” do universo conceitual e da literatura da área, a equivalência total entre o signo lexical e o conceito é uma pretensão impossível de ser satisfeita.

Atentas para essa limitação, Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p. 199) argumentam que os tesouros não são capazes de normalizar efetivamente a representação do conhecimento e que somente exercerão essa função caso se façam acompanhar de um conjunto de definições, pelo menos dos termos específicos da área considerada.

Desse modo, defendem a necessidade dele “sustentar-se em um dicionário terminológico, a partir do qual a rede de relações lógico-semânticas entre os descritores definir-se-ia com maior clareza, beneficiando tanto o trabalho de indexação, quanto a elaboração de equações de busca”.

Gomes e Campos (2004, p. 3) lembram que “recentemente, o tesauro tem sido objeto de interesse da Informática, nomeado como uma ontologia, sendo considerado como um mecanismo para se alcançar a interoperabilidade”.

E detalham:

Para os informáticos [...] os princípios teóricos do tesauro começam a ganhar importância nas discussões sobre metadados, interoperabilidade e outras questões assemelhadas, pois o que se pretende estruturar, naquelas

áreas, não são palavras, mas objetos, cuja manipulação se torna possível através de suas denominações (ou termos) (GOMES e CAMPOS, 2004, p. 11).

Alguns pesquisadores consideram os tesouros como ontologias simples, uma vez que uma ontologia complexa, segundo esses autores, exige uma riqueza maior de relações do que as tradicionalmente apresentadas em um tesouro (Jasper e Mike Uschold, 1999; Fensel, 2001 *apud* MOREIRA; ALVARENGA; OLIVEIRA, 2004).

Tais instrumentos, porém, apesar da existência de pontos de contato entre eles, possuem origens e propósitos que não se confundem. Os tesouros têm sua base na Biblioteconomia enquanto que as ontologias são um produto da Ciência da Computação. Os tesouros são voltados para o registro da terminologia, têm por objetivo auxiliar a indexação e foram pensados para serem utilizados por pessoas. As ontologias que, por sua vez, incorporaram o modelo semântico dos tesouros, a fim de possibilitar o acesso remoto e a interoperabilidade semântica dos conteúdos dos documentos, manipulam conceitos de um domínio, têm como propósito descrever os objetos digitais, estabelecendo suas relações e são registradas de modo formal e lógico, capaz de serem processadas pelo computador.

Com relação à tipologia, os tesouros podem ser classificados, dentre outras formas, de acordo com a língua do texto, com o assunto objeto do conteúdo e com o nível de especificidade com que apresentam os conceitos.

No que se refere à(s) **língua(s) do texto**, eles se caracterizam como monolíngües (texto em um só idioma) ou multilíngües (o tesouro “fonte” em uma língua e versões ou alvos em outras).

As primeiras diretrizes para a construção de tesouros monolíngües foram publicadas em 1970, pela UNESCO, e subsidiaram a redação da norma internacional ISO 2788, preparada pelo Subcomitê 25 para Regras e Convenções sobre Tesouros, da *American National Standards Committee Z39*.

Esta norma, publicada em 1974, foi revista em 1980 pelo ANSI (*American National Standards Institute*), sendo que, em 1985, a NISO (*National Information Standards Organization*), sucessora da *American National Standards Committee Z39*, começou estudar o acréscimo de novas recomendações.

O amadurecimento desse trabalho resultou na norma ANSI/NISO Z39.19, de 2003 – “Guia para a construção, formato e gerenciamento de tesauros monolíngües” – hoje em vigor, e que, dentre suas inovações, traz o relacionamento todo/parte, até então considerado como um tipo de relacionamento associativo, agora sendo tratado como um caso especial de relacionamento hierárquico.

No Brasil, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em parceria com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT),

[...] visando colocar à disposição da comunidade de informação um instrumento que reunisse conceitos e diretrizes adotados em nível internacional, [...] elaboraram projeto específico para este fim, contando com a participação de especialistas em informação e lingüística (IBICT, 1984).

O supracitado projeto, coordenado pela professora Hagar Espanha Gomes, resultou na publicação “Diretrizes para elaboração de tesauros monolíngües”, de 1984. Seis anos mais tarde, em 1990, o Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, apoiado pelos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, e também sob a coordenação da professora Hagar Espanha Gomes, publicou o “Manual de elaboração de tesauros monolíngües”. A partir de então, esses dois documentos tornaram-se referência para os elaboradores de tesauros monolíngües no Brasil.

No que concerne aos tesauros multilíngües, estes são definidos por Currás (1995, p. 186) como

[...] um sistema aberto, evolutivo e dinâmico no tempo, no qual os nódulos – termos – que o compõem encontram-se em relação dialética por meio de vetores de equivalência, hierárquica e de associação, onde os idiomas em que se representam os termos encontram-se também em inter-relação dialética, de forma que se facilita a comunicação até fora do sistema.

Eles tiveram sua construção disciplinada pela norma internacional ISO 5964, de 1985, após revisão das diretrizes da UNESCO de 1976 e 1979. O Brasil ainda não estabeleceu normas para o assunto.

De acordo com o(s) **assunto(s) objeto(s) do conteúdo**, os tesauros são classificados como multidisciplinares (voltados para um assunto e para áreas do conhecimento relativos a esse assunto) ou especializados (uma disciplina específica do conhecimento humano).

No que diz respeito ao **nível de especificidade com que apresentam os conceitos**, eles são caracterizados como macrotesauros (seus descritores apresentam conceitos em nível genérico, por isso, essa relação não é extensa, compensada pelo número bastante grande de remissivas, pois todos os conceitos específicos não contemplados pelo tesouro são indicados por não-descritores que remetem ao descritor genérico imediatamente superior) ou microtesauros (os descritores apresentam um maior nível de especificidade e referem-se a uma determinada área do conhecimento).

### 2.3.2 Histórico

As primeiras referências aos tesouros remontam à Antigüidade, com os trabalhos de Aristófanes de Bizâncio, Pánfilo e Dídimos el Chalkentros, que serviram de base para a confecção do mais famoso dicionário ideológico da época, o “Onomástikon”, de Polux (MOTTA, 1986).

Porém, o termo “tesouro”, como designação de enciclopédia sistematizada, foi utilizado pela primeira vez por Brunetto Latini (1220-1294), e, posteriormente, por Thierry e Robert Estienne (1532) e por A. Estienne (1572) (MIKHAILOV *apud* MOTTA, 1986).

Em 1852, Peter Mark Roget, Secretário da *Royal Society*, em Londres, concebeu e publicou o seu famoso tesouro intitulado *Thesaurus of English words and phrases*, também conhecido como *Roget's Thesaurus*. Tratava-se de um dicionário analógico que levou cerca de 50 anos para ser concluído, pois, ao invés de ordenar os termos alfabeticamente, estes eram organizados de acordo com as idéias que expressavam, em seis categorias conceituais: relações abstratas, espaço,

matéria, intelecto, volição e afeições. Essas categorias, por sua vez, foram divididas em classes, seções, subseções, até chegar nos conceitos isolados<sup>11</sup>.

A proposta de Roget consistia em criar um vocabulário capaz de remeter a um conceito, mesmo quando não se conhecia o termo correto para iniciar a pesquisa. Com relação a esse assunto, Dodebei (2002, p. 64) explana:

Argumentava Roget que o propósito de um dicionário comum é simplesmente explicar o significado das palavras, mas que o problema para o qual ele pretendia oferecer a solução poderia ser apresentado assim: sendo dada uma palavra, pode-se encontrar seu significado ou a idéia que ela pretende trazer consigo, em um dicionário, mas, ao contrário, tendo-se uma idéia, qual/quais palavras podem melhor expressar o seu significado? Com esse objetivo, as palavras e frases da língua foram arranjadas no *Roget's Thesaurus* não de acordo com seu som ou ortografia, mas estritamente de acordo com seu significado.

Roget chamou seu dicionário analógico de “thesaurus”, que é um nome usado para designar vocabulário, dicionário, mas a forma de apresentação foi tão original, que a palavra “thesaurus” ficou, na área de documentação, associada à forma de organização do vocabulário de indexação/recuperação (GOMES, 1990, p. 13).

No final do século XIX, o aumento significativo do número de publicações especializadas e o conseqüente surgimento da Documentação, idealizada pelos belgas Paul Otlet e Henri de La Fontaine, exigiu o desenvolvimento de instrumentos mais específicos para o tratamento da informação, de modo a atingir às expectativas dos novos usuários que demandavam serviços na área da informação – os especialistas.

Até aquela época, eram utilizadas como instrumentos de controle terminológico as listas de cabeçalhos de assuntos, com suas remissivas “ver” e referências cruzadas “ver também”. Porém, estas se mostravam inadequadas diante das exigências dos novos usuários, cujas necessidades impuseram a criação de um vocabulário mais específico, com uma estrutura mais elaborada que permitia o estabelecimento de relações hierárquicas e associativas entre os termos.

---

<sup>11</sup> **Isolado:** Segundo Ranganathan (c1962, p. 88) *apud* Cavalcanti (1978, p. 20) “é termo representativo de assuntos que não podem ser considerados como assuntos básicos, sendo aplicados a várias disciplinas”.

Currás (1995, p. 90) relata que

[...] tudo começou pelo aumento de assuntos – conhecidos e de criação nova – que apareciam na literatura cada vez mais extensa e de todo tipo: os sistemas hierárquicos ou facetados não respondiam adequadamente às demandas de informação. As bibliotecas ou os centros de documentação tornavam-se obsoletos e eram subutilizados, com o conseqüente prejuízo econômico que isso ocasionava.

E complementa (p. 77 e 91):

Assim, surgiu a idéia de tirar do documento o seu conteúdo e representá-lo por palavras (palavras-chave), termos, que seriam submetidos a uma ordenação posterior [...]. Desta forma, surgiram os primeiros métodos de classificação utilizando conceitos tirados dos próprios documentos, sem ligação prévia, [que] receberam o nome de *thesaurus* [...]

A partir de 1940, o termo tesouro começou a ser utilizado na esfera da Ciência da Informação e, em especial, no processo de recuperação da informação, como um instrumento capaz de transportar conceitos e suas relações mútuas, tal como expressos na linguagem dos documentos, em uma língua regular, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas (DODEBEI, 2002, p. 66).

Sua importância foi potencializada nas décadas seguintes com a automatização dos processos de indexação e recuperação da informação, como detalha Cavalcanti (1978, p. 30):

Até a primeira metade do século 20, entretanto, a palavra *thesaurus* permanece como que esquecida, para ser retomada a partir de 1958, a princípio discretamente e mais ligada à tradução automática (ou mecânica) e, depois, com intensidade maior e frequência constante.

Ainda com relação à evolução histórica dos tesouros, Lancaster (1986) relata que essa trajetória se apresenta sob duas vertentes, uma, que toma por base o Unitermo e a outra, influenciada pela Teoria da Classificação Facetada:

De um lado, a vertente da abordagem alfabética originária da América do Norte, mais especificamente os Estados Unidos, e do outro lado a linha da classificação bibliográfica da Europa, mais particularmente o Reino Unido, influenciada pelo o trabalho de Ranganathan em 1930. O estudo analítico-sintético (facetado) de Ranganathan gerou princípios valiosos para esquemas de classificação, produzindo efeito na indexação alfabética de assunto e em tesouros (*Thesaurofacet*). Já a indexação alfabética de assunto, nos Estados Unidos, inicia-se com Charles Ami Cutter, em seu *Rules for a Dictionary Catalogue* editado em 1876. Tanto a abordagem européia quanto a outra convergem no padrão ISO 2788, texto de edição preliminar da segunda edição de 1983.

Ele ainda aponta para a importância da “contribuição de Mortimer Taube<sup>12</sup> com seu sistema *Unitermo*<sup>13</sup> em 1951 que [...] pode ser considerado responsável pelo aparecimento do tesauro”.

Outro momento que merece destaque na história dos tesouros é narrado por Gomes (1996):

A grande contribuição para os estudos de classificação enquanto método para mapear a realidade empírica veio com o Thesaurofacet, quando Aitchison empregou o Método de Faceta para construir uma tabela para Energia Elétrica e, ao mesmo tempo, para a construção do Tesouro alfabético que lhe servia de índice. Nele, os termos e relações, repetiam as relações que estavam evidentes na Tabela e cada termo de entrada na ordem alfabética, remetia para o código de classificação, além de mostrar igualmente as relações com outros termos. Estava claro, agora, que na organização de um Tesouro documentário a classificação estava na base, embora desconstruída em favor da ordem alfabética.

A partir de 1960, os tesouros começaram a ser construídos formalmente, porém, no final da década de 1980 esse tema enfraqueceu, em consequência do desenvolvimento acentuado da informática. A euforia em torno das possibilidades eletrônicas levou à crença de que os tesouros, assim como outros esquemas de classificação, poderiam ser dispensados do processo de recuperação da informação.

Entretanto, contrariando as expectativas, o advento da Internet, no início dos anos 90, trouxe consequências avassaladoras para a área da recuperação da informação pois, embora um incontável número de documentos estivesse sendo colocado na rede mundial de computadores, os sistemas de busca não acompanhavam essa evolução.

Tal quadro fez crescer, de maneira substancial, na comunidade *Web*, o interesse pelas técnicas de controle de vocabulário, incluindo iniciativas como os metadados e as ontologias, a fim de responder ao grande desafio imposto por essa nova realidade: potencializar a recuperação semântica da informação.

---

<sup>12</sup> Foi Taube quem primeiro utilizou a expressão “palavra-chave” para se referir aos termos que representam os conceitos dos documentos (CURRÁS, 1995, p. 91).

<sup>13</sup> O sistema Unitermo era composto por um conjunto de fichas, onde cada ficha continha uma única palavra e os números dos documentos associados a esta palavra. Era fundamentado na hipótese de que cada idéia poderia ser representada por uma única palavra. Sua evolução levou à criação do primeiro tesouro desenvolvido pelo Centro de Engenharia de Informação DuPont, em 1959 (MOREIRA; ALVARENGA; OLIVEIRA, 2004).

Restou caracterizada, portanto, a inequívoca necessidade do tratamento semântico do documento, antecedendo à sua disponibilização eletrônica e possível de ser efetivado através dos tesauros, taxonomias e ontologias.

Um aspecto a ser discutido na abordagem histórica dos tesauros é a questão da sua utilidade em um futuro próximo. Com relação a esse tema, Currás (1995, p. 83 e 1998, 19-20) advoga:

Há quem afirme, contudo, que a época de esplendor [dos tesauros] está chegando ao fim. Os novos métodos informatizados, com os sistemas especialistas nos processos de inteligência artificial, possibilitam o uso da linguagem natural, o que faz com que não precisemos quebrar a cabeça com todo esse assunto complicado das relações entre os termos de uma linguagem documentária. Certamente, pode chegar esse momento. Porém, pensamos que somente diminui o trabalho do usuário, ou talvez o do documentalista intermediário, que realiza buscas de informação. Àquele que desenvolve o programa do sistema especialista, àquele que possibilita a recuperação de documentos, pergunte-se como se deve perguntar a um sistema informatizado de documentação. Esse documentalista-analista deve saber muito bem como estabelecer as relações entre os termos e como coordenar os conceitos. O trabalho intelectual não é feito pelas máquinas, e sim pelos homens.

### **2.3.3 Princípios gerais**

Os tesauros são vocabulários constituídos de conceitos agrupados de acordo com suas características comuns (categorias) e representados por meio de termos. Portanto, faz-se necessário apresentar as bases teóricas que os fundamentam.

#### **2.3.3.1 Conceito**

A definição de conceito exige contextualização, pois como objeto de estudo da Lingüística, Filosofia, Ciência da Informação, dentre outras disciplinas, ele apresenta diversas facetas a serem exploradas.

Na área da representação/recuperação da informação merece destaque a definição oferecida por Dahlberg (1978a, p. 12), que leciona: “conceito é a unidade de conhecimento que surge pela síntese dos predicados necessários relacionados com determinado objeto e que, por meio de sinais lingüísticos, pode ser comunicado”.

Currás (1995, p. 25) brinda seus leitores com definições de vários outros autores que consideram o conceito: uma unidade de pensamento, geralmente expressa por termos ou símbolos (ISO/R 1087); uma construção mental capaz de classificar objetos individuais ou abstrações (ISO/R 704); uma unidade de conhecimento representativa da verdade, e, portanto, verificável e justificável (Shuji Czehi); e, uma representação mental de objetos individuais que formam uma unidade de pensamento (Helmut Felbert).

Gomes (1990, p. 18) contribui com outra definição ao entender conceito como um constructo mental que representa um objeto individual material ou imaterial que consiste num agregado de características que podemos conhecer como sendo comuns a um sem número de objetos individuais.

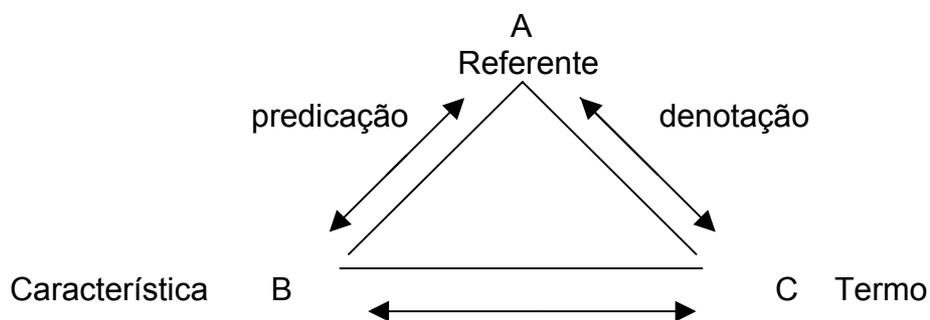
Registre-se, também, o excelente enunciado de Shera (1957, p. 19) *apud* Alvarenga (2003, p. 16) sobre o tema: “Um conceito é uma rede de padrões de inferências, associações e relacionamentos que são predicados, ou ditos de outra forma, trazidos em cena através do ato da categorização”.

Para Cabré (1993, p. 97), “los conceptos no existen en la realidad; solo existen los objetos. El individuo, por un proceso de abstracción, es el causante de que la realidad se torne concepto”.

Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 167) defendem que “a Teoria do Conceito” [desenvolvida por Dahlberg] apresenta princípios que podem auxiliar na determinação do conceito e de suas relações, seja para elaborar tabelas de classificação, seja para elaborar tesouros”.

Através de um triângulo conceitual, Dahlberg (1978a, p. 12) sintetiza graficamente os elementos constitutivos do conceito, denominando seus vértices de referente, características e termos.

Depreende-se desse esquema que os conceitos resultam da constatação dos predicados de um objeto, evento, experiência etc. (referente), que levam à identificação de suas características (propriedades), expressas através dos sinais lingüísticos, em forma de palavras ou enunciados.



Ainda com relação a essa tríade, Gomes (1984, p. 4) destaca que o conceito está inteiro no referente; inteiro nas características mediante as quais é compreendido e definido; e inteiro naquilo que se denomina “termo”. Isso porque, o conceito é um todo que não pode ser segmentado em partes distintas.

Gomes e Campos (2004, p. 4) ainda complementam: “O conceito não prescinde destes três elementos [referente, característica e termo]: faltando um deles não se tem o conceito, tem-se uma ‘idéia’ mais ou menos vaga”.

Hutchins (1975, p. 29) esclarece essa terminologia:

A noção de referente necessariamente carrega com ela pressupostos da ‘existência’ ou pelo menos ‘realidade’ dos objetos de uma palavra sobre a qual nós podemos falar. Quando nós falamos que uma palavra ‘se refere’ a um objeto isso implica que é possível descrever as propriedades físicas daquele objeto. O conjunto de todos os objetos aos quais podemos nos referir por meio de um signo é freqüentemente chamado de ‘extensão’ do signo e a definição do conjunto de atributos comuns de um referente é chamado de ‘intensão’ do signo.

Em outras palavras, por intensão entende-se o conjunto de características de um conceito e por extensão, o conjunto dos conceitos mais específicos para os quais a intensão é verdadeira.

Portanto, a análise da intensão e da extensão dos conceitos deve preceder o estabelecimento das suas relações, sendo que a análise da intensão deve antepor-se à análise da extensão.

No tesouro, os conceitos são representados por termos<sup>14</sup> - linguagem artificial - e não por palavras<sup>15</sup> - linguagem natural -, pois estas últimas apresentam problemas lingüísticos que não coadunam com a proposta de recuperação da informação apregoada pelas linguagens documentárias.

Dessa forma, torna-se imperioso que a relação entre o conceito e o termo seja unívoca, como denota a lição de Gomes (1990, p. 19) sobre os princípios da monorreferencialidade (para cada conceito existe apenas uma denominação e cada denominação vale apenas para um conceito).

Em se tratando das características dos conceitos, mais uma vez Dahlberg (1978a, p. 14) é referência ao sintetizar:

- a) As características dos conceitos são obtidas por meio dos predicados (enunciados).
- b) Os conceitos possuem elementos que são as respectivas características.
- c) Um conjunto de características determina um conceito.
- d) Os conceitos são unidades de conhecimento constituídas pelas características dos objetos associadas a elementos lingüísticos.

Um enunciado só é capaz de expressar um conceito quando o apresenta vinculado a outros conceitos, ou seja, quando estabelece relações entre os conceitos. Da mesma forma, os conceitos se definem entre si através da

---

<sup>14</sup> **Termo:** palavra ou expressão selecionada para representar um dado significado (GOMES, 1990, p. 20).

<sup>15</sup> **Palavra:** Menor unidade léxica, cujo significado se depreende do contexto em que ela figura mas que, tomada isoladamente, pode ter vários significados (GOMES, 1990, p. 15).

identificação de suas características. Os aspectos ou características dos conceitos, quando vistos como tendo algo em comum, denominam-se facetas.

### **2.3.3.2 Categorias e facetas**

A estruturação do conhecimento em tesouros tem como ponto de partida as noções de categoria e faceta, baseadas na *Colon Classification* de Ranganathan.

Os conceitos são compostos por várias características que, quando analisadas, permitem que eles sejam categorizados e sistematizados, e, portanto, reunidos em classes e subclasses ou até mesmo dispersos em conjuntos não-hierárquicos (GOMES, 1990, p. 20).

Categorizar uma área de assunto é identificar as propriedades segundo as quais um conceito pode ser analisado. A categorização permite “a visão de uma área como um todo inter-relacionado, ou dito de outro modo, como um sistema” (GOMES, 1998).

Ranganathan *apud* Vickery (1975, p. 11) esclarece que essas classes principais são as regiões convencionais de conhecimento, as quais, juntas, formam a primeira ordem de organização de classes que são mutuamente exclusivas e completamente exaustivas no que diz respeito a um campo de conhecimento.

As facetas, por sua vez, são resultantes da subdivisão de um assunto a partir de determinado aspecto ou ponto de vista (CAVALCANTI, 1978, p. 15). Desse modo, uma mesma faceta pode figurar em diferentes categorias.

São exemplos de facetas: propriedades, produtos, processos, estruturas, aplicações, comportamentos, operações, ferramentas, agentes, medidas, componentes, materiais, reações, substâncias etc., sob as quais as categorias podem ser analisadas.

Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 165) sintetizam: “usa-se o termo ‘categorias’ quando nos referimos à estrutura geral de um esquema de classificação, e ‘facetras’, quando nos referimos à manifestação dessas categorias em classes diferentes”.

A análise das categorias e facetras permite o estabelecimento de outras relações além da genérica, como por exemplo, entre uma coisa e suas partes, propriedades ou processos; entre uma operação e as ferramentas ou produtos dessa operação; proporcionando, desse modo, um controle mais efetivo do vocabulário, independentemente do campo de conhecimento (VICKERY, 1975, p. 49).

Cavalcanti (1978, p. 15) denomina de categorias “as classes que resultam da divisão do universo de conhecimento, de acordo com as características intrínsecas ou fundamentais de cada conceito”, e complementa que alguns autores entendem as categorias como sendo a faceta geral que se aplica a vários campos do conhecimento.

No que concerne a essas características, que permitem o agrupamento dos conceitos em categorias, Cabré (1993, p. 199) as classifica em:

- intrínsecas – aquelas ligadas à sua descrição, como representantes de uma classe, tais como cor, tamanho, forma, peso (no caso dos nomes de objeto); tipos de ação, de sentimento ou de processo (no caso dos verbos) etc;
- extrínsecas – são externas à sua definição como classe: função, origem, destino, localização, inventor etc.

Também são apontadas por Gomes (1990, p. 20) as características:

- equivalentes – aquelas que podem ser substituídas por outras sem que haja modificação no sentido do termo;
- não-equivalentes :
  - *independentes*: aquelas que podem ser combinadas arbitrariamente umas com as outras formando agrupamentos que se encontram

explicitados na parte sistemática do tesouro. Esse tipo de arranjo auxilia o usuário a encontrar informações que estão dispersas na ordem alfabética, porém este é um recurso que deve ser utilizado com atenção pelo profissional responsável pela elaboração do tesouro, a fim de evitar a criação de poli-hierarquias.

- *dependentes*: aquelas que exigem que a superordenação preceda à subordinação, uma vez que são características que trazem consigo elementos do conceito imediatamente superior.

Vickery (1975, p. 14) descreve, de forma sintética, os passos para a construção de uma estrutura de desenvolvimento de uma classificação de assunto, a partir da identificação de suas categorias:

- divisão e arranjo do universo em campos de conhecimento;
- divisão desses campos de conhecimento em facetas, de acordo com suas propriedades, substâncias, reações etc., que também devem ser arranjadas de forma significativa;
- estruturação dessas facetas dentro de hierarquias, de acordo com suas características;
- estabelecimento de regras e operadores que permitam a coordenação desses termos;
- codificação de cada campo, faceta e termo de modo a fixar suas posições no sistema e evitar as ambigüidades;
- construção de um índice alfabético para os termos, facetas e campos.

Segundo ele (1975, p. 10), a maior diferença entre a taxonomia<sup>16</sup> e a classificação de assunto é que a primeira arranja todas as entidades de um universo dentro de uma hierarquia simples, enquanto que a segunda – onde estão inseridos os tesouros – realiza uma análise facetada de grupos de termos dentro de categorias, vindo a permitir, desse modo, uma classificação cruzada. Isso porque,

---

<sup>16</sup> **Taxonomias**: Estruturas que fornecem uma maneira de classificar coisas – organismos vivos, produtos, livros – numa série de grupos hierárquicos para tornar mais fácil identificá-los, estudá-los ou localizá-los (JEAN GRAEF *apud* BRÄSCHER, 1999).

enquanto a taxonomia trabalha com a classificação de coisas naturais, a documentação trabalha, além dessas, com os objetos, suas propriedades, comportamentos, interações e operações entre si.

Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) lembram que Aristóteles, em seu tratado denominado “*Categorias*”, apresentou dez categorias básicas para classificar tudo o que existe, revelando sua visão ontológica do mundo. São elas: **Substância, Qualidade, Quantidade, Relação, Duração, Lugar, Ação, Paixão ou Sofrimento, Maneira de Ser, Posição.**

Posteriormente, agrupando estas dez categorias, Aristóteles as reduziu a três: **Substância** (é o ser que existe), **Modo ou acidente** (é o que existe na substância, os seus modos de ser) e **Relação** (é o que liga um ser a outro).

Leme e Lopes *apud* Piedade (1979, p. 20) defende que a base das categorias gramaticais estão centradas nas categorias aristotélicas. Tal identificação é muito importante para a análise conceitual do texto que se quer indexar e, conseqüentemente, para o estabelecimento das relações conceituais em um tesauro (DODEBEI, 2002, p. 97). Observe-se:

Substantivo, sujeito	=	<b>Substância</b>
Adjetivo qualitativo	=	<b>Qualidade</b>
Adjetivo quantitativo	=	<b>Quantidade</b>
Pronome relativo, adjunto adnominal	=	<b>Relação</b>
Verbo na voz ativa	=	<b>Ação</b>
Verbo na voz passiva	=	<b>Paixão</b>
Advérbio de lugar	=	<b>Lugar</b>
Advérbio de tempo	=	<b>Duração</b>
Advérbio de modo	=	<b>Maneira de ser</b>

Porfírio, filósofo grego do século IV, também elegeu cinco categorias para representar o mundo, as quais ele chamou de Predicáveis ou Categoremáticas:

- **Gênero** (conjunto de coisas ou idéias passíveis de serem divididas em dois ou mais grupos ou espécies);
- **Espécies** (os vários grupos que resultaram da divisão de um gênero, a partir de determinadas características);
- **Diferença** (qualidade ou atributo que distingue as espécies);
- **Propriedade** (qualidade comum, porém não exclusiva, a todos os membros de um gênero);
- **Acidente** (qualidade que pode se manifestar acidentalmente nos vários membros de um mesmo gênero).

Por sua vez, Roget, ao criar o seu *Thesaurus*, identificou e trabalhou com as categorias **Relações Abstratas, Espaço, Matéria, Intelecto, Afeições e Volições**.

Gomes (1996, p. 3) explica que, para Ranganathan, as idéias de uma área de assunto podem ser vistas como um todo e ser sempre reunidas sob 5 Categorias Fundamentais – ou Facetas – as quais ele denomina: **Personalidade** (conceitos que não se incluem nas categorias seguintes), **Matéria** (materiais que constituem os objetos), **Energia** (ações, processos, operações, fenômenos, técnicas), **Espaço** (lugar) e **Tempo** (período).

As cinco facetas identificadas por Ranganathan podem ser resumidas da seguinte forma:

- **Personalidade** (quem?) – sujeito;
- **Matéria** (que?) – objeto direto;
- **Energia** (como?) – verbo;
- **Espaço** (onde?) – complemento circunstancial de lugar;

- **Tempo** (quando?) - complemento circunstancial de tempo.

A autora ensina, ainda, que essas facetas têm sua manifestação nas classes mais gerais dentro de uma área do conhecimento, o que levou Ranganathan a desenvolver princípios e estabelecer postulados para organizar os conceitos no interior de cada faceta, tornando possível o estabelecimento de relações de subordinação lógica (hierárquicas) entre os conceitos.

Vickery, com o objetivo de permitir uma maior flexibilidade e generalidade aos sistemas de classificação facetada, propôs uma ordem de citação padronizada, contendo os seguintes elementos: **Cosa / Parte / Propriedade / Processo / Operação / Agente** (DAHLBERG, 1979, p. 357)

O Classification Research Group–CRG, criado na década de 50, na Inglaterra, com o objetivo de continuar o estudo de Ranganathan sobre as facetas, identificou outras categorias fundamentais resultantes dos conceitos, que podem ser apresentadas de modo simplificado como a seguir: **Cosa, Parte, Propriedade, Material, Processo, Agente ou Instrumento do Processo, Lugar, Tempo e Forma**.

Dahlberg, por sua vez, elegeu as seguintes supercategorias: **Entidades** (princípios, objetos imateriais, objetos materiais); **Propriedades** (quantidades, qualidades, relações); **Atividades** (operações, processos, estados) e **Dimensões** (tempo, espaço, posição).

Shera e Egan sugeriram como categorias: **Agente, Ato, Ferramentas, Objeto de Ação, Tempo, Espaço e Produto** (VICKERY, 1960, p. 24).

De Grolier divide as categorias em **Constantes** - Tempo, Espaço e Ação – e em **Variáveis** – Substância, Órgão, Analítico, Sintético, Propriedade, Forma e Organização (VICKERY, 1960, p. 24).

Durante a avaliação do “The Art and Architecture Thesaurus” (AAT), Soergel (1995) identificou as categorias: **Agente, Evento, Matéria, Objeto, Tempo e Lugar**, bem como as facetas: **Conceitos Associados, Atributos Físicos, Estilos e Períodos, Agentes, Atividades, Materiais e Objetos**.

As categorias, assim como suas facetas só devem ser consideradas para a estruturação de um conteúdo quando cumprirem o seu papel de separar os assuntos, pois se assim não for, tornam-se dispensáveis.

Apesar das diversas propostas apresentadas, é preciso destacar que uma lista de categorias ou facetas não pode ser imposta ou usada indiscriminadamente, pois as particularidades de cada campo de conhecimento exigem adequações.

Soergel (1974, p. 94) lembra que algumas facetas contêm conceitos de aplicação geral, outras ocorrem em diferentes campos do conhecimento, existem também aquelas específicas de um determinado campo, bem como as que apresentam subfacetas. Depreende-se dessa afirmativa que a análise de facetas deve contemplar essa flexibilidade, a fim de contribuir para uma melhor compreensão da estrutura conceitual de um determinado campo de conhecimento.

Ressalte-se, portanto, que, embora a definição das categorias possa variar, é recomendável que a sua formulação seja baseada no exame concreto da literatura do assunto, ou seja, na garantia literária<sup>17</sup>.

No presente trabalho, a discussão a respeito do tema se fixa na importância da identificação das categorias e das facetas para a representação adequada dos conceitos, por serem elas o ponto de partida para o estabelecimento das classes e subclasses dos esquemas de classificação, e, em particular, dos tesouros.

### 2.3.3.3 Termo

O termo é um símbolo (ou conjunto de símbolos ou sinais), portador de informação, com que se expressa um conceito (CURRÁS, 1995, p. 28). Como signo

---

<sup>17</sup> **Garantia literária** – expressão criada por Wyndham Hulme, há mais de 80 anos, que afirma que um termo se justifica apenas se ocorre dentro da literatura de um determinado assunto com algum grau de frequência (LANCASTER, 1987, p. 21).

lingüístico ele é escolhido a partir de critérios pré-determinados para representar um único conceito, ou seja, ter um único significado, o que lhe faculta um caráter denotativo.

Bräscher (1999) afirma ser o termo a forma externa do conceito, não podendo ser confundido com o próprio conceito. E destaca, ainda, que durante a elaboração de um tesauro, o objeto de trabalho deve ser o conceito e não o termo.

Para Felber *apud* Currás (1995, p. 30), termo é a “unidade lingüística de um vocabulário especializado” e, de uma forma ainda mais sintética, Irazazábal *apud* Currás (1995, p. 30) o define como sendo a “formalização de um conceito”.

Mais uma vez, faz-se oportuna a remissão à Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 167), que interpretam a posição do termo no triângulo conceitual de Dahlberg da seguinte forma:

O termo acaba sendo um elemento do próprio conceito – o *terminum* – que sintetiza o conceito como um todo e permite a comunicação, nesse caso, verbal... Assim, tratar o termo como representante de um referente, com suas características, é dar a ele um tratamento terminológico. E o estabelecimento de uma equivalência entre o termo (o *definiendum*) e as características necessárias de um referente de um conceito (o *definiens*), com o propósito de delimitar o uso do termo em um discurso, resulta na definição desse conceito dentro de um sistema.

O estudo do termo encontra em Eugen Wüster um representante significativo, pelo fato dele ter sido o autor da Teoria Geral da Terminologia - TGT<sup>18</sup>. Esta teoria se ocupa, prioritariamente, das relações dos conceitos entre si e do binômio conceito-termo. Baseando-se na classificação aristotélica, ela distingue as relações entre os conceitos como lógicas (diretas ou genéricas) e ontológicas (indiretas).

Ginez de Lara (2004, p. 92 e 95) destaca que “a terminologia clássica nascida de Wüster considera primeiramente o conceito, atribuindo à língua apenas a função designacional” e que “o objetivo de Wüster, fundador da TGT, era, via normalização, alcançar a precisão e possibilitar a comunicação profissional sem ambigüidades”.

---

<sup>18</sup> Sua tese de doutoramento, publicada em 1931 e considerada um tratado da TGT, relaciona a Linguística, a Lógica, a Ontologia, a Conceitologia, a Ciência da Natureza e a Ciência da Informação (CURRÁS, 1995, p. 42).

As idéias pontuais de Wüster são assinaladas por Gomes (1996, p. 6):

- A atividade terminológica trata de conceitos e sua sistematização, ela tem início no conceito e termina no termo;
- Ela incorpora, sobretudo, a realidade extra-lingüística, seu objetivo não é a língua, mas o conceito;
- Existe uma relação direta entre o termo e o referente, e esta relação se dá via conceito;
- Os termos de uma área de assunto se relacionam lógica (superordenação/subordinação ou genérico/específica) e ontologicamente (relações partitivas e seqüenciais), como um sistema.

Este último item é particularmente importante para o presente trabalho porque é através das relações ontológicas dos conceitos/termos, exploradas pela TGT, que se torna possível estabelecer, de modo mais seguro, as relações associativas nos tesouros.

Gomes e Campos (2004, p. 4) refletem sobre a relação entre a TGT e o Tesouro:

Qual a contribuição da Terminologia para o Tesouro documentário? Ela se ocupa do conceito e das relações entre eles, exatamente como deve ocorrer num tesouro documentário.

Cabré (1993, p. 112) explicita esse binômio:

La terminología constituye una de las bases de los tesoros y clasificaciones temáticas, puesto que la expresión de cualquier relación de contenido entre los conceptos se efectúa a través de un término. Así, en estas herramientas documentales los términos representan relaciones. La utilización de una terminología estandarizada para indizar los documentos confiere a la documentación una sistematicidad y una univocidad que el uso de palabras de la lengua común nunca podría lograr.

De acordo com a função que o termo desempenha no tesouro, ele pode ser identificado como:

- Descritor: quando passa a figurar como termo autorizado;

- Não-descritor: termo que, assim como o descritor, tem condições de representar um conceito, porém não é utilizado pelo indexador pelo fato de já existir um termo sinônimo no tesouro.
- Modificador: termo de uso freqüente e de significado geral, que geralmente expressa ações ou atributos. Não pode ser utilizado sozinho, e, sim, de forma combinada com descritores, esclarecendo ou delimitando o significado dos mesmos.
- Identificador: termo que representa nomes próprios (pessoas, instituições, nomes geográficos, marcas comerciais, siglas, abreviaturas etc.).
- Qualificador: termo utilizado para diferenciar homógrafos, sendo normalmente incluído, entre parênteses, após o descritor (BRÄSCHER, 1999).

No que diz respeito à Terminologia, a ISO desenvolveu uma norma (ISO-860) de harmonização de conceitos e termos que visa oferecer soluções para problemas terminológicos e permitir a interoperabilidade entre os sistemas de informação.

Os termos de um tesouro podem ser estudados sob o ponto de vista semântico (as relações que estabelecem entre si) e sintático (suas conotações internas), sendo que suas aplicações devem obedecer a algumas regras, a fim de tornar a representação dos conceitos dos documentos mais efetiva.

Com relação ao aspecto sintático, as normas ANSI/NISO Z39.19 e ISO 2788 orientam: dar preferência aos substantivos e à forma direta, evitar os verbos, utilizar abreviaturas e siglas somente quando o conceito for mais conhecido dessa forma do que pelo termo por extenso, descrever no plural os substantivos que se referem à quantidade, portanto, contáveis (quantos?), e no singular aqueles que se referem ao volume, os incontáveis (quanto?), evitar sinais de pontuação, utilizar termos estrangeiros apenas quando não houver um correspondente na língua do indexador etc.

Os termos compostos também devem ser alvos de atenção, pois o fato do tesouro ser visto como um instrumento essencialmente pós-coordenado traduz uma falsa idéia de que todos esses termos devam ser fragmentados pelo documentalista

durante a elaboração do tesouro para serem combinados, novamente, no momento da busca. Essa premissa é equivocada, pois a fatoração<sup>19</sup> só pode ocorrer quando não implicar em prejuízo para a compreensão do usuário, o que remete à necessidade de estabelecimento de critérios a esse respeito.

Apesar do termo ser mais restritivo que a palavra, ele pode carregar ambigüidades e, nesse aspecto, é o contexto que o especifica. Esse contexto, por sua vez, pode ser classificado em geral (área do conhecimento na qual o termo está inserido) ou específico (o significado de uma palavra de determinada área é aquele utilizado pelos autores dessa área). Este último é conhecido também como garantia literária.

#### **2.3.3.3.1 Aspectos lingüísticos do controle terminológico**

A origem do conhecimento está nos conceitos, que são elaborados pelo pensamento a partir de informações e expressos pela linguagem. Portanto, ao se estudar o conceito e sua representação, torna-se impossível dissociar os elementos cognitivos dos lingüísticos. Nesse sentido, Alvarenga (2003, p. 8) lembra que, quando se considera o “aspecto da representação simbólica do conceito, emerge o papel da terminologia”.

No caso dos tesouros, a importância dessa relação – lingüística / documentação – é potencializada quando se foca o controle do vocabulário. Para tanto, existem mecanismos inibidores de problemas lingüísticos passíveis de serem utilizados.

A seguir, alguns exemplos de fenômenos lingüísticos responsáveis por transtornos de significado (ambigüidade semântica) e as respectivas providências para minimizá-los.

---

<sup>19</sup> **Fatoração:** análise de um termo em elementos de significados distintos (AUSTIN, 1993, p. 34).

a) Polissemia: ocorre quando um mesmo termo representa mais de um conceito e há relação semântica entre eles.

Exemplo:

**JUÍZO** - entidade judiciária.

**JUÍZO** - parecer.

É possível solucionar essa disfunção através da contextualização, ou seja, acrescentando uma adjetivação ou um modificador ao descritor.

Exemplo:

**JUÍZO ARBITRAL**

b) Homonímia: ocorre entre palavras que possuem:

- *Homografia*: identidade gráfica entre dois ou mais morfemas que não guardam relação semântica entre si.

Exemplo:

**ARMA**: verbo armar.

**ARMA**: instrumento de ataque ou defesa.

**ARMA**: subdivisões básicas da tropa do exército.

Nos tesouros, o problema reside na homografia e é solucionado pela adjetivação ou pelo acréscimo de um modificador ao descritor.

Exemplo:

**ARMA DE FOGO**

- *Homofonia*: identidade fônica, porém grafia diversa entre dois ou mais morfemas de significados diferentes.

Exemplo:

**CESSÃO:** ato de ceder.

**SEÇÃO:** parte de um todo.

**SESSÃO:** espaço de tempo durante o qual se realiza um trabalho ou parte dele.

c) Sinonímia<sup>20</sup>: diz-se de um mesmo conceito que pode ser representado por mais de um termo. Neste caso, o controle é realizado através das relações de equivalência (USE/UP), com a adoção de um único termo como descritor e dos demais como não-descritores.

Exemplo:

Discussão

**USE DEBATE**

DEBATE

**UP** Discussão

Uma outra forma de minimizar os problemas lingüísticos ora citados é através do uso de notas explicativas/de escopo/de aplicação, que têm o objetivo de esclarecer o usuário a respeito do âmbito de aplicação dos termos escolhidos para representar os conceitos, instruindo-os com relação ao seu uso.

Gomes (1990, p. 54) destaca que “elas são necessárias porque o tesauro é uma linguagem artificial e, nesse sentido, alguns termos podem ter seu conteúdo conceitual restringido ou ampliado. Tal decisão depende da clientela para a qual foi projetado o tesauro”.

---

<sup>20</sup> “Entre lingüistas é mais freqüente a aceitação do conceito de quase-sinônimo, ou de para-sinônimo, uma vez que parece muito pouco provável que, em L[inguagem] N[atural] , duas palavras portadoras de exatamente o mesmo significado possam sobreviver. Entre documentalistas [...] enquanto sinônimo indica cada um dos termos de uma língua dada que designam uma mesma noção, mas que se situam em níveis da língua ou de conceptualização diferentes, ou que se empregam em situações de comunicação diferentes; quase-sinônimos designam formas que não são intercambiáveis em todos os enunciados relativos a um mesmo domínio” (CINTRA et al., 2002, p. 76).

### 2.3.4 Relações básicas

Gomes e Campos (2004, p. 4) argumentam que um dos postulados da TGT é que os conceitos de uma área de assunto são inter-relacionados, formando um sistema. Não existe conceito isolado: ele está sempre relacionado com pelo menos um conceito.

Por conseguinte, Gomes (1990, p. 26) defende que estabelecer relações entre conceitos significa dar-lhes uma posição no sistema de conceitos, ou seja, estabelecer-lhes o gênero, a espécie, as associações. Em outras palavras, é através da definição dos conceitos que se torna possível traçar as relações entre eles, permitindo, desse modo, efetivar o arranjo classificado dos tesouros.

Destaque-se que os tesouros são estruturados de maneira lógico-semântica, apresentando conceitos relacionados hierarquicamente (na vertical) e permitindo que outros conceitos sejam agregados associativamente (na horizontal).

De acordo com a norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 16), as relações básicas constituem-se as características primárias que distinguem um tesouro sistemático de uma lista de termos não-estruturada, tal como um glossário.

Soergel (1974, p. 112) lembra que os psicólogos têm estudado as associações terminológicas elaboradas pelas pessoas em suas mentes e que, a partir deste ponto de vista, é possível distinguir dois tipos principais de relacionamentos:

- Relacionamentos de definição: sinônimos, quase-sinônimos, similaridade de significado.
- Relacionamentos de contigüidade contextual: todo/parte e encadeamento lógico.

Importante destacar que tais relações costumam ser expressas através de símbolos ou abreviaturas convencionadas (Anexos A e B) e, em princípio, cada relacionamento é visto como recíproco.

Para Dahlberg (1978b, p. 104 e 1979, p. 259), quando a análise do conceito apresenta uma abordagem qualitativa, considerando seus aspectos formais e materiais, é possível estabelecer as seguintes relações semânticas entre esses conceitos:

- hierárquica;
- de oposição (negação);
- funcional (intersecção);
- de partição (todo/parte).

Enquanto as duas primeiras se ocupam de um corpo de conceitos estáticos (objetos, propriedades etc.), a funcional é desencadeada por processos ou atividades.

O Manual de Elaboração de Tesouros Monolíngües (MEC, 1990, p. 39-46), por sua vez, reconhece três tipos de relacionamentos: lógico (superordenação/subordinação ou genérico/específicas), ontológico (partitivas e seqüenciais -contigüidade no espaço ou no tempo) e de efeito.

Gomes (1996) *apud* Tristão, Fachin e Alarcon (2004, p. 169-170), afirma:

Existem vários tipos de relacionamentos entre os conceitos, podendo-se destacar: relacionamento lógico (genérico/específico, analítico, de oposição), relacionamento ontológico (partitivo, de sucessão, material/produto) e relacionamento de efeito (causalidade, instrumental, descendência genealógica, estágios de substância, antogênica) [...]

E ainda, define:

- relacionamento lógico: aquele que se estabelece entre os conceitos que possuem características comuns;
- relacionamento ontológico: resulta das propriedades dos objetos representados pelos conceitos e caracteriza-se pela contigüidade no tempo e no espaço ou pela conexão de causa e efeito;
- relacionamento de efeito: como o próprio nome sugere, refere-se a uma relação entre os conceitos que indica o efeito.

Como é possível observar, são várias as possibilidades de organização de uma estrutura de relacionamentos conceituais, porém as três formas de relações básicas mais amplamente reconhecidas e utilizadas nos tesouros serão apresentadas a seguir.

#### **2.3.4.1 Relações de equivalência (USE/UP)**

Os sistemas de informação documentária convivem com vários tipos de linguagens, quais sejam: dos documentos, dos usuários, dos indexadores etc., o que dificulta sobremaneira a comunicação entre esses grupos. Para tanto, os tesouros, embora se constituam um tipo de linguagem artificial e, portanto, tenham por objetivo minimizar esses ruídos, oferecem, ainda, a possibilidade de refinar esse processo de comunicação através do estabelecimento das relações de equivalência.

Tais relacionamentos operam ao nível da sinonímia lingüística (sinônimos e quase-sinônimos), ou seja, “quando o mesmo conceito pode ser representado por dois ou mais termos” (ANSI/NISO Z39.19, 2003, p. 15). Nesse caso, elege-se um termo como descritor e os demais, como não-descritores.

Currás (1995, p. 145-6) exemplifica as formas de sinonímia que se apresentam habitualmente e que resultam em relações de equivalência:

- Nomes populares / científicos (aranhas = aracnídeos);
- Nomes comuns e científicos / marcas comerciais (PVC = policloreto de vinil);
- Nomes instituídos cientificamente / os devidos à linguagem popular (aparelho de televisão = TV);
- Palavras com ortografia diferente (Rumânia = România);

- Termos de origem lingüística diferente (trabalho doméstico = trabalho caseiro);
- Termos originados de grupos étnicos diferentes, mas que usam uma língua comum (rapariga / em Portugal = moça / no Brasil);
- Termos atuais / Termos de menor uso (ensino à distância = ensino por correspondência);
- Abreviaturas e nomes completos (CDU = Classificação Decimal Universal).

A autora também exemplifica as quase sinonímias:

- Termos de significados muito semelhantes, porém onde se pode estabelecer algumas diferenças (gênios = superdotados);
- Termos que podem ser agregados sob outro com maior abrangência de significado (microformas = microfichas e microfilme).

Como regra geral, são escolhidos como descritores os termos científicos, os mais usados e os mais atuais.

A fim de orientar o usuário, sinaliza-se essa relação através dos indicadores USE (precede o termo preferencial e remete um termo equivalente para um descritor) e UP (indica o(s) termo(s) equivalente(s) daquele descritor).

Assim como as abreviaturas dos indicadores são convenções, também o é a forma de impressão dos descritores e não-descritores (equivalentes). Os primeiros são registrados em caixa alta, ou seja, impressos em letra maiúscula, enquanto que os segundos são impressos em letra minúscula, com exceção da letra inicial.

Exemplo:

DÉBITO FISCAL  
**UP** Débito Tributário

Débito Tributário  
**USE** DÉBITO FISCAL

#### 2.3.4.2 Relações hierárquicas

Segundo a norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 16), as relações hierárquicas exprimem os graus ou os níveis de superordenação (hiperonímia<sup>21</sup>) - (TG – termo genérico) e subordinação (hiponímia<sup>22</sup>) - (TE – termo específico) entre os conceitos, sendo que o termo superordenado representa uma categoria/classe ou o todo de que o termo subordinado é membro ou parte.

Hutchins (1975, p. 43) traça um paralelo entre as relações hiperonímicas e as hiponímicas:

Ambas são analíticas – uma espécie é sempre um membro do seu gênero, uma hiponímia sempre está incluída na sua hiperonímia – e ambas podem ser declaradas em termos através dos componentes ou propriedades: as espécies/hiponímia são subordinadas ao seu gênero/hiperonímia por uma propriedade adicional (diferença) [...]

Não obstante, ele aponta que as diferenças residem no fato das relações genéricas demonstradas pelas linguagens documentárias serem, geralmente, baseadas em taxonomias científicas e, na sua maioria, possuírem mais de cinco níveis hierárquicos, enquanto que as relações hiponímicas, freqüentemente, são pré-científicas e apresentam, via de regra, quatro ou cinco níveis hierárquicos.

<sup>21</sup> **Hiperonímia:** quando um termo superordenado implica termos subordinados que contêm todas as características do primeiro e mais uma que o distingue dos demais (CINTRA et al., 2002, p. 80-1).

<sup>22</sup> **Hiponímia:** é definida como a inclusão do conceito de um lexema no conceito de outro (HUTCHINS, 1975, p. 43).

Para Cintra et al. (2002, p. 79), “a relação de hiponímia/hiperonímia (ou subordinação/superordenação) permite verificar que um termo pertence, ou subordina-se a um outro mais geral, o gênero, mas não permite identificar em que os termos subordinados se diferenciam entre si”.

Soergel (1974, p. 78) lembra que a hierarquia não deve ser uma camisa de força na qual o universo do conhecimento tem que se encaixar de qualquer modo e ensina que as relações hierárquicas podem ocorrer através de duas formas:

- Mono-hierarquia: quando o termo específico encontra-se subordinado diretamente a apenas um termo geral.

Exemplo:

**DESPEDIDA**  
TE DESPEDIDA ARBITRÁRIA

**DESPEDIDA ARBITRÁRIA**  
TG DESPEDIDA

- Poli-hierarquia: quando o termo específico subordina-se diretamente a mais de um termo genérico. Neste caso, o tesauro deve indicar todas as relações possíveis.

Exemplo:

**BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO**  
TE AUXÍLIO-DOENÇA

**SEGURO SOCIAL**  
TE AUXÍLIO-DOENÇA

**AUXÍLIO-DOENÇA**  
TG BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO  
TG SEGURO SOCIAL

Com relação à mono-hierarquia, Soergel (1974, p. 70-81) a apresenta como um princípio utilizado pelos esquemas de classificação que tinham como principal objetivo a arrumação dos livros nas estantes, porém, ressalva que ela é inadequada para representar e recuperar os conceitos compostos dos documentos.

Um dado conjunto de conceitos é subdividido em grupos mutuamente exclusivos; cada um desses grupos volta-se a subdividir-se em subgrupos mutuamente exclusivos, e assim por diante. A ênfase está na colocação dos conceitos em determinado tipo de arranjo ordenado. Se um conceito não se encaixa “naturalmente” em nenhum lugar do arranjo, é colocado arbitrariamente em algum lugar. Se um conceito pode se encaixar em diferentes lugares, ele é mais ou menos arbitrariamente designado para um deles; a nenhum conceito é permitido ter mais de um conceito mais amplo. A esse princípio nós chamamos de mono-hierarquia.

Para os conceitos compostos, ele defende a fatoração semântica, que só é possível de ocorrer com a poli-hierarquia, argumentando que um esquema poli-hierárquico permite uma melhor representação da estrutura conceitual de um campo do conhecimento.

As relações hierárquicas desdobram-se em três situações mutuamente exclusivas:

- a) relacionamento genérico (gênero / espécie);
- b) relacionamento partitivo (todo / parte);
- c) relacionamento de instância.

#### **2.3.4.2.1 Relações genéricas ou gênero/espécie (TG/TE)**

Hutchins (1975, p. 43) afirma que, dentre as relações conceituais estabelecidas pelas linguagens documentárias, a gênero/espécie é a mais conhecida e talvez, a mais compreendida. A partir desta afirmativa ele apresenta os seus elementos identificadores: “em uma terminologia tradicional de lógica nós podemos dizer que a classe de entidades que formam um gênero é dividida em

subclasses (espécies) tendo por base as diferenças derivadas de uma única característica”.

A definição de “gênero”, para Cintra et al. (2002, p. 52), aponta para uma noção superordenada que comporta as mesmas características das noções subordinadas a ela, enquanto que a “espécie” compartilha das mesmas características da noção que lhe é superordenada, apresentando, porém, pelo menos, uma característica a mais que a diferencia.

Resgatando as categorias de Porfírio<sup>23</sup>, **gênero** é um conjunto de coisas ou idéias passível de ser dividido em dois ou mais grupos e **espécie** são os grupos resultantes dessa divisão identificados por características próprias.

Esse raciocínio permite uma analogia com o corpo humano que compreende um gênero formado por vários sistemas, estes, por sua vez, constituídos de espécies. Essas espécies também podem ser subdivididas e, dessa forma, funcionar como gêneros, como no caso do sistema digestivo em relação ao estômago (GUARINO, 2001, p. 127).

Destaque-se que a relação gênero/espécie só é possível de ocorrer entre conceitos pertencentes a um mesmo nível de hierarquia.

Currás (1995, p. 152) aponta como exemplos de relações hierárquicas genéricas:

- espécies de animais ou plantas (vertebrados: anfíbios / aves / mamíferos / répteis);
- objetos e suas classes (documentos: documentos primários / documentos secundários);
- ações e propriedades (classificação de documentos: classificação alfabética / classificação facetada);

---

<sup>23</sup> **Porfírio**: citado na Subseção 2.3.3.2.

- conceitos abstratos e seus efeitos (valores: valor econômico / valor moral / valor social);
- profissões e suas classes (bibliotecários: bibliotecários gerais / bibliotecários especializados).

Segundo Lancaster (1986, p. 40), a verdadeira relação gênero/espécie é aquela entre coisa/tipo, coisa/aplicação e coisa/derivado, porém ele lembra que as orientações da Unesco também legitimam o aspecto “instância”.

No tesouro, a relação gênero/espécie é representada da seguinte maneira: se A é TG de B, então B é TE de A.

Exemplo:

**PODERES DO ESTADO**  
TE PODER LEGISLATIVO

**PODER LEGISLATIVO**  
TG PODERES DO ESTADO

Entretanto, é possível encontrar nos tesouros uma relação de maior especificidade entre os termos, expressa em outros níveis hierárquicos. Neste caso, tem-se a relação indireta ou relação de segundo (e seguintes) nível hierárquico. (BRÄSCHER, 1999). Saliencia-se que não há restrição quanto ao número de níveis existentes nessas relações.

Exemplo:

**PODERES DO ESTADO**  
TE1 PODER LEGISLATIVO  
TE2 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
TE2 CONGRESSO NACIONAL

**PODER LEGISLATIVO**  
TG1 PODERES DO ESTADO  
TE1 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

**TE1 CONGRESSO NACIONAL**  
**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**  
**TG1 PODER LEGISLATIVO**  
**TG2 PODERES DO ESTADO**

**CONGRESSO NACIONAL**  
**TG1 PODER LEGISLATIVO**  
**TG2 PODERES DO ESTADO**

#### **2.3.4.2.2 Relações partitivas ou todo/parte (TGP/TEP)**

Diz-se da relação existente entre um todo e suas partes, ou seja, um conceito no todo é formado pela somatória das características de suas partes.

A aplicação desse tipo de relacionamento restringe-se a um número limitado de situações, nas quais o todo corresponde ao termo superordenado e a parte, ao termo subordinado.

Nesse sentido, Dodebei (2002, p. 94) leciona:

As relações partitivas podem ser reconhecidas pela especificação das partes de um objeto natural (uma planta, um animal, um mineral); ou pela identificação dos elementos de construção de um produto (uma bicicleta, uma casa, um telefone); ou ainda pela constituição de uma unidade organizacional (um país e seus estados, um campo de estudo e seus subcampos).

Currás (1995, p. 154) elenca quatro situações em que é possível se estabelecer relações partitivas:

- sistemas e órgãos do corpo humano (ouvido: ouvido interno / trompa de Eustáquio / tímpano);
- localidades geográficas (Espanha: Madri);

- ciências e disciplinas (Ciências da Informação: Biblioteconomia / Arquivologia / Documentação);
- estruturas hierárquicas sociais (arquiocese: diocese ).

Para Hutchins (1975, p. 45), as relações partitivas não se restringem às relações todo/parte. Existem também as relações partitivas intrínsecas e as abrangentes. As intrínsecas ocorrem quando algo pode ser dito como necessariamente composto de alguma coisa, usualmente um material, como por exemplo: Diamante/Carbono - um *diamante* é composto de *carbono*. As relações partitivas abrangentes ocorrem quando algo pode ser dito como necessariamente composto de um conjunto de vários membros de uma classe de entidades, como por exemplo: um *mosaico* é feito de *cristais* e “*poeira, grãos de areia*” se constituem suas partículas.

As relações partitivas são alvo da atenção dos indexadores pelo fato de, às vezes, serem apresentadas como relações hierárquicas e, em outros momentos, como relações associativas.

Lancaster (1986, p. 40) chama a atenção para o fato de, na maioria das circunstâncias, as relações partitivas não se constituírem legítimas relações gênero/espécie, embora em algumas áreas, como anatomia e geografia, por convenção, isso seja aceito.

Ele ainda ressalta as orientações da Unesco que reconhece duas novas classes nas quais as relações partitivas podem ser tratadas como legítimas relações gênero/espécie: campos de discurso (ex.: ciência/ biologia) e estruturas sociais (ex.: forças armadas/unidade militar).

#### **2.3.4.2.3 Relações de instância (TGI/TEI)**

A norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 18) define este tipo de relacionamento como aquele que ocorre entre uma categoria geral de coisas ou eventos, expressas por um nome comum, e uma instância individual dessa categoria, geralmente um nome próprio.

As relações de instância também são conhecidas como relações de exemplo (AUSTIN, 1993, p. 49).

Exemplo:

**REGIÕES MONTANHOSAS**

**TEI ALPES**

**TEI HIMALAIA**

#### **2.3.4.3 Relações associativas (TR)**

Esse tipo de relação ocorre quando dois ou mais termos “são tão associados mentalmente que se deve tornar esta ligação explícita no tesauro” (GOMES, 1984, p. 31), ou, em outras palavras, quando há necessidade de relacionar termos que se encontram em campos semânticos distintos, porém próximos.

Nessa vertente, Currás (1998, p. 103) afirma “que se estabelecen relaciones asociativas entre los términos cuando las familias, o grupos de términos afines, se estudian desde un plano horizontal, teniendo en cuenta diferentes puntos de vista”.

O enunciado de Soergel (1974, p. 83), embora subjetivo, auxilia a compreensão das relações associativas explicando-as como aquelas que podem ser expressas da seguinte forma: O conceito A está relacionado com o conceito B quando um indexador ou pesquisador ao se deparar com o A se lembra da existência de B.

Pode-se afirmar, por conseguinte, que as relações associativas ocorrem entre termos semântica ou conceitualmente associados, mas não equivalentes, utilizados no mesmo contexto.

Austin (1993, p. 50) alerta que

[...] esta é uma das relações básicas mais difíceis de definir no que diz respeito às suas características positivas e não às negativas. Ela cobre as relações entre pares de termos que não são membros de um conjunto de equivalência nem podem ser organizados em uma hierarquia onde um termo se subordina a outro.

Embora seja possível encontrar na literatura autores que defendam a idéia de que as relações associativas, indicadas pelo conector TR, são relações horizontais ou sintagmáticas, que apresentam um caráter inter-hierárquico ao invés de intra-hierárquico, Hutchins (1975, p. 46-48) advoga:

O que nós temos em muitas relações associativas é uma relação conceitual em ambas as redes, paradigmática e sintagmática. Paradigmaticamente os descritores são relacionados associativamente se eles compartilham um número de componentes comuns – contanto que a relação não tenha sido interpretada como genérica ou partitiva...[a RT entre uma *Coisa* (produto) e seu *Processo* e vice-versa não é estabelecida entre *qualquer* produto e *qualquer* processo, mas entre produtos e processos intimamente relacionados em uma rede paradigmática]. Sintagmaticamente os descritores são relacionados associativamente se eles podem formar uma unidade fraseológica; um processo produtivo e o produto desse processo estão relacionados sintagmaticamente pelo fato de que é possível dizer que o produto é produzido pelo processo...

O posicionamento de Hutchins acompanha a norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 19), que apresenta como possível o vínculo semântico associativo entre termos de uma mesma hierarquia e de hierarquias diferentes.

Com relação ao primeiro caso – uma mesma hierarquia -, a supracitada norma prevê três situações:

- a) o relacionamento associativo entre termos “irmãos” que se complementam, embora cada um desses termos possa ser definido de maneira precisa, o que descarta a possibilidade de relação de equivalência.

Exemplo:

**VEÍCULO**

TE BARCO

TE NAVIO

**BARCO**

TG VEÍCULO

TR NAVIO

**NAVIO**

TG VEÍCULO

TR BARCO

- b) o relacionamento associativo entre termos “irmãos” que se excluem mutuamente, embora compartilhem do mesmo termo geral.

Exemplo:

**FLOR**

TE NARCISO

TE ROSA

**NARCISO**

TG FLOR

TR ROSA

**ROSA**

TG FLOR

TR NARCISO

- c) o relacionamento associativo entre conceitos derivados um do outro, também conhecido como relacionamento derivado.

Exemplo:

**EQÜINO**

TE BURRO  
TE CAVALO  
TE MULA

**BURRO**

TG EQÜINO  
TR MULA

**MULA**

TG EQÜINO  
TR BURRO  
TR CAVALO

**CAVALO**

TG EQÜINO  
TR MULA

(Obs.: Cavalo e Burro não são relacionados porque não compartilham um relacionamento derivado).

Com relação à segunda possibilidade - os termos pertencerem a hierarquias diferentes -, de modo geral, as relações associativas ocorrem quando os descritores encontram-se relacionados etimologicamente, ou seja, quando eles possuem uma mesma raiz, porém não representam uma mesma coisa.

É nesse momento que as relações associativas constituem-se um desafio para os indexadores, pois, pelo fato de não apresentarem a clareza das relações hierárquicas e de equivalência, exigem dos profissionais da informação um profundo conhecimento, tanto da estrutura do tesouro quanto do assunto abordado por ele, a fim de que seja possível viabilizar o estabelecimento desses vínculos conceituais.

Com relação a esse tema, Gomes (1984, p. 31) lembra:

Dahlberg considera, além dos relacionamentos lógicos, apenas o relacionamento funcional, isto é, aquele em que um termo que denote atividade ou operação se liga, conceitualmente, a uma entidade ou propriedade. Os tesouros baseados estritamente em conceitos não levam em consideração os relacionamentos que não sejam determinados pelas características dos conceitos. Ainda não existe pesquisa suficiente para determinar as bases teóricas das relações associativas [...] [grifo nosso]

Essa dificuldade de definição é respaldada por Lancaster (1986, p. 46), que apregoa:

Infelizmente, não é possível estabelecer regras precisas o bastante para este relacionamento do mesmo modo que se pode fazer para as relações hierárquicas. O melhor que se pode dizer é que dois termos quaisquer cujos significados são relacionados, mas que aparecem em diferentes hierarquias do tesouro, são possíveis candidatos a uma relação associativa. [grifo nosso]

Ponto de vista similar apresenta Hutchins (1975, p. 46) ao destacar que a dificuldade em definir esse tipo de relacionamento conduz, quase que inevitavelmente, a resultados arbitrários e não sistemáticos.

Nesse diapasão, também a norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 19):

A relação associativa é a mais difícil de se definir, porém é importante explicitar a natureza do relacionamento entre os descritores vinculados dessa forma e evitar julgamentos subjetivos tanto quanto possível; caso contrário, a referências TR poderão ser estabelecidas de modo inconsistente. [grifo nosso]

Tudhope, Alani e Jones (2005, p. 5), comungando do mesmo entendimento, alertam: “um TR é, às vezes, utilizado para representar nada mais do que uma conexão ‘ver também’ extremamente vaga entre dois conceitos. Isso pode levar a uma expansão incontrolada de grupos de termos, gerando uma potencial perda de precisão”.

E complementam que, em algumas circunstâncias, pode ser apropriado considerar todos os tipos de relacionamento associativo com um TR genérico com o propósito de recuperar informações, entretanto, em determinados contextos, é desejável considerar os diferentes subtipos de TR para se obter um resultado mais preciso.

Para Soergel (1974, p. 108), as relações associativas podem ocorrer entre:

a) conceitos cujos significados sejam similares (Idéias políticas / Filosofia social);

b) conceitos relacionados empiricamente, ou seja, próximos contextualmente:

- Contigüidade baseada na definição (Copyright / Duplicação);
- Contigüidade baseada no conhecimento empírico (Álcool / Solventes);
- Contigüidade e frequência de combinação (Impostos / Leis públicas).

A norma ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), assim como Aitchison e Gilchrist (1979, p. 54-55), Austin (1993, p. 50-55), Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106), Gomes (1984, p. 32-35), Hutchins (1975, p. 46), Lancaster (1986, p. 46-47), dentre outros autores, buscaram definir alguns elementos passíveis de caracterizar a existência de relações associativas em tesouros, tais como os exemplificados abaixo:

- **Atividade / Agente** (tabagismo / fumo);
- **Atividade / Produto ou Relação instrumental** (tear / tecido);
- **Atividades complementares** (compra / venda);
- **Causa / Efeito** (infecção/febre);
- **Coisa / Aplicação** (abastecimento de água / irrigação);
- **Coisa / Propriedade** (venenos / toxicidade);
- **Coordenação** (conceitos derivados de um mesmo termo genérico);
- **Disciplina / Objeto estudado** (entomologia / insetos);
- **Matéria prima / Produto** (bauxita / alumínio);
- **Opostos / Oposição** (vida / morte);
- **Pessoa ou Coisa / Origem** (Brasil / brasileiro);
- **Relação genética** (um objeto precede outro).

Percebe-se, todavia, que não há consenso entre os autores (e, às vezes, entre um mesmo autor) em relação a este tema, pois é possível identificar um mesmo critério para definir dois tipos de relacionamentos diferentes. Exemplo: Currás (1995, p. 153 e 158) apresenta o critério “Ação / Propriedade” para definir uma relação hierárquica genérica e uma relação associativa.

Mais uma vez, recorre-se a Lancaster (1986, p. 47), que propõe um teste para comprovar a pertinência de uma relação associativa em tesouro:

É provável que alguém procurando uma informação indexada sob o termo A também pudesse se interessar por uma informação indexada sob o termo B? Se a resposta for sim, então A e B poderiam constituir uma relação associativa, provando que os relacionamentos não são explicitados apenas através da estrutura TG/TE.

Embora apoiada nos critérios acima, Currás (1995, p. 156) alerta

[...] que se deve ser cauteloso no momento de escolher relações associativas, porque se corre o risco de exceder-se, com o pretexto de construir o mais exato tesouro. Contudo, o que se conseguirá é torná-lo mais confuso e difícil de utilizar, ao contar com um grande número de termos e relações.

Embora desejável para a manutenção dos tesouros, não é uma regra absoluta que os relacionamentos associativos sejam recíprocos, pois às vezes pode acontecer de A estar relacionado a B, mas B não receber A como um termo associado. (LANCASTER, 1986). Exemplo: “**Iconografia**” pode ser um TR de “**Arquitetura religiosa**”, porém a recíproca não precisa ser verdadeira.

Compatilhando desse posicionamento, Soergel (1974, p. 108) ensina que um relacionamento associativo pode ser uni-direcional, embora, enquanto regra, seja bi-direcional.

É possível encontrar na literatura indicações de relacionamento associativo (TR) através da sigla TA – termo associado - (GOMES, 1984, p. 31) e TC - termo correlato. Porém, Cavalcanti (1978, p. 48) chama a atenção para tal fato:

[...] segundo J. Mattoso Câmara Jr. (1977, p. 87), a correlação é uma ‘construção sintática de duas partes relacionadas entre si, de tal sorte que a enunciação de uma [...] prepara a enunciação de outra’ e que ‘na estruturação das formas lingüísticas, dentro da língua, considera-se como correlação a associação das formas por semelhança ao lado da oposição por seus contrastes’ verifica-se que, no caso de tesouros, a utilização da forma ‘termo correlato’ (TC) implicaria em limitar seu emprego, pois nem

sempre os termos relacionados se enquadram na definição acima”. [grifos da autora]

#### 2.3.4.4 Relações adicionais

No caso de questões específicas de grupos de usuários que não encontram respostas nas relações básicas anteriormente apresentadas, existe a possibilidade do tesouro indicar as relações adicionais, que se desdobram em alternativas e de fatoração.

A relação alternativa (VEJA...OU.../ VD), constitui um “tipo de relação de equivalência que remete um não-descritor A a dois descritores B ou C, indicando que o usuário do tesouro deve substituir o uso de A por B ou C” (BRÄSCHER, 1999). Ela é expressa da seguinte forma: A **VEJA** B **OU** C, portanto B **VD** (visto de) A; C **VD** A.

A relação de fatoração (USE...E/UP+), também considerada uma relação de equivalência, apresenta-se quando um não-descritor A é representado pela soma de dois ou mais descritores (B, C etc.), sendo expressa: A **USE** B **E** C ; B **UP+** A ; C **UP+** A.

## 2.4 Direito do trabalho e documentação jurídica

Ao resgatar o princípio aristotélico que enuncia ser o homem um animal político, destinado por natureza a viver em sociedade, Reale (1999, p. 2) apresenta o Direito como “um fato ou fenômeno social que corresponde a uma exigência

essencial e indeclinável de uma convivência ordenada, uma vez que nenhuma sociedade poderia subsistir sem um mínimo de ordem, de direção e solidariedade”.

Quando “caracterizada a insatisfação de alguma pessoa em razão de uma pretensão que não pôde ser, ou de qualquer modo não foi, satisfeita, o Estado poderá ser chamado a desempenhar a sua função jurisdicional” (CINTRA; GRINOVER; DINAMARCO, 2004, p. 42) e, para tanto, utiliza-se de dois conjuntos de normas: o primeiro, que disciplina as relações jurídicas referentes a bens e utilidades da vida (direito material) e o segundo, que rege os procedimentos que visam responder às lides (direito processual).

Com relação ao Direito do Trabalho, ele é definido por Nascimento (2005, p. 69) como

o ramo da ciência do direito que tem por objetivo as normas, as instituições jurídicas e os princípios que disciplinam as relações de trabalho subordinado, determinam os seus sujeitos e as organizações destinadas à proteção desse trabalho em sua estrutura e atividade.

Produto cultural do século XIX e das transformações econômico-sociais e políticas da época, que colocaram a relação de trabalho subordinado como núcleo motor do processo produtivo (DELGADO, 2005, p. 86), o Direito do Trabalho emergiu e se subdividiu em ramos específicos, quais sejam: Direito Internacional do Trabalho, Direito Individual do Trabalho, Direito Coletivo do Trabalho ou Direito Sindical, Direito Público do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Administrativo do Trabalho, Direito Penal do Trabalho, Direito Previdenciário ou da Seguridade Social.

Embora existam algumas discordâncias teóricas com relação ao Direito Processual do Trabalho, Previdenciário e Penal do Trabalho, enquanto ramificações do Direito do Trabalho, o presente estudo optou por considerá-los partes integrantes deste último. Tal posicionamento se deve ao fato desta investigação se propor à identificação das relações associativas existentes nos tesouros jurídicos da Justiça Federal e do Senado Federal, tendo por base o Direito do Trabalho, e considerar, por conseguinte, que a ampliação do escopo da pesquisa tende a contribuir para uma representação mais fidedigna da área.

Enquanto ciência social, o Direito tem os seus conceitos expressos por meio de uma linguagem própria, na qual expressões correntes têm seus significados de uso popular modificados.

Essa linguagem, denominada jurídica, é o canal pelo qual veicula a informação jurídica, esta última explicada por Passos (1994, p. 363) como

[...] toda unidade de conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações de pensamento de juristas, advogados, legisladores, desembargadores, juízes e todos aqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar (do ponto de vista legal) ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

Ela se materializa através dos documentos jurídicos, representados, na forma clássica, pela doutrina, legislação e jurisprudência.

Com relação a essa tríplice manifestação, Silva (2004) leciona:

- **Doutrina** é, em sentido lato, o conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. Em acepção mais estreita, significa opinião particular, admitida por um ou vários juristas, a respeito de um ponto de direito controvertido.

- **Legislação** é o conjunto de leis de um povo.

- **Jurisprudência** significa o conjunto de decisões judiciais acerca de um mesmo assunto, bem como a coleção de decisões de um tribunal.

Esse tripé é a matéria-prima que compõe a documentação jurídica, descrita por Atienza (1979, p. 19) como

[...] a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis ou de decretos legislativos ou de resoluções legislativas, ordens internas, circulares, exposições de motivos etc.), da jurisprudência (acórdãos, pareceres, recursos, decisões etc.) e de todos os documentos oficiais relativos a atos normativos ou administrativos.

Não obstante a singularidade de formato da documentação jurídica expressa pela doutrina, legislação e jurisprudência, também merece atenção o seu conteúdo, vez que são freqüentes os textos legais com redações imperfeitas, rebuscadas e confusas; a publicação de múltiplas normas sobre um mesmo tema e

o inverso, múltiplos temas tratados por uma só norma; as alterações e revogações constantes dos atos jurídicos etc.

O reflexo dessa profusão de normas, nem sempre claras, incide diretamente no processo de recuperação dessas informações, exigindo do indexador o domínio dos conceitos da área, de modo a possibilitar conversões ajustadas de declarações de assuntos, bem como a atualização permanente dos conteúdos dos textos legais.

Nesse sentido, o alerta de Andretta (2004, p. 80):

Mais especificamente no campo do Direito Positivo, o bibliotecário, no seu dia-a-dia, deve munir-se de meios realmente eficazes para o controle (acesso, tratamento e recuperação) das diferentes leis, decretos, regulamentos, portarias, resoluções e demais atos das autoridades públicas. Indo além, esse profissional necessita de ferramentas que lhe permitam tratar com a especificidade requerida pela comunidade usuária, a questão da legislação, seja nas diferentes formas de atos normativos seja, ainda, na área enquanto objeto de estudo do Direito.

É preciso lembrar que o acesso à informação jurídica é fator determinante para o pleno exercício da cidadania e que a sua recuperação, quando incompleta, inadequada ou demorada pode causar graves danos aos indivíduos.

Nesse diapasão, mais uma vez, se constata a importância dos sistemas de representação do conhecimento como instrumentos capazes de auxiliar a recuperação da informação jurídica, em tempo hábil, permitindo que ela cumpra a sua função garantir os direitos individuais e coletivos dos cidadãos.

## **2.5 Conclusão da revisão de literatura**

A Ciência da Informação, com o objetivo de possibilitar o acesso rápido e preciso dos usuários aos conteúdos dos documentos disponíveis nos sistemas de informação, faz uso de um processo denominado indexação, no qual os termos

representativos dos assuntos desses itens podem ser atribuídos de forma livre ou controlada.

A utilização de um vocabulário livre compromete a recuperação da informação, pois apresenta um baixo índice de precisão devido às ambigüidades existentes na linguagem natural. Os vocabulários controlados (ou artificiais, ou linguagens documentárias), por sua vez, propiciam um maior grau de satisfação para os usuários, visto que cumprem mais adequadamente a função de representar os conteúdos dos documentos. São eles: os sistemas de classificação, as listas de cabeçalhos de assuntos e os tesouros.

Os sistemas de classificação surgiram no século XIX, com o objetivo de arranjar os livros nas estantes das bibliotecas de acordo com seus conteúdos, porém, atualmente, são interpretados de forma mais abrangente, como esquemas mentais de estruturação do conhecimento e seus princípios têm subsidiado estudos na área da arquitetura da informação.

As listas de cabeçalhos de assuntos, também produtos do século XIX, tiveram sua criação vinculada à necessidade de organizar catálogos alfabéticos de assuntos, não obstante, fenômenos tais como a explosão e dispersão da informação, aliados à criação de várias sociedades científicas e, conseqüentemente, ao surgimento de uma nova categoria de usuários da informação – os especialistas – demonstraram a inadequação dessas listas para atender às novas demandas.

Os tesouros, embora conhecidos desde a Antigüidade, foram redescobertos no ano de 1852, em conseqüência da publicação do *Roget's Thesaurus*, um dicionário analógico organizado em categorias conceituais e cujo objetivo era permitir que um termo fosse encontrado a partir da idéia que expressava, ao contrário dos dicionários convencionais. Durante todo o século XX, os tesouros, que têm como principal função traduzir os conteúdos dos documentos, foram objeto de interesse dos profissionais da informação, porém, no final da década de 1980, acreditou-se que eles seriam substituídos pelos programas de computador. Com o advento da Internet e a conseqüente disponibilização de um número exponencial de informações aos usuários, o tesouro voltou a ser alvo de estudos por

parte dos profissionais envolvidos com o problema da recuperação semântica da informação.

Ainda a respeito desse instrumento, importante destacar a existência de um número significativo de literatura nacional e internacional, produzida, principalmente, a partir da década de 1970, abordando seus aspectos principais: definição, histórico, características, funções, normas, elaboração e relações básicas, dentre outros.

No que diz respeito aos princípios que o regem, estes são: o conceito (expressão do conteúdo), os termos (representação dos conceitos de maneira unívoca), as categorias (agrupamento de conceitos a partir de características comuns) e as facetas (subdivisão das categorias a partir de um determinado ponto de vista).

As relações básicas entre os conceitos são pontuadas através dos indicadores de equivalência (USE/UP), hierárquicos (TG/TE) e associativos (TR) e, muito embora a distinção entre esses relacionamentos pareça óbvia, de fato, isso não ocorre.

No que tange às relações de equivalência, elas são apresentadas na literatura de forma clara, como aquelas resultantes da existência de dois ou mais sinônimos para representar um só conceito. Porém, há que se destacar os quase-sinônimos, tema controvertido entre os autores pois, às vezes entendidos como geradores de uma relação de equivalência (ex.: Currás, 1998, p. 103-106 ) e, outras vezes, de uma relação associativa (ex.: Aitchison e Gilchrist, 1979, p. 54-55, Austin, 1993, p. 50-55 e Cavalcanti, 1978, p. 47).

Quanto às relações hierárquicas, elas são bem exploradas pela literatura, que aborda não só a sua extensão (mono e poli-hierarquia), bem como seus possíveis desmembramentos (genérico, partitivo e de instância). É possível notar que, assim como ocorre com os quase-sinônimos, os autores se dividem quanto ao relacionamento partitivo: se relação hierárquica (ex.: ANSI/NISO Z39.19, 2003, p. 20 e Currás, 1998, p. 103-106) ou associativa (ex.: novamente Currás, 1998, p. 103-106 e Lancaster 1986, p. 46-47).

Essa ausência de consenso sinaliza para uma identidade mal delineada das relações associativas, uma vez que elas, constantemente, figuram como parte dessas divergências. Tal percepção é reforçada pela escassa literatura que se propõe a explicar o tema e pela reduzida variedade de exemplos oferecidos pelos autores acerca desse tipo de relacionamento.

Considerando-se que as novas demandas de informação exigem um tratamento semântico passível de ser indicado pelos tesouros, mas que a sobrevivência desse instrumento encontra-se atrelada ao grau de utilidade de suas estruturas relacionais para os sistemas de busca na *Web*, torna-se imperioso minimizar os aspectos conflitantes que cercam as relações associativas, através da identificação de suas características conceituais, pois, somente desse modo, será possível contribuir para a valorização dessa ferramenta.

## CAPÍTULO 3

### Procedimentos metodológicos

#### 3.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho constitui uma pesquisa do tipo bibliográfica - pois que possui por fonte principal a literatura – e, ao mesmo tempo, descritiva – vez que “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los” (CERVO; BERVIAN, 2002, p. 49).

Como pesquisa do tipo descritiva, trata-se de um estudo exploratório, podendo, ainda, ser caracterizado como estudo de caso.

Quanto ao seu cunho exploratório, tal afirmativa se justifica sob os argumentos de que o tema abordado ainda não foi suficientemente explorado pela literatura da Ciência da Informação, não tendo sido possível localizar produções científicas elaboradas com o fim precípua de esclarecer o assunto; e da ausência de discussões conclusivas acerca do tema, bem como de consenso entre os autores sobre os aspectos a serem observados na identificação das relações associativas. Nessa vertente, não apresenta, portanto, proposições *a priori*.

Sua caracterização de estratégia metodológica como um estudo de caso encontra aporte em Leite (2004, p. 10), que argumenta:

Estudo de caso é um estudo intensivo de um indivíduo, grupo de indivíduos, instituição, programa, empresa, fenômeno, situação ou questão contemporânea complexa, rigorosamente delimitado quanto ao objeto e ao tempo, realizado através de dados detalhados obtidos pelo uso de múltiplas fontes de evidências e analisados por meio de uma combinação de métodos que permitam a compreensão do objeto de estudo de forma multi-dimensional.

Embora seja reconhecida a limitação do estudo de caso quanto à possibilidade de generalização e críticas destaquem a sua ausência de rigor

metodológico, ele se mostrou o procedimento mais adequado para materializar as análises do Tesouro Jurídico da Justiça Federal e do Vocabulário Controlado Básico, do Senado Federal.

Ante a impossibilidade de se examinar todos os tesouros jurídicos brasileiros, os supracitados instrumentos foram escolhidos pelo fato de serem os mais amplamente utilizados pelas bibliotecas e centros de documentação da área jurídica.

O recorte conceitual foi necessário, haja vista o Direito constituir-se um vasto campo de estudo, impossibilitando a análise da sua totalidade, em tempo hábil. A opção pelo Direito do Trabalho se deveu ao fato da autora da pesquisa atuar, há treze anos, em uma biblioteca jurídica da área trabalhista, o que lhe faculta uma maior compreensão do assunto devido à familiaridade com os conceitos e com a terminologia a serem analisados, assim como a facilidade de acesso aos especialistas, o que lhe permite identificar, com maior clareza, as necessidades de informação dessa clientela.

Com relação à coleta de dados, caracteriza-se como um pesquisa documental que, de acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 50) ocorre quando “são investigados documentos a fim de se poder descrever e comparar usos e costumes, tendências, diferenças e outras características”.

Primeiramente, através de uma abordagem qualitativa, a pesquisa se voltou para a análise da literatura da Ciência da Informação no que diz respeito às recomendações teóricas acerca das características conceituais capazes de nortear o estabelecimento das relações associativas nos tesouros, tendo por base os autores e normas a seguir discriminados, e seus respectivos exemplos:

<b>Termos pertencentes a uma mesma categoria</b>	
<b>1- Coordenação (Conceitos derivados de um mesmo TG)</b>	
Cavalcanti, Cordélia R.	Abacaxi TG Frutas tropicais TR Banana
Currás, Emilia	Bibliografias nacionais TR Bibliografias especiais
<b>2- Quase-sinônimos (Similaridade)</b>	
Aitchison & Gilchrist	Colisão TR Machucação
Austin, Derek	Barcos TR Navios
Cavalcanti, Cordélia R.	Ensino TR Treinamento
<b>Termos pertencentes a categorias diferentes</b>	
<b>3- Ação / Alvo</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Encadernação TR Livros
<b>4- Ação / Paciente (pessoa, coisa, objeto)</b>	
Austin, Derek	Colheita TR Produtos agrícolas
Currás, Emilia	Ensino TR Estudante
Gomes, Hagar Espanha	Extradição TR Criminosos
<b>5- Ação / Produto</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Lacrimação TR Lágrimas
Currás, Emilia	Construção de estradas TR Estradas
Hutchins, W.J	Construção de navios TR Navios
Lancaster, F.W.	Tear TR Tecido
<b>6- Ação / Propriedade</b>	
Currás, Emilia	Meios de comunicação TR Veracidade
Lancaster, F.W.	Dobra TR Plasticidade

<b>7- Ação / Resultado</b>	
Austin, Derek	Tecelagem <b>TR</b> Tecido
Gomes, Hagar Espanha	Eutanásia <b>TR</b> Morte
<b>8- Atividades Complementares</b>	
Lancaster, F.W.	Compra <b>TR</b> Venda
<b>9- Causa / Efeito</b>	
Cavalcanti, Cordélia R.	Ensino <b>TR</b> Aprendizagem
Hutchins, W.J	Epilepsia <b>TR</b> Convulsão
Lancaster, F.W.	Febre <b>TR</b> Infecção
<b>10- Coisa / Aplicação</b>	
Aitchison & Gilchrist	Filtros adaptáveis <b>TR</b> Processamento de sinais
Hutchins, W.J	Filtros adaptáveis <b>TR</b> Processamento de sinais
Lancaster, F.W.	Abastecimento de água <b>TR</b> Irrigação
<b>11- Coisa / Coisa como Atributo</b>	
Aitchison & Gilchrist	Arco voltaico <b>TR</b> Fornos a arco voltaico
Hutchins, W.J	Arco voltaico <b>TR</b> Fornos a arco voltaico
<b>12- Coisa / Contra-agente</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Plantas <b>TR</b> Herbicidas
Austin, Derek	Plantas <b>TR</b> Herbicidas
Gomes, Hagar Espanha	Insetos <b>TR</b> Inseticidas
<b>13- Coisa ou Conceito / Origem</b>	
Austin, Derek	Alemão <b>TR</b> Alemanha
Currás, Emilia	Água <b>TR</b> Poços
Gomes, Hagar Espanha	Brasileiro <b>TR</b> Brasil

<b>14- Coisa ou Conceito / Dependência causal</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Doenças <b>TR</b> Agentes patogênicos
Austin, Derek	Duelo <b>TR</b> Morte
Currás, Emilia	Avaria <b>TR</b> Desgaste
Gomes, Hagar Espanha	Doenças <b>TR</b> Agentes patogênicos
<b>15- Coisa / Parte</b>	
Aitchison & Gilchrist	Portas <b>TR</b> Fechaduras
<b>16- Coisa / Processo</b>	
Aitchison & Gilchrist	Estradas <b>TR</b> Engenharia de estradas
Hutchins, W.J	Quadro <b>TR</b> Pintura
<b>17- Coisa ou Conceito / Propriedade</b>	
Aitchison & Gilchrist	Laser <b>TR</b> Coerência
ANSI/NISO Z39.19	Venenos <b>TR</b> Toxicidade
Austin, Derek	Venenos <b>TR</b> Toxicidade
Currás, Emilia	Mulheres <b>TR</b> Feminilidade
Gomes, Hagar Espanha	Venenos <b>TR</b> Toxicidade
Hutchins, W.J.	Criança superdotada <b>TR</b> Inteligência
Lancaster, F.W.	Borracha <b>TR</b> Elasticidade
<b>18- Coisa ou Processo / Estado ou Local</b>	
Hutchins, W.J.	Línguas estrangeiras <b>TR</b> Laboratório de línguas
<b>19- Conceito / Mecanismos de medida</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Temperatura <b>TR</b> Termômetros
<b>20- Conceito / Oposto</b>	
Cavalcanti, Cordélia R.	Frio <b>TR</b> Calor

Currás, Emilia	Seca TR Umidade
Lancaster, F.W.	Vida TR Morte
<b>21- Disciplina ou campo de estudo / Objetos ou fenômenos estudados, ou aqueles que a praticam (Relação material)</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Matemática TR Matemáticos
Austin, Derek	Silvicultura TR Bosques
Cavalcanti, Cordélia R.	Entomologia TR Insetos
Currás, Emilia	Sismologia TR Terremotos
Gomes, Hagar Espanha	Entomologia TR Insetos
<b>22- Expressões ou Frases sincategoremáticas / Substantivos nelas incluídos</b>	
ANSI/NISO Z39.19	Patos TR Patos de borracha
Austin, Derek	Répteis TR Répteis fósseis
Gomes, Hagar Espanha	Flores TR Flores de papel
<b>23- Matéria-prima / Produto</b>	
Currás, Emilia	Farinha TR Pão
Lancaster, F.W.	Bauxita TR Alumínio
<b>24- Pessoa / Ocupação</b>	
Currás, Emilia	Contabilidade TR Contabilista
<b>25- Processo / Local</b>	
Hutchins, W.J.	Ensino TR Escolas
<b>26- Processo ou operação / Agente ou instrumento (Relação instrumental)</b>	
Aitchison & Gilchrist	Medida da temperatura TR Termômetro
ANSI/NISO Z39.19	Caçada TR Caçador
Austin, Derek	Controle de temperatura TR Termostatos

Cavalcanti, Cordélia R.	Pintura <b>TR</b> Pincel
Currás, Emilia	Velocidade <b>TR</b> Velocímetro
Gomes, Hagar Espanha	Iluminação <b>TR</b> Lâmpadas
Hutchins, W.J.	Aconselhamento <b>TR</b> Conselheiro
Lancaster, F.W.	Fumo <b>TR</b> Cigarro
<b>27- Processo / Processo</b>	
Hutchins, W.J.	Exame físico <b>TR</b> Diagnóstico
<b>28- Processo / Propriedade</b>	
Aitchison & Gilchrist	Detonação <b>TR</b> Ondas de detonação
Hutchins, W.J.	Detonação <b>TR</b> Ondas de detonação
<b>29- Propriedade / Propriedade</b>	
Hutchins, W.J.	Carga (Eletricidade) <b>TR</b> Medição de carga
<b>30- Propriedade / Propriedade como atributo</b>	
Aitchison & Gilchrist	Ângulo <b>TR</b> Ângulo da viga mestra
Hutchins, W.J.	Ângulo <b>TR</b> Ângulo da viga mestra
<b>31- Relação Genética (um objeto precede outro)</b>	
Cavalcanti, Cordélia R.	Pai <b>TR</b> Filho
<b>32- Todo / Parte</b>	
Currás, Emilia	Edifício <b>TR</b> Portas
Lancaster, F.W.	Aeronaves <b>TR</b> Asas

**Figura 1:** Tipos de relações associativas registradas pela literatura

Destaque-se que, dentre os exemplos apresentados no quadro anterior, de responsabilidade dos autores citados, é possível detectar algumas inconsistências, tais como:

- Leitura invertida:

Exemplo: Pessoa / Ocupação (Currás)

Contabilidade (Ocupação)

**TR** Contabilista (Pessoa)

- Inadequação:

Exemplo: Ação / Produto (Lancaster)

Tear (Tear é instrumento e, não, ação)

**TR** Tecido (Produto)

Exemplo: Ação / Resultado (Austin)

Tecelagem (Ação)

**TR** Tecido (Produto = resultado de uma ação ou processo)

Ainda merece reflexão a presença da classe nº 22 – “**Expressões ou Frases sincategoremáticas / Substantivos nelas incluídos**” em um rol que busca estabelecer a associação semântica entre os conceitos, pois esta categoria, contrariamente à proposta do quadro em questão, denota um tipo de relacionamento de caráter morfossintático.

Retornando à descrição da pesquisa, em momento posterior, procedeu-se à identificação desses tipos de relações associativas no Tesouro Jurídico da Justiça Federal e no Vocabulário Controlado Básico, através de uma abordagem quanti-qualitativa<sup>24</sup>.

Por fim, realizou-se um estudo comparativo entre as recomendações teórico-metodológicas resgatadas da literatura da Ciência da Informação e as bases sobre as quais são construídas as relações associativas nos tesouros da área jurídica, mais especificamente, do Direito do Trabalho<sup>25</sup>. A partir de então, foi possível apresentar argumentos capazes de contribuir com a discussão acerca da identidade e composição das relações associativas em tesouros.

## 3.2 Instrumentos utilizados

### 3.2.1 Tesouro Jurídico da Justiça Federal

O Tesouro Jurídico da Justiça Federal, de responsabilidade do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal, foi construído por um grupo de profissionais das áreas da Ciência da Informação (responsável pela definição da sua estrutura) e do Direito (responsável pela definição dos conceitos e seus relacionamentos), todos pertencentes aos quadros do Conselho da Justiça Federal (CJF) e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), no período de 1993 a 1997, a fim de atender, prioritariamente, a Justiça Federal de Segunda Instância (TRFs).

De acordo com as informações constantes da sua “Apresentação”, o supracitado tesouro visa padronizar a linguagem utilizada pelos indexadores da Seção de Indexação das jurisprudências, tendo por objetivos:

- maximizar o uso da informação jurisprudencial, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos - magistrados e servidores - e externos - órgãos do Poder Judiciário, advogados e público em geral;
- atingir maior uniformidade e flexibilidade no tratamento da informação;
- facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando uma integração mais abrangente.

Trata-se de uma ferramenta de controle terminológico que abrange as áreas do Direito de competência da Justiça Federal, a saber: Administrativo, Ambiental, Comercial, do Consumidor, Constitucional, Civil, Econômico-Financeiro, Eleitoral, Internacional Privado, Marítimo, Internacional Público, Processual Civil, Penal, Processual Penal, Previdenciário, Tributário e Propriedade Intelectual.

---

<sup>24</sup> Estudo detalhado na Seção 3.3 - Coleta de dados.

<sup>25</sup> Apresentado na Seção 4.2 – Discussão dos resultados.

Sua atual versão, datada de 20 de maio de 2005, contempla:

- uma apresentação,
- notas explicativas (descrição e padronização dos termos, categorização dos descritores e não-descritores, relações entre os conceitos, forma de apresentação do tesouro),
- a relação das categorias e subcategorias da área do Direito abordadas pelo tesouro (Anexo C),
- uma lista alfabética estruturada de termos (Anexo D),
- uma lista alfabética de modificadores (Anexo E) e
- a relação da equipe técnica responsável por sua elaboração.

Silveira (2003, p. 51) apresenta os seguintes números com relação ao Tesouro Jurídico da Justiça Federal:

[...] contém 8.357 conceitos jurídicos apresentados em ordem alfabética. Desses, 6.103 são classificados como termos específicos, 891 como termos genéricos, 7.301 como termos relacionados e 1.702 são classificados como sinônimos, dos quais 674 são termos preferenciais (descritores) e 1.028 são termos não-preferenciais (não-descritores).

O tesouro em questão apresenta os seguintes indicadores de relacionamento: UP e USE (equivalência); TG e TE (hierarquia); TR (associação). Estes, embora não constem integralmente de todos os descritores, quando o fazem obedecem à seguinte ordem de apresentação: UP – TG – TE – TR. Exceção feita ao indicador USE, que se apresenta sempre sozinho.

Barité e Guimarães (1999, p. 109) *apud* Pereira (2004, 164), a respeito desse instrumento, concluem: “o Tesouro do Conselho da Justiça Federal é um tesouro jurídico em que o sistema de conceitos é adequada, rigorosa e séria, o que o faz uma importante referência para o futuro”.

### **3.2.2 Vocabulário Controlado Básico (VCB)**

O Vocabulário Controlado Básico é uma linguagem documentária criada no período compreendido entre 1980 e 1984, por bibliotecárias do Senado e técnicos do PRODASEN – Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, e que foi utilizada por quase duas décadas pela Rede SABI – Subsistema de Administração de Bibliotecas, gerenciada pela Biblioteca do Senado e composta por bibliotecas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, da esfera federal e do Distrito Federal.

Seu objetivo é manter a uniformidade da indexação e auxiliar a recuperação das informações nas bases de dados bibliográficas da Rede, o que o leva a possuir descritores em todas áreas do conhecimento científico, com ênfase nas ciências sociais, e, em especial, no Direito.

Em maio de 2002, após a extinção da SABI, ocorrida em 2000, e o surgimento, em seu lugar, da RVBI – Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional, foi constituído o Grupo de Estudo do Tesouro da RVBI com a missão de criar um tesouro multidisciplinar monolíngüe, tendo por base o VCB.

Atualmente, formado por doze representantes de oito bibliotecas das quinze que compõem da Rede, todos com formação em Biblioteconomia e/ou Direito, esse Grupo de Estudo tem se dedicado a reformular, sistematizar e atualizar os descritores já existentes do VCB. Isso porque, um diagnóstico realizado em setembro de 1991 pela bibliotecária do Senado Federal, Maria Eliza Nogueira Lodo, constatou “deficiências e limitações do VCB e, à época, identificou 4.619 (quatro mil seiscentos e dezenove) descritores aguardando estudo e sistematização” (BRASIL, 2005b, p. 5).

Os autores do artigo ainda destacam:

Ao longo dos anos, muitas das imperfeições identificadas em 1991 não conseguiram ser sanadas e permanecem até o momento, em especial: relação hierárquica confundindo-se com a relação associativa em grande parte dos descritores das Ciências Sociais; 2.431 (dois mil, quatrocentos e trinta e um) termos sem código de classificação e 1.884 (mil oitocentos e oitenta e quatro) termos sem nenhuma relação hierárquica ou associativa.

De acordo com informações disponibilizadas no *site* do Senado Federal :

Em reuniões semanais, o Grupo desenvolveu metodologia específica para o estudo do VCB: levantamento da frequência de uso de cada descritor nas

bases bibliográficas da RBVI; classificação dos termos pela CDD, com o agrupamento dos descritores por grandes áreas de assunto; definição da abrangência temática do tesouro; aprofundamento dos estudos teóricos sobre tesouros, por meio de participações em seminários e treinamentos; elaboração do Projeto de tesouro da RVBI e redação do Manual de elaboração do tesouro da RVBI.

No final do ano de 2003, esse Grupo de Estudo elaborou o Projeto de Tesouro da RBVI e, em 2004, definiu a ficha terminológica para o registro das informações sobre os termos, analisou vários *softwares* para gerenciamento de tesouros e aprofundou os estudos teóricos sobre o assunto.

Em julho de 2005, o VCB somava 9.283 descritores estruturados em relações de equivalência (USE / NÃO USE), hierárquicas (TG / TE) e partitivas e associativas (TA), além das notas explicativas (NE) e números retirados da Classificação Decimal de Dewey (CDD).

O Tesouro da RVBI é um instrumento que vem sendo construído obedecendo a um plano consistente, que se anuncia através da documentação produzida pelo seu Grupo de Estudo, a saber: Esboço metodológico para a elaboração do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas, Manual de elaboração do tesouro da RVBI, Projeto do tesouro da RVBI, dentre outros.

### **3.3 Coleta de dados**

Dentre o universo de descritores pertencentes à área do Direito do Trabalho contemplados pelo Tesouro Jurídico da Justiça Federal e pelo Vocabulário Controlado Básico, do Senado Federal, foram escolhidos 18 para serem alvos de análise da pesquisa, o que gerou um total de 204 relacionamentos estudados.

Como critério de seleção desses descritores, buscou-se contemplar, além do assunto principal, aqueles abordados pelas subclasses da tabela de Classificação Decimal de Direito (CDDir), de autoria de Dóris de Queiroz Carvalho, quarta edição (2002), a saber:

- 342 – Direito público
- 342.6 – Direito do trabalho
- 342.61 – Acidentes do trabalho
- 342.62 – Duração do trabalho
- 342.63 – Acordo e convenção coletiva de trabalho
- 342.64 – Associações profissionais (Sindicatos, uniões, federações, confederações, coligações patronais e operários)
- 342.65 – Contrato individual de trabalho
- 342.66 – Conflitos coletivos do trabalho
- 342.68 – Direito processual do trabalho
- 342.69 – Legislação do trabalho.

A classe 342.67 encontra-se vaga. Ressalte-se que o Direito do Trabalho, até a terceira edição da CDDir, figurava com a notação 341.6, sendo considerada, portanto, uma ramificação do Direito Público (341). Porém, na quarta edição, o Direito do Trabalho passou a pertencer ao ramo do Direito Privado (342) e a classe referente ao Direito Previdenciário, até então subclasse do Direito do Trabalho (341.67), manteve sua característica de ramo do Direito Público, embora sua notação tenha sido alterada para 341.6. Tal arranjo a desvinculou da área do Direito do Trabalho, levando-a a constituir-se uma classe do mesmo nível hierárquico desta última.

#### **CDDir (1ª, 2ª e 3ª edições)**

341 Direito Público  
 341.6 Direito do Trabalho  
 341.67 Direito Previdenciário

#### **CDDir (4ª edição)**

341 Direito Público	342 Direito Privado
341.6 Direito Previdenciário	342.6 Direito do Trabalho

Esta explanação objetiva justificar a ausência de descritores pertencentes à classe do Direito Previdenciário na pesquisa, pois, embora possa haver discordância quanto ao mérito dessa questão (o Direito Previdenciário pertence ou não à classe do Direito do Trabalho?), o critério para a seleção dos descritores baseou-se na quarta edição da CDDir.

Somente foram admitidos na coleta aqueles descritores que figuravam nos dois tesouros, haja vista a intenção de realizar um estudo comparativo entre o entendimento de ambos acerca de um mesmo tema. Tal critério não permitiu, por exemplo, a análise de assuntos tais como “acordo coletivo de trabalho” e “convenção coletiva de trabalho”, que, embora relevantes para a área, não apresentam indicador TR no VCB.

Buscou-se, também, evitar, tanto quanto possível, a seleção de descritores que conduzissem a referências cruzadas, embora, eventualmente, tal situação tenha ocorrido, diante da necessidade de se abordar os assuntos de todas as classes e subclasses da CDDir.

Exemplo (TJJF):

**ACIDENTE DO TRABALHO**

TR ACIDENTE IN ITINERE

TR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

TR AUXÍLIO-ACIDENTE

TR DEFICIÊNCIA PERMANENTE

TR DOENÇA DO TRABALHO

TR DOENÇA PROFISSIONAL

TR EMPREGADO

TR INCAPACIDADE LABORATIVA

TR INDENIZAÇÃO

TR PROCESSO TRABALHISTA

TR REDUÇÃO DOS RISCOS INERENTES AO TRABALHO

TR REDUÇÃO PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA

TR REDUÇÃO TEMPORÁRIA DA CAPACIDADE LABORATIVA

TR RISCO PROFISSIONAL

TR SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT)  
TR TRABALHADOR  
TR VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO

**PROCESSO TRABALHISTA**

TR ACIDENTE DO TRABALHO

TR EMPREGADO

TR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

Descritores tais como “Arbitragem” e “Ônus da prova”, embora sejam conceitos do processo civil, também são utilizados no processo trabalhista, o que justifica sua seleção, embora no TJJF constem como pertencentes somente à área DPC (Direito processual civil).

## **CAPÍTULO 4**

### **Análise e discussão dos dados**

#### **4.1 Análise dos descritores**

Após a coleta de dados que elegeu os descritores a serem analisados pela pesquisa, estes foram listados alfabeticamente, em duas colunas, cada qual destinada a um instrumento (TJJF e VCB), precedidos do número de classificação retirado da CDDir (4ª edição) e seguidos dos seus respectivos termos relacionados (TRs). Desprezou-se a indicação dos demais tipos de relacionamento (TG, TE) pelo fato deles não se constituírem objeto da pesquisa.

Imediatamente, após esse arranjo, foi possível perceber algumas discrepâncias entre os números de relações associativas apontadas pelos dois tesouros para um mesmo descritor. Tome-se como exemplo o termo TRABALHADOR, que no Tesouro Jurídico da Justiça Federal se faz acompanhar de vinte e um outros TRs, enquanto que no VCB sua relação ocorre somente com um outro TR.

Paralelamente, ao se observar o rol de tipos de relacionamentos associativos apontados pela literatura e pelos manuais, estes somaram 32 (trinta e duas) opções, sendo que as duas primeiras referiam-se aos termos pertencentes a uma mesma categoria e as demais, aos termos pertencentes a categorias diferentes. Após a análise dessa variedade de tipos, foi possível constatar redundâncias e/ou similaridades que levaram à necessidade de uma definição explícita dos conceitos, tendo por base Ferreira (2004) e Houaiss (2004), como apresentado a seguir:

- **AÇÃO:** atuação, ato, efeito, maneira como um agente atua sobre outro.
- **AGENTE:** pessoa que pratica a ação.

- ALVO: aquilo que se procura alcançar, objetivo.
- APLICAÇÃO: emprego, utilização, uso.
- ATRIBUTO: aquilo que é próprio do ser.
- CAUSA: razão de ser, o que faz com que algo exista.
- COISA: aquilo que existe ou pode existir, objeto inanimado.
- CONCEITO: representação dum objeto pelo pensamento, por meio de suas características gerais.
- DISCIPLINA: qualquer ramo do conhecimento (artístico, científico, histórico etc.).
- EFEITO: consequência, resultado.
- ESTADO: situação ou disposição em que se acham as pessoas ou as coisas em um momento dado.
- FENÔMENO: fato, aspecto ou ocorrência passível de observação.
- INSTRUMENTO: recurso empregado para se alcançar um objetivo, conseguir um resultado; meio.
- LOCAL: área de limites definidos.
- MATÉRIA-PRIMA: substância bruta principal e essencial com que é fabricada alguma coisa.
- MECANISMOS DE MEDIDA: Mecanismo (conjunto de elementos que concorrem para a atividade de uma estrutura) + Medida (quantidade fixada por um padrão para determinar as dimensões ou o valor de uma grandeza da mesma espécie).
- OBJETO: tudo que é perceptível por qualquer dos sentidos.
- OCUPAÇÃO: atividade, serviço ou trabalho manual ou intelectual realizado por um período de tempo mais ou menos longo.
- OPOSIÇÃO: antagonismo, contraste.

- ORIGEM: princípio, começo, procedência.
- PACIENTE: o que sofre ou é objeto de uma ação.
- PARTE: porção de um todo dividido.
- PRINCÍPIO: preceito, regra, lei.
- PROCESSO: seqüência contínua de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade.
- PRODUTO: aquilo que resulta de qualquer processo ou atividade.
- PROPRIEDADE: qualidade inerente aos seres.
- RESULTADO: consequência, efeito, termo, fim.
- SINCATEGOREMÁTICO: vocábulo que não tem significado por si mesmo, somente quando acompanhado de outros.
- TODO: completo, inteiro, total.

Posteriormente, com base nas definições operacionais, realizou-se o reagrupamento das categorias/facetas, visando condensar o número de opções.

<b>ANTES</b>	<b>DEPOIS</b>
Ação / Alvo + Ação / Paciente + Processo ou Operação / Agente ou Instrumento	Ação, Conceito ou Processo / Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)
Ação / Resultado + Causa / Efeito + Atividades complementares + Coisa ou Conceito / Dependência causal	Causa / Efeito
Ação / Propriedade + Processo / Propriedade + Coisa ou Conceito / Propriedade + Coisa / Coisa como Atributo + Propriedade / Propriedade + Propriedade / Propriedade como Atributo	Ação, Coisa, Conceito, Processo ou Propriedade / Atributo, Princípio ou Propriedade
Ação / Produto + Coisa / Aplicação +	Ação, Coisa, Matéria-prima ou Processo /

Coisa / Processo + Matéria-prima / Produto + Processo / Processo	Aplicação, Processo, Produto
Coisa / Contra-agente + Conceito / Oposto	Oposição
Coisa / Parte + Todo / Parte	Coisa ou Todo / Parte
Coisa ou Conceito / Origem + Relação genética	Coisa ou Conceito / Origem
Coisa ou Processo / Estado ou Local + Processo / Local	Coisa ou Processo / Estado ou Local
Disciplina ou Campo de estudo / Objeto ou fenômenos estudados ou aqueles que a praticam + Pessoa / Ocupação	Disciplina ou Ocupação / Objeto ou fenômenos estudados ou aqueles que a praticam

**Figura 2:** Agrupamento dos parâmetros que serviram de base para a análise dos descritores dos tesouros jurídicos.

Como resultado, estabeleceram-se novos grupos conceituais que, embora em menor número, passaram a apresentar um escopo mais amplo. Isso porque, não obstante as diferenças semânticas existentes entre os termos AÇÃO, COISA, CONCEITO, MATÉRIA-PRIMA, PROCESSO E PROPRIEDADE, esta pesquisa optou por entendê-los como conceitos de partida (ativos ou passivos, materiais ou conceituais) para o estabelecimento de relações associativas.

Com relação às categorias/facetas “Ação / Produto” e “Ação / Resultado”, importante pontuar que, embora guardem semelhanças, elas foram dispostas em grupos distintos sob o argumento da primeira reverter-se em efeito tangível (o que a aproxima de conceitos tais como “aplicação e processo”) e a segunda, em efeito intangível (proximidade com causa e efeito).

Ainda durante esse processo, acrescentou-se o termo Princípio à categoria/faceta “Ação, Coisa, Conceito, Processo ou Propriedade / Atributo, **Princípio** ou Propriedade”, com o intuito de adequar essa classe para receber os descritores da área jurídica, visto que muitos deles se reportam a essa faceta.

Ato contínuo, concedeu-se a cada opção um número (de um até treze), sendo que os dois primeiros números permaneceram como referentes de uma

mesma categoria e os demais, de categorias diferentes, cada grupo ordenado alfabeticamente.

<b>TERMOS PERTENCENTES A UMA MESMA CATEGORIA</b>
1- Coordenação (Conceitos derivados de um mesmo TG)
2- Quase-sinônimos (Similaridade)
<b>TERMOS PERTENCENTES A CATEGORIAS DIFERENTES</b>
3- Ação, Coisa, Conceito, Processo ou Propriedade / Atributo, Princípio ou Propriedade
4- Ação, Coisa, Matéria-prima ou Processo / Aplicação, Produto, Processo ou Resultado
5- Ação, Conceito ou Processo / Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)
6- Causa / Efeito
7- Coisa ou Conceito / Origem
8- Coisa ou Processo / Estado ou Local
9- Coisa ou Todo / Parte
10- Conceito / Mecanismos de medida
11- Disciplina, Campo de estudo ou Ocupação / Objeto ou fenômenos estudados ou aqueles que a praticam (Relação material)
12- Expressões ou Frases sincategoremáticas / Substantivos nelas incluídos
13- Oposição

**Figura 3:** Relação numerada de parâmetros para o estabelecimento de relações associativas.

Em momento posterior, realizou-se a comparação de cada descritor com as supracitadas opções, sendo que cada TR foi inserido em apenas uma das

possibilidades. A indicação dessa correspondência foi apontada, entre parênteses, após o descritor analisado.

<b>TESAURO JURÍDICO DA JF</b>	<b>VCB</b>
<p><b>CDDir 342.61</b></p> <p><b>ACIDENTE DO TRABALHO</b>            TR ACIDENTE IN ITINERE (1)            TR APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (6)            TR AUXÍLIO-ACIDENTE (6)            TR DEFICIÊNCIA PERMANENTE (6)            TR DOENÇA DO TRABALHO (6)            TR DOENÇA PROFISSIONAL (6)            TR EMPREGADO (5)            TR INCAPACIDADE LABORATIVA (6)            TR INDENIZAÇÃO (6)            TR PROCESSO TRABALHISTA (6)            TR REDUÇÃO DOS RISCOS INERENTES AO TRABALHO (13)            TR REDUÇÃO PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA (6)            TR REDUÇÃO TEMPORÁRIA DA CAPACIDADE LABORATIVA (6)            TR RISCO PROFISSIONAL (6)            TR SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT) (6 )            TR TRABALHADOR (5)            TR VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO (8)</p>	<p><b>CDDir 342.61</b></p> <p><b>ACIDENTE DO TRABALHO</b>            TR AUXÍLIO-DOENÇA (6)            TR DOENÇA PROFISSIONAL (6)            TR EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (13)            TR INCAPACIDADE DE TRABALHO (6)            TR MEDICINA DO TRABALHO (11)            TR REABILITAÇÃO PROFISSIONAL (6)            TR SEGURANÇA DO TRABALHO (13)</p>
<p><b>CDDir 342.6642</b></p> <p><b>ARBITRAGEM</b>            TR ÁRBITRO (5)            TR CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA (4)            TR COMPROMISSO ARBITRAL (4)            TR JUÍZO ARBITRAL (5)</p>	<p><b>CDDir 342.6642</b></p> <p><b>ARBITRAGEM (DIREITO DO TRABALHO)</b>            TR ÁRBITRO (DIREITO) (5)            TR MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO (4)</p>
<p><b>CDDir 342.65</b></p> <p><b>CONTRATO DE TRABALHO</b>            TR ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE CONTRATO DE TRABALHO (13)            TR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO(4)            TR PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (6)</p>	<p><b>CDDir 342.65</b></p> <p><b>CONTRATO DE TRABALHO</b>            TR CRÉDITO TRABALHISTA (6)            TR MORTE DO EMPREGADO (13)            TR SUBORDINAÇÃO (3)            TR TRABALHO TEMPORÁRIO (8)</p>
<p><b>CDDir 342.65438</b></p> <p><b>DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO</b></p>	<p><b>CDDir 342.65438</b></p> <p><b>DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO</b></p>

<p>TR ABONO ANUAL (2)  TR DÉCIMO QUARTO SALÁRIO (1)  TR GRATIFICAÇÃO NATALINA (2)  TR RENDIMENTO TRIBUTÁVEL (3)</p>	<p>TR CÁLCULO TRABALHISTA (4)  TR OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR (9)</p>
<p><b>CDDir 342.6526</b></p> <p><b>DESPEDIDA ARBITRÁRIA</b>  TR DESPEDIDA POR JUSTA CAUSA (1)  TR DESPEDIDA SEM JUSTA CAUSA (2)  TR PROTEÇÃO CONTRA DESPEDIDA ARBITRÁRIA (13)</p>	<p><b>CDDir 342.6526</b></p> <p><b>DESPEDIDA ARBITRÁRIA</b>  TR AVISO PRÉVIO (6)  TR CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO (13)  TR ESTABILIDADE (13)  TR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA (6)  TR REINTEGRAÇÃO NO EMPREGO (13)  TR RELAÇÃO DE EMPREGO (13)</p>
<p><b>CDDir 342.6</b></p> <p><b>DIREITO DO TRABALHO</b>  TR DIREITO PREVIDENCIÁRIO (1)  TR DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO (1)  TR PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (3)</p>	<p><b>CDDir 342.6</b></p> <p><b>DIREITO DO TRABALHO</b>  TR CONFLITO TRABALHISTA (13)</p>
<p><b>CDDir 342.625</b></p> <p><b>FÉRIAS</b>  TR ABONO DE FÉRIAS (6)  TR ADICIONAL DE FÉRIAS (6)  TR EFETIVO EXERCÍCIO (6)  TR ESCALA DE FÉRIAS (12)  TR FÉRIAS NÃO GOZADAS (8)  TR GOZO DE FÉRIAS ANUAIS REMUNERADAS (12)  TR PERÍODO AQUISITIVO (10)  TR TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS (6)</p>	<p><b>CDDir 342.625</b></p> <p><b>FÉRIAS</b>  TR ABONO DE FÉRIAS (6)  TR CÁLCULO TRABALHISTA (4)  TR DURAÇÃO DO TRABALHO (*)</p>
<p><b>CDDir 342.661</b></p> <p><b>GREVE</b>  TR ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO (1)  TR CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (1)  TR DIREITO DE GREVE (11)  TR PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS (3)  TR SERVIÇO ESSENCIAL (13)  TR TRABALHO (13)</p>	<p><b>CDDir 342.661</b></p> <p><b>GREVE</b>  TR DIREITO DE GREVE (11)</p>
<p><b>CDDir 342.622</b></p> <p><b>JORNADA DE TRABALHO</b></p>	<p><b>CDDir 342.622</b></p> <p><b>JORNADA DE TRABALHO</b></p>

<p>TR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (4)  TR ESCALA DE REVEZAMENTO (4)  TR HORA EXTRA (1)  TR HORÁRIO ESPECIAL (1)  TR HORÁRIO NOTURNO (1)  TR INTERVALO DE DESCANSO (1)  TR OITO HORAS DIÁRIAS (10)  TR QUARENTA HORAS SEMANAIS (10)  TR SEIS HORAS DIÁRIAS (10)  TR SERVIÇO INADIÁVEL (8)</p>	<p>TR ADICIONAL DE SERVIÇO NOTURNO (1)  TR HORA EXTRA (1)  TR REVEZAMENTO (4)  TR SOBREAVISO (1)  TR TRABALHO POR TURNO (4)</p>
<p><b>CDDir 342.681</b></p> <p><b>JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  TR JUIZ CLASSISTA (5)  TR JUIZ DO TRABALHO (5)  TR LEGISLAÇÃO TRABALHISTA (5)  TR SENTENÇA NORMATIVA (4)  TR TRABALHADOR (5)</p>	<p><b>CDDir 342.681</b></p> <p><b>JUSTIÇA DO TRABALHO</b>  TR AÇÃO COLETIVA (4)  TR VOGAL (5)</p>
<p><b>CDDir 342.69</b></p> <p><b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>  TR JUSTIÇA DO TRABALHO (4)  TR SENTENÇA NORMATIVA (4)</p>	<p><b>CDDir 342.69</b></p> <p><b>LEGISLAÇÃO TRABALHISTA</b>  TR ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO (4)  TR CÓDIGO DO TRABALHO (2)  TR SEGURO-DESEMPREGO (4)</p>
<p><b>CDDir 342.63</b></p> <p><b>NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO</b>  TR CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO (4)  TR DISSÍDIO COLETIVO (4)</p>	<p><b>CDDir 342.63</b></p> <p><b>NEGOCIAÇÃO COLETIVA DE TRABALHO</b>  TR CONFLITO TRABALHISTA (7)  TR CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO (5)  TR DISSÍDIO COLETIVO (4)</p>
<p><b>CDDir 342.68</b></p> <p><b>ÔNUS DA PROVA</b>  TR DILAÇÃO PROBATÓRIA (10)  TR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (12)  TR PROVA (12)</p>	<p><b>CDDir 342.68</b></p> <p><b>ÔNUS DA PROVA</b>  TR INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA (12)  TR PRINCÍPIO DA INOCÊNCIA (3)  TR PROVA EMPRESTADA (12)</p>
<p><b>CDDir 342.68</b></p> <p><b>PROCESSO TRABALHISTA</b>  TR ACIDENTE DO TRABALHO (6)  TR EMPREGADO (5)  TR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA (7)</p>	<p><b>CDDir 342.68</b></p> <p><b>PROCESSO TRABALHISTA</b>  TR DECADÊNCIA (PROCESSO TRABALHISTA) (3)  TR JURISDIÇÃO TRABALHISTA (8)  TR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA (7)  TR REVELIA (PROCESSO TRABALHISTA) (3)</p>
<p><b>CDDir 342.654</b></p> <p><b>SALÁRIO</b></p>	<p><b>CDDir 342.654</b></p> <p><b>SALÁRIO</b></p>

<p>TR ANTECIPAÇÃO PECUNIÁRIA (4)  TR AUMENTO SALARIAL (4)  TR CONGELAMENTO DE SALÁRIOS (4)  TR DESCONTO (4)  TR FAIXA SALARIAL (10)  TR FOLHA DE SALÁRIOS (12)  TR GARANTIA DE SALÁRIO (3)  TR IRREDUTIBILIDADE DO SALÁRIO (3)  TR NATUREZA SALARIAL (3)  TR PISO SALARIAL (10)  TR POLÍTICA SALARIAL (4)  TR PROTEÇÃO AO SALÁRIO (3)  TR REMUNERAÇÃO (2)  TR REPOSIÇÃO PECUNIÁRIA (4)  TR TRABALHO (6)  TR VENCIMENTOS (2)</p>	<p>TR CÁLCULO TRABALHISTA (4)  TR COMISSÃO (DIREITO DO TRABALHO) (9)  TR FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO (6)  TR HONORÁRIOS (2)  TR IRREDUTIBILIDADE (3)  TR OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR (9)  TR PACTO SOCIAL (4)  TR PESQUISA SALARIAL (4)  TR PISO NACIONAL DE SALÁRIOS (10)  TR PLANO DE CARREIRA (10)  TR POLÍTICA SALARIAL (4)  TR REAJUSTAMENTO SALARIAL (4)  TR SALÁRIO-EDUCAÇÃO (1)  TR VENCIMENTOS (2)</p>
<p><b>342.64</b></p> <p><b>SINDICATO</b>  TR ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (4)  TR ASSOCIAÇÃO DE CLASSE (1)  TR ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (13)  TR BASE TERRITORIAL (8)  TR CATEGORIA PROFISSIONAL (5)  TR CÓDIGO DE ARRECADAÇÃO E DE DEPÓSITO (4)  TR CÓDIGO DE ENTIDADE SINDICAL (4)  TR CONFEDERAÇÃO SINDICAL (1)  TR CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL (4)  TR CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (4)  TR DIREITO DE REUNIÃO (3)  TR EMPREGADO SINDICALIZADO (5)  TR ENTIDADE DE CLASSE (2)  TR LIBERDADE DE DESLIGAMENTO DE SINDICATO (3)  TR LIBERDADE DE NÃO FILIAÇÃO A SINDICATO (3)  TR MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (5)  TR MANDATO CLASSISTA ( 8)  TR PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL (3)  TR REGISTRO (5)  TR TRABALHADOR (5)</p>	<p><b>342.64</b></p> <p><b>SINDICATO</b>  TR DELEGADO SINDICAL (5)  TR DIRIGENTE SINDICAL (5)  TR LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO (3)  TR LIBERDADE SINDICAL (3)  TR LÍDER SINDICAL (5)  TR ORGANIZAÇÃO PATRONAL (9)  TR REPRESENTANTE DOS TRABALHADORES (5)  TR REPRESENTANTE SINDICAL (5)  TR SINDICALISMO (7)</p>
<p><b>CDDir 342.6</b></p> <p><b>TRABALHADOR</b>  TR ACIDENTE DO TRABALHO (5)  TR ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL (5)  TR AVISO PRÉVIO (5)  TR CADASTRO NACIONAL DO TRABALHADOR (12)  TR CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) (11)  TR CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (13)  TR DESEMPREGO (13)  TR DIREITO DO TRABALHO (11)</p>	<p><b>CDDir 342.6</b></p> <p><b>TRABALHADOR</b>  TR CLASSE TRABALHADORA (2)</p>

TR DIREITO DE GREVE (11) TR DIREITO DO TRABALHADOR (11) TR EMPREGADO (2) TR ENTIDADE DE CLASSE (5) TR FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) (5) TR INDUSTRIÁRIO (1) TR JUSTIÇA DO TRABALHO (5) TR MÃO-DE-OBRA (2) TR NATUREZA TRABALHISTA (5) TR PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT) (12) TR SINDICATO (5) TR TRABALHO (11) TR VÍNCULO EMPREGATÍCIO (5)	
<b>CDDir 342.624</b>  <b>TRABALHO NOTURNO</b> TR REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NOTURNO (6) TR TRABALHO DIURNO (13)	<b>CDDir 342.624</b>  <b>TRABALHO NOTURNO</b> TR ADICIONAL DE SERVIÇO NOTURNO (6) TR DURAÇÃO DO TRABALHO (*)

**Figura 4** : Relações associativas analisadas no estudo de caso.

(\*) Relacionamento que não se encaixa em qualquer das opções oferecidas pela pesquisa.

Durante a análise, as relações entre os termos foram consideradas recíprocas, o que permitiu a inversão, quando necessário, da ordem na qual os conceitos foram apresentados na relação de categorias.

Exemplo (TJJF):

**TRABALHADOR** → Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)  
 TR ACIDENTE DO TRABALHO (5) → Ação, conceito ou processo

Relação de categorias:

5- Ação, Conceito ou Processo / Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)

A relação associativa entre os descritores foi analisada unilateralmente. Isto equivale a dizer que não se considerou as referências cruzadas na somatória final do trabalho. Uma vez analisada a relação entre A e B, não se computou a

análise inversa (B e A), pois tal procedimento iria oferecer um número superestimado do trabalho realizado.

Durante a análise, por vezes, observou-se a existência de relacionamentos entre descritores que não se encaixavam em qualquer uma das possibilidades listadas como sendo associativas.

Exemplo (VCB) :

**TRABALHO NOTURNO** (CDDir 342.624)

TR DURAÇÃO DO TRABALHO (CDDir 342.62)

Observação: A “Duração do Trabalho” compreende, dentre outros conceitos, o “Trabalho Noturno”, o que torna essa relação hierárquica e não, associativa. Também não é possível descrevê-la como relação partitiva, haja vista o “Trabalho Noturno” não se constituir uma parte da “Duração do Trabalho”. Se, ao invés do descritor “Duração do Trabalho” tivesse sido relacionado o descritor “Jornada de Trabalho” (CDDir 342.622) haveria, então, uma relação associativa de coordenação, ou seja, conceitos derivados de um mesmo TG.

Diante de tal constatação, não foi possível encontrar uma classe capaz de abrigar este relacionamento associativo, o que corroborou o problema apresentado por esta pesquisa - a ausência de delimitação de parâmetros. Optou-se, excepcionalmente, por não classificar este TR.

Situação semelhante ocorreu, ainda no VCB, com:

**FÉRIAS** (CDDir 342.625)

TR DURAÇÃO DO TRABALHO (CDDir 342.62)

À primeira vista, a opção mais plausível seria descrever este relacionamento como pertencendo à categoria nº 10 – “Conceito / Mecanismos de Medida”, como se as férias estivessem atreladas à medida da duração do trabalho, embora, de fato, isso não ocorra. Mais uma vez, não foi possível classificar tal relação associativa.

No TJJF também ocorreu situação similar com a relação a seguir:

**GREVE** (342.661 E 341.55261)

TR ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE TRABALHO (341.5526)

TR CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (341.5526)

Neste caso, porém, foi possível indicar a opção nº 1 – Coordenação, partindo da premissa que todos os três conceitos derivam de um maior: CRIME.

## **4.2 Discussão dos Resultados**

Primeiramente, registre-se que, durante a análise, foi possível observar que ambos os instrumentos – TJJF e VCB - buscaram cumprir a função de representar o conteúdo dos documentos através da sinalização de relações associativas entre os descritores, embora, em alguns casos, o VCB não tenha indicado TRs para determinados descritores, enquanto o TJJF assim o tenha feito. Exemplo: acordo coletivo de trabalho, convenção coletiva de trabalho e vínculo empregatício.

Essa constatação, aliada à indicação de dois relacionamentos hierárquicos como se fossem associativos (Duração do trabalho / Férias; Duração do trabalho / Trabalho noturno) e aos números, por vezes desiguais, que os tesouros, eventualmente, apontaram para um mesmo descritor, sugere um acentuado grau de subjetividade nesse processo, o que vem ao encontro do problema de pesquisa do presente trabalho.

Com o fito de verificar as características conceituais que compõem os vários tipos de relações associativas implementadas pelos tesouros jurídicos da Justiça Federal e do Senado Federal e a base teórica que os sustenta, foram analisados 204 (duzentos e quatro) TRs, que resultaram no quadro a seguir:

<b>TIPOS DE RELAÇÕES ASSOCIATIVAS</b>	<b>Nº DE OCORRÊNCIAS</b>
1- Coordenação (Conceitos derivados de um mesmo TG)	18
2- Quase-sinônimos	12
3- Ação, Coisa, Conceito, Processo ou Propriedade / Atributo, Princípio ou Propriedade	18
4- Ação, Coisa, Matéria-prima ou Processo / Aplicação, Produto ou Processo	35
5- Ação, Conceito ou Processo / Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)	31
6- Causa / Efeito	30
7- Coisa ou Conceito / Origem	04
8- Coisa ou Processo / Estado ou Local	07
9- Coisa ou Todo / Parte	04
10- Conceito / Mecanismos de medida	09
11- Disciplina, Campo de estudo ou Ocupação / Objeto ou fenômenos estudados ou aqueles que a praticam (Relação material)	08
12- Expressões ou Frases sincategoremáticas / Substantivos nelas incluídos	09
13- Oposição	17
Nenhuma das opções anteriores	02
<b>TOTAL</b>	<b>204</b>

**Figura 5:** Tipos de relações associativas detectadas no estudo de caso

Um primeiro exame permite afirmar que, de modo geral, os tesouros estudados encontram-se em sintonia com as recomendações da literatura e dos manuais acerca dos possíveis tipos de relacionamentos associativos existentes, pois, das 13 (treze) opções oferecidas pela pesquisa, **todas** encontraram acolhida no TJJF e VCB.

Também é possível apontar que, embora essas categorias/facetos sejam todas caracterizadas como relações associativas, elas constituem tipos tão peculiares que devem ser tratadas de modo distinto. Portanto, a avaliação dos resultados da presente pesquisa impõe uma abordagem segmentada, como a apresentada a seguir:

▪ **nº 1 – Coordenação (Conceitos derivados de um mesmo TG)**

Exemplo: DIREITO DO TRABALHO

**TR** DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Literatura: Cavalcanti (1978, p. 47 ) e Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106).

Estudo de caso: 18 (dezoito) ocorrências.

Durante a análise de cada relação associativa, buscou-se enquadrar os descritores na CDDir (4ª edição), de modo a visualizar seus lugares na estrutura do sistema de conceitos. Este procedimento permitiu reconhecer, de modo muito claro, aqueles derivados de um mesmo TG e demonstrou que este é um parâmetro fácil de ser identificado, quando se tem por base um sistema de classificação. Pelo fato de sinalizar relacionamentos associativos muito próximos, é um tipo previsível de TR, o que talvez justifique a relativa frequência com que ele tenha ocorrido na pesquisa.

▪ **nº 2 - Quase-sinônimos**

Exemplo: DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

**TR** ABONO ANUAL

Literatura: Aitchison & Gilchrist (1979, p. 54-55), Austin (1993, p.

50-55) e Cavalcanti (1978, p. 47).

Estudo de caso: 12 (doze) ocorrências.

Este parâmetro, bastante útil para solucionar problemas de nuances terminológicas, permite o enquadramento de conceitos que guardam estreita relação entre si, mas que não podem ser tratados como sinônimos (para estes, existem as relações de equivalência). Os tesouros analisados, pelo fato de contemplarem uma terminologia jurídica, que, como toda linguagem técnica, não permite equívocos conceituais, utilizaram com bastante propriedade esse parâmetro, demonstrando a importância desse tipo de recurso.

▪ **nº 3 - Ação, Coisa, Conceito, Processo ou Propriedade / Atributo, Princípio ou Propriedade**

Exemplo:           CONTRATO DE TRABALHO       (Processo)  
                          TR SUBORDINAÇÃO           (Princípio)

Literatura:       Aitchison & Gilchrist (1979, p. 54-55), ANSI/NISO  
                          Z39.19 (2003, p. 20), Austin (1993, p. 50-55), Currás  
                          (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106), Gomes (1984, p.  
                          32-35), Hutchins (1975, p. 46) e Lancaster (1986, p. 46-  
                          47).

Estudo de caso: 18 (dezoito) ocorrências.

Este é um parâmetro cuja amplitude demanda uma análise cautelosa. É preciso lembrar que a área do Direito trabalha com um número muito grande de conceitos regidos por “Princípios”. Muito provavelmente, se analisada outra área do conhecimento humano ou se essa faceta não tivesse sido acrescentada pela autora da pesquisa, o número de ocorrências nessa opção tivesse sido menor. Trata-se, entretanto, de um categoria relevante para a identificação dos conceitos, pois, além de figurar na relação de sete entre os oito autores/normas estudados, as facetas “Atributo” e “Propriedade” têm sido amplamente utilizadas pelas ontologias .

▪ **nº 4 – Ação, Coisa, Matéria-prima ou Processo / Aplicação, Produto ou Processo**

Exemplo: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA (Processo)  
TR SENTENÇA NORMATIVA (Produto)

Literatura: Aitchison & Gilchrist (1979, p. 54-55), ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106), Hutchins (1975, p. 46) e Lancaster (1986, p. 46-47).

Estudo de caso: 35 (trinta e cinco) ocorrências.

Também um parâmetro amplo, esta opção deveu o seu alto número de ocorrências, essencialmente, à faceta “Processo”. Mais uma vez, interpreta-se tal fato como característico da área jurídica, posto que se trata de um ângulo abordado, de forma reiterada, por esses conceitos. Via oposta, não é usual, no Direito, a utilização de conceitos que explicitam suas aplicações ou que resultem em produtos. De qualquer modo, tal constatação não minimiza a pertinência das demais facetas desta categoria, visto que os parâmetros analisados nesta pesquisa devem objetivar aplicações em qualquer área do conhecimento humano.

▪ **nº 5 – Ação, Conceito ou Processo / Agente (Instrumento) ou Paciente (Alvo)**

Exemplo: ARBITRAGEM (DIREITO DO TRABALHO) (Processo)  
TR ÁRBITRO (DIREITO) (Agente)

Literatura: Aitchison e Gilchrist (1979, p. 54-55), ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), Austin (1993, p. 50-55), Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106), Gomes (1984, p. 32-35), Hutchins (1975, p. 46) e Lancaster (1986, p. 46-47).

Estudo de caso: 31 (trinta e uma) ocorrências.

De fácil aplicação e identificação, esta categoria constou do rol de todos os autores estudados e ocorreu em um número significativo de TRs, demonstrando

sua importância no processo de estabelecimento das relações associativas. Saliente-se que, em qualquer área do conhecimento humano, não é raro o relacionamento semântico no qual conceitos que representam instrumento ou alvo figuram como parte.

▪ **nº 6 – Causa / Efeito**

<u>Exemplo:</u>	SALÁRIO	(Efeito)
	TR TRABALHO	(Causa)
<u>Literatura:</u>	ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), Austin (1993, p. 50-55), Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106), Gomes (1984, p. 32-35), Hutchins (1975, p. 46) e Lancaster (1986, p. 46-47).	

Estudo de caso: 30 (trinta) ocorrências.

A dependência causal entre descritores foi detectada com facilidade nos tesouros estudados e representou um parâmetro com larga demanda. Depreende-se da pesquisa, que se trata de um relacionamento associativo típico, pois quando se analisa um conceito, automaticamente, se vislumbra a causa ou o efeito provocado pelo mesmo. Desse modo, impossível dissociar essa relação.

▪ **nº 7 - Coisa ou Conceito / Origem**

<u>Exemplo:</u>	PROCESSO TRABALHISTA	(Processo)
	TR RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	(Origem)
<u>Literatura:</u>	Austin (1993, p. 50-55), Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106) e Gomes (1984, p. 32-35).	

Estudo de caso: 04 (quatro) ocorrências.

Esta opção foi pouco requisitada durante a pesquisa, porém tal comprovação não sugere, necessariamente, que esse critério seja menos significativo que os demais. A explicação para o pequeno número de ocorrências reside no fato da área do Direito do Trabalho não conter muitos conceitos cujo

relacionamento com a “Origem” sejam relevantes a ponto de indicar essa associação, porém o inverso pode ocorrer em outras áreas do conhecimento humano.

▪ **nº 8 - Coisa ou Processo / Estado ou Local**

Exemplo: ACIDENTE DO TRABALHO (Processo)

TR VARA DE ACIDENTES DO TRABALHO (Local)

Literatura: Hutchins (1975, p. 46)

Estudo de caso: 07 (sete) ocorrências.

Este critério, apesar de recomendado apenas por Hutchins, constou da pesquisa pelo fato de abordar duas facetas muito peculiares – estado e local, que não comportam sua inserção nas demais categorias. Trata-se de uma abordagem única e essencial, o que justifica sua necessidade, embora uma análise superficial do pequeno número de ocorrências possa sugerir o contrário.

▪ **nº 9 - Coisa ou Todo / Parte**

Exemplo: DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO (Parte)

TR OBRIGAÇÕES DO EMPREGADOR (Todo)

Literatura: Aitchison e Gilchrist (1979, p. 54-55), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106) e Lancaster (1986, p. 46-47).

Estudo de caso: 04 (quatro) ocorrências.

O relacionamento todo/parte é controverso na literatura, pois, ora se apresenta como pertencente à categoria das relações hierárquicas, ora, das associativas. Diante de tal impasse, esta pesquisa optou por considerá-lo um tipo de relação associativa por entender que essa inclusão não causaria qualquer prejuízo à investigação, mas que sua ausência poderia comprometer o resultado do trabalho. Observou-se, contudo, que, assim como no caso da opção nº 4, a literatura da área do Direito não contempla muitos conceitos que remetam a esse tipo de

relacionamento. Ressalte-se, mais uma vez, que, embora este parâmetro não tenha sido explorado de modo significativo no estudo de caso em questão, seria precipitado concluir pela sua pertinência ou não enquanto referencial de TR, haja vista que os dados não são conclusivos o bastante para embasar qualquer afirmativa.

▪ **nº 10 – Conceito / Mecanismos de medida**

Exemplo: JORNADA DE TRABALHO (Conceito)  
 TR OITO HORAS DIÁRIAS (Mecanismo de medida)

Literatura: ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20).

Estudo de caso: 09 (nove) ocorrências.

A faceta “Mecanismos de medida”, à primeira vista tão apropriada para a área das Ciências Puras e Aplicadas, encontrou no Direito uma interpretação mais elástica, pois, algumas vezes, também significou período, espaço temporal e carga horária. Portanto, este critério, tão peculiar, merece ser considerado, quando se atenta que vários são os conceitos, em qualquer área do conhecimento humano, que se relacionam tendo por base dimensões de qualquer natureza.

▪ **nº 11 – Disciplina, Campo de estudo ou Ocupação / Objeto ou fenômenos estudados ou aqueles que a praticam (Relação material)**

Exemplo: GREVE (Fenômeno estudado)  
 TR DIREITO DE GREVE (Disciplina)

Literatura: ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), Austin (1993, p. 50-55), Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106) e Gomes (1984, p. 32-35).

Estudo de caso: 08 (oito) ocorrências.

Parâmetro de fácil identificação e aplicação, embora não tenha resultado em um número expressivo de ocorrências no estudo de caso, deve ter seu

valor reconhecido por indicar um tipo de relacionamento associativo pontual, passível de ocorrer em todos os campos do conhecimento humano.

▪ **nº 12 - Expressões ou Frases sincategoremáticas / Substantivos nelas incluídos**

Exemplo: ÔNUS DA PROVA

**TR PROVA EMPRESTADA**

Literatura: ANSI/NISO Z39.19 (2003, p. 20), Austin (1993, p. 50-55) e Gomes (1984, p. 32-35).

Estudo de caso: 10 (dez) ocorrências.

Este tipo de relacionamento associativo demonstrou merecer cuidado quando da sua implementação, pois, em alguns momentos da pesquisa, indicou relações associativas entre termos que não justificavam esse tipo de vínculo. Seu critério, mais terminológico do que conceitual, também permitiu que TRs cujo critério adotado para a sua fixação não estivesse suficientemente claro, pudessem ser ali inseridos.

▪ **nº 13 – Oposição**

Exemplo: SINDICATO

**TR ATENTADO CONTRA A LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO**

Literatura: Cavalcanti (1978, p. 47), Currás (1995, p. 155-159 e 1998, p. 103-106) e Lancaster (1986, p. 46-47).

Estudo de caso: 17 (dezesete) ocorrências.

A oposição entre os conceitos implementa um tipo de TR único - pois que não há qualquer outro que lhe possa substituir- e de fácil identificação. Por se constituir um tipo característico de relacionamento associativo, resultante de um tipo de raciocínio muito freqüente da parte dos usuários da informação, ele é de grande utilidade para os tesouros.

### 4.3 Considerações finais

Observa-se a existência de uma dicotomia entre a necessidade de se estabelecer normas que padronizem o processo de indexação e a carga cultural e, portanto, subjetiva, que compõe a estrutura cognitiva do profissional responsável por esse processo.

É fato que a ciência, de caráter impessoal, para ser validada, requer critérios sólidos e bem definidos, que resistam, pelo menos por algum tempo, às argumentações. Mas também é verídico que todo procedimento humano é impregnado de pessoalidade. Diante deste dilema, a indexação, assim como todos os demais processos, busca encontrar o ponto de equilíbrio capaz de conceder à ciência os parâmetros necessários à sua existência e, ao mesmo tempo, permitir a manifestação da carga subjetiva de cada indivíduo.

Desse modo, a proposta deste trabalho de pesquisa – identificar as características conceituais que permitam delimitar as relações associativas dos tesouros – defende que, embora não se possa negar a existência das impressões pessoais durante o estabelecimento dessas relações, é imprescindível que os critérios norteadores desse processo sejam claros e precisos o suficiente para evitar que esse tipo de relacionamento seja definido superficialmente, por exclusão ou negação (se não é relação de equivalência, nem relação hierárquica, é associativa).

Os tesouros, com suas possibilidades semânticas, têm sido alvo da atenção dos estudiosos das áreas da Arquitetura e da Recuperação da Informação, que se debatem à procura de mecanismos que possibilitem maior grau de precisão nas respostas às demandas dos usuários. Porém, para que esses instrumentos possam constituir-se fontes fidedignas para os pesquisadores, eles necessitam apresentar rigor científico em todos os seus aspectos.

As relações associativas abarcam em seu bojo uma variada gama de relacionamentos reconhecidos pela literatura da área, e que, embora tenham a função de indicar termos que ampliem o escopo da pesquisa, possuem natureza diversa. Necessário, pois, investigar as possibilidades de desmembramento desse tipo de relação, de modo a fornecer-lhe uma identidade própria, e,

conseqüentemente, uma aplicação mais adequada, o que conduzirá ao fortalecimento e melhor aproveitamento dos tesouros.

O estudo de caso proposto pela presente pesquisa, que selecionou e analisou descritores de dois tesouros jurídicos - TJJF e VCB – de modo a reconhecer a identidade das relações associativas, demonstrou ser possível desmembrar os indicadores TR.

Os 32 (trinta e dois) tipos de relações associativas apregoados pela literatura e pelos manuais foram condensados em 13 (treze) parâmetros, cuidando-se para que não houvesse qualquer tipo de omissão, e, a partir desse novo rol, foram analisados 204 (duzentos e quatro) relacionamentos associativos e observadas suas distintas características.

Embora o presente trabalho reflita uma situação específica, própria do estudo de caso, ele aponta para a possibilidade de uma melhor explicitação das relações associativas, através da identificação e desmembramento dos seus vários tipos.

A partir desta constatação, três reflexões se apresentam:

- quais os possíveis tipos de relações associativas,
- quais as suas nomenclaturas, e
- como indicá-las.

Com relação aos possíveis tipos de relações associativas, é preciso destacar que, muito embora esta questão tenha sido abordada pelo atual estudo, ela ainda demanda estudos criteriosos, pelo fato de existir um grande número de categorias e facetas a serem observadas e estas se mostrarem, por vezes, excludentes, em outros momentos, passíveis de fusões etc.

Quanto à nomenclatura, também haverá necessidade de investigações específicas para discutir o assunto, pois esta deverá refletir, de forma inequívoca, os conceitos que compõem cada tipo de associação.

No que concerne à forma de indicá-las, ou seja, às siglas que correspondam à nomenclatura, embora este tema também deva ser alvo de outras pesquisas, é possível vislumbrar a necessidade de substituição da atual TR por outras mais específicas.

Com relação a essa proposta, duas seriam as possibilidades mais viáveis:

- Manter a sigla TR, acrescentando uma terceira letra que especificasse o tipo de relação associativa.

Exemplo:

**TRO** - RELAÇÃO ASSOCIATIVA DE OPOSIÇÃO

**TRC** - RELAÇÃO ASSOCIATIVA DE COORDENAÇÃO

- Suprimir o R e substituí-lo pela letra indicativa da especificidade.

Exemplo:

**TO** - RELAÇÃO ASSOCIATIVA DE OPOSIÇÃO

**TC** - RELAÇÃO ASSOCIATIVA DE COORDENAÇÃO

O presente trabalho de pesquisa, ao expor o problema da identificação das características conceituais capazes de delimitar as relações associativas nos tesouros, pretendeu alertar os profissionais da informação para um campo de estudo que ainda demanda reflexões e contribuições. Portanto, sem qualquer intenção de esgotar o assunto, opina pela realização de outras investigações que busquem lançar novas luzes sobre o tema, de modo a contribuir para o fortalecimento dos princípios do tesouro, tendo em vista sua inquestionável utilidade para os sistemas de representação semântica do conhecimento.

Nesse sentido sugere:

1) A aplicação da metodologia da atual pesquisa em tesouros de outras áreas e a investigação de outras possibilidades de agrupamento conceitual para as categorias e facetas, a fim de comparar os resultados e, desta forma, oferecer maior consistência ao discurso das características conceituais que compõem as relações associativas;

2) A realização de estudos voltados para a definição e atribuição de nomenclaturas e siglas específicas destinadas aos vários tipos de relações associativas.

## Referências

AITCHISON, Jean; GILCHRIST, Alan. **Manual para construção de tesouros**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979. 142p.

ALVARENGA, Lídia. A teoria do conceito revisitada em conexão com ontologias e metadados no contexto das bibliotecas tradicionais e digitais. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

\_\_\_\_\_. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaços digitais. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 15 fev. 2005.

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2003**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual thesauri. Disponível em: <http://www.niso.org/standards/balloting.html>>. Acesso em: 15 set. 2005.

ANDRETA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a Classificação Decimal de Direito. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica**. Brasília: Thesaurus, 2004. P. 79-124.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica**: introdução à análise e indexação de atos legais. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

AUSTIN, D. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngües**. Brasília: IBICT/Senai, 1993. 86p.

BATISTA, Gilda Helena Rocha. Redes de conceitos. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2004.

BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida. Semântica e cognição em bases de conhecimento: do vocabulário controlado à ontologia. **DataGramZero - Revista de**

**Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, out. 2001. Disponível em:  
<<http://www.google.com.br>>. Acesso em 15 fev. 2005.

BRÄSCHER, Marisa. **Curso de elaboração de tesouros**. Brasília, 1999. Apostila.  
\_\_\_\_\_. Trabalho apresentado à disciplina taxonomia, tesouros e ontologias do  
Mestrado em Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2005.

BRASIL. Congresso. Senado. Secretaria de Biblioteca. Grupo de Estudo do Tesouro  
da RBVI. **Elaboração do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso  
Nacional – RVBI: um esboço metodológico**. 2005. 15p. Disponível em:  
<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca>. Acesso em: 13 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Manual de elaboração do tesouro da RVBI**. 2005. 29p. Disponível em:  
<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca>. Acesso em: 13 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Projeto do tesouro da RVBI**. 2004. 12p. Disponível em:  
<http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca>. Acesso em: 13 dez. 2005.

BUENO, Tânia C. D'Agostini. **Recuperação da informação jurídica: uma  
abordagem baseada em casos**. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>.  
Acesso em: 12 dez. 2004.

CABRÉ, m. Teresa. **La terminología: teoría, metodología, aplicaciones**. Barcelona:  
Ed. Antártida : Empúries, 1993. 529p.

CAVALCANTI, Cordelia Robalinho. **Indexação e tesouro: metodologia e técnicas**.  
Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978. 87p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São  
Paulo: Prentice Hall, 2002. 209p.

CINTRA, Anna Maria Marques. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT,  
J.W. (org.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. P.  
28-35.

\_\_\_\_\_. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl.  
São Paulo: Polis, 2002. 96p.

CUNHA, I.M.F. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: EDUSP, 1990.

CURRÁS, Emilia. **Tesauros**: linguagens terminológicas. Brasília: IBICT, 1995. 286p.

\_\_\_\_\_. **Tesauros**: manual de construcción y uso. Madri: Kaher, 1998. 209p.

DAHLBERG, Ingetraut. Fundamentos teórico-conceituais da classificação. **R. Bibliotecon. Brasília**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun.1978a.

\_\_\_\_\_. Teoria da classificação, ontem e hoje. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE CLASSIFICAÇÃO BIBLIOGRÁFICA, 1972, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: IBICT/ABDF, 1979. v.1, p. 352-370.

\_\_\_\_\_. Teoria do conceito. **Ci. Inf.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978b.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 4. ed. São Paulo: LTr, 2005. 1471p.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 119p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004. 2120p.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono, 1973. 437p.

GINEZ DE LARA, Marilda Lopez. **A representação documentária**: em jogo a significação. São Paulo, 1993. 133f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio/ago. 2004.

GOMES, Hagar Espanha. **Classificação, tesouro e terminologia: fundamentos comuns**. 1996. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 17 ago. 2004.

\_\_\_\_\_ (Coord.). **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: IBICT, 1984. 70p.

\_\_\_\_\_ (Org.). **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990. 78p.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Tesouro e normalização terminológica: o termo como base para intercâmbio de informações. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 08 mar. 2005.

GUARIDO, Maura Duarte Moreira. **Coordenação e subordinação de conceitos em sistemas decimais de classificação: um estudo de aplicação da lógica na CDD e NLM**. Marília, 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A recuperação temática da informação. **Rev. Bras. Bibliotecon. e Doc.**, São Paulo, v. 16, n. 3-4 p. 112-130, jan./dez. 1990.

GUSMÃO, Heloisa Rios. **Tesouros: análise e utilização**. Niterói: CEUFF, 1985. 126p.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 2922p.

HUTCHINS, W.J. **Languages of indexing and classification: a linguistic study of structures and functions**. Stevenage: Herts: Peter Peregrinus, 1975. 148p. (Librarianship and information studies, 3)

INTERNATIONAL FEDERATION LIBRARY ASSOCIATION. **Guidelines for multilingual thesauri**. 2005. Disponível em: <<http://www.ifla.org/VII/s29/pubs/Draft-multilingualthesauri.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2005.

LANCASTER, F. Wilfred. **Construção e uso de tesouros: curso condensado**. Brasília: IBICT, 1987. 114p.

\_\_\_\_\_. **Indexação e resumos: teoria e prática.** 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004. 452p.

\_\_\_\_\_. **Vocabulary control for information retrieval.** 2. ed. Washington, D.C.: Information Resources, 1986. 233p.

LEITE, Francisco Carlos Trindade. **Aspectos de consistência metodológica em estudos de caso.** Campo Grande: UNIDERP, 2004. 17p.

MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio de. A ambigüidade na recuperação da informação. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 1, fev. 2002. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lídia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **DataGramZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, dez. 2004. Disponível em: <<http://www.dgz.org.br>>. Acesso em: 21 jan. 2005.

MOTTA, Dilza Fonseca da. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros.** Rio de Janeiro, 1986. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho.** 31. ed. São Paulo: LTr, 2005. 748p.

OLIVEIRA, Elaine Ricevich Bastos de; JAEGGER, Fátima. **Gerenciamento da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI.** 2005. 15p. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/biblioteca>. Acesso em: 13 dez. 2005.

PEREIRA, Andresa Assis de Carvalho. Representação documentária de informação legislativa. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação jurídica.** Brasília: Thesaurus, 2004. P. 153-172.

PIEIDADE, M. A. R. **Introdução à teoria da classificação.** 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito.** 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 418p.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 24. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004. 1501p.

SILVEIRA, Maria de Lourdes da. **Recuperação vertical da informação: um estudo de caso na área jurídica**. Belo Horizonte, 2003. 114p. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SOERGEL, Dagobert. **Indexing languages and thesauri: construction and maintenance**. Los Angeles: Melville, 1974.

\_\_\_\_\_. **The art and architecture thesaurus (AAT): a critical appraisal**. Visual Resource, v. 10, n. 4, p. 369-400.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004.

TUDHOPE, Douglas; ALANI, Harith; JONES, Christopher. Augmenting thesaurus relationships: possibility for retrieval. **Journal of Digital Information**, v. 1, n. 8, 5 feb. 2001. Disponível em: <<http://www.jodi.ecs.soton.ac.uk>>. Acesso em: 25 out. 2005.

VICKERY, B.C. **Classification and indexing in science**. 3.ed. London: Butterworth, 1975. 228p.

\_\_\_\_\_. **Faceted classification: a guide to the construction and use of special schemes**. London: Aslib, 1960. 70p.

ZAVITOSKI, Maria Teresa. **Exploração do uso do tesouro como instrumento de recuperação da informação**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

## **ANEXOS**

## ANEXO A

### NOTAÇÕES ALFABÉTICAS UTILIZADAS PARA DESIGNAR AS RELAÇÕES ENTRE OS TERMOS DOS TESAUROS.

<b>PORTUGUÊS</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>INGLÊS</b>
<b>NA</b>	Nota de Aplicação	<b>SN</b>
<b>USE</b>	Descritor (termo preferido)	<b>USE</b>
<b>UP</b>	Equivalente (termo não preferido)	<b>UF</b>
<b>TGM</b>	Termo Genérico Maior (a classe mais ampla à qual pertence o termo específico)	<b>TT</b>
<b>TG</b>	Termo Genérico	<b>BT</b>
<b>TG</b>	Termo Genérico (genérico)	<b>BTG</b>
<b>TGP</b>	Termo Genérico Partitivo	<b>BTP</b>
<b>TE</b>	Termo Específico	<b>NT</b>
<b>TE</b>	Termo Específico (genérico)	<b>NTG</b>
<b>TEP</b>	Termo Específico Partitivo	<b>NTP</b>
<b>TR</b>	Termo Relacionado	<b>RT</b>

Fonte: Currás, 1995, p. 108.

## ANEXO B

### NOTAÇÕES SIMBÓLICAS UTILIZADAS PARA DESIGNAR AS RELAÇÕES ENTRE OS TERMOS DOS TESAUROS.

SÍMBOLO	SIGNIFICADO
	<b>Relação de equivalência</b>
	Descritor (termo preferido)
=	Equivalente (termo não preferido)
	<b>Relação hierárquica</b>
<	Termo Genérico
>	Termo Específico
-<	Termo Genérico Partitivo
<-	Termo Específico Partitivo
	<b>Relação associativa</b>
-	Símbolo que precede ao termo relacionado
+	Coloca-se entre os termos para indicar que devem ser utilizados separadamente

Fonte: Currás, 1995, p. 109.

## ANEXO C

### TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL RELAÇÃO DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DA ÁREA DO DIREITO

#### **DAD - DIREITO ADMINISTRATIVO**

- DAA - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
- DAD1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
- DAD2 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- DAD3 - PODERES ADMINISTRATIVOS
- DAD4 - ATOS ADMINISTRATIVOS
- DAD5 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
- DAD6 - SERVIÇOS PÚBLICOS
- DAD7 - FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS
- DAD8 - RESPONSABILIDADE CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- DAD9 - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- DAD10 - PROCESSO ADMINISTRATIVO
- DAD11 - DOMÍNIO PÚBLICO
- DAD12 - INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE
- DAD13 - ATUAÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO
- DAD14 - TRÂNSITO
- DAD15 - TELECOMUNICAÇÕES, ENERGIA E SERVIÇOS POSTAIS

#### **DAM - DIREITO AMBIENTAL**

- DAM1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO AMBIENTAL
- DAM2 - RECURSOS NATURAIS
- DAM3 - ECOSISTEMAS
- DAM4 - CRIME AMBIENTAL
- DAM5 - TUTELA JURISDICIONAL DO MEIO AMBIENTE
- DAM6 - DANO AMBIENTAL
- DAM7 - BIODIVERSIDADE

#### **DCOM - DIREITO COMERCIAL**

- DCOM1 - ATIVIDADE COMERCIAL
- DCOM2 - LIVRE INICIATIVA
- DCOM3 - REGISTRO DE EMPRESA
- DCOM4 - LIVROS COMERCIAIS
- DCOM5 - ESTABELECIMENTO COMERCIAL
- DCOM6 - NOME EMPRESARIAL
- DCOM7 - EMPRESÁRIO
- DCOM8 - SOCIEDADE COMERCIAL
- DCOM9 - TÍTULOS DE CRÉDITO
- DCOM10 - FALÊNCIA
- DCOM11 - CONCORDATA
- DCOM12 - LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

#### **DCS - DIREITO DO CONSUMIDOR**

- DCS1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO DO CONSUMIDOR
- DCS2 - RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO
- DCS3 - RESPONSABILIDADE PELO VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO
- DCS4 - DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO
- DCS5 - PRÁTICAS COMERCIAIS
- DCS6 - PROTEÇÃO CONTRATUAL DO CONSUMIDOR
- DCS7 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
- DCS8 - INFRAÇÕES PENAS
- DCS9 - DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO
- DCS10 - CONVENÇÃO COLETIVA DE CONSUMO

**DCT - DIREITO CONSTITUCIONAL**

- DCT1 - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
- DCT2 - DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS
- DCT3 - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
- DCT4 - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
- DCT5 - DEFESA DO ESTADO E AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS
- DCT6 - TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO
- DCT7 - ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA
- DCT8 - ORDEM SOCIAL
- DCT9 - DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS
- DCT10 - ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

**DCV - DIREITO CIVIL**

- DCV1 - PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO CIVIL
- DCV2 - PESSOAS
- DCV3 - DOMICÍLIO
- DCV4 - BENS
- DCV5 - FATO, ATO E NEGÓCIO JURÍDICO
- DCV6 - PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA
- DCV7 - OBRIGAÇÕES
- DCV8 - CONTRATOS
- DCV9 - COISAS
- DCV10 - FAMÍLIA
- DCV11 - SUCESSÕES
- DCV12 - RESPONSABILIDADE CIVIL
- DCV13 - DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
- DCV14 - DIREITO AGRÁRIO
- DCV15 - REGISTROS PÚBLICOS

**DEF - DIREITO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

- DEF1 - PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FINANCEIROS
- DEF2 - DESPESA E RECEITA PÚBLICA
- DEF3 - ORÇAMENTO
- DEF4 - CRÉDITO PÚBLICO
- DEF5 - DÍVIDA PÚBLICA
- DEF6 - PRINCÍPIOS DE DIREITO ECONÔMICO
- DEF7 - INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA
- DEF8 - CONCORRÊNCIA
- DEF9 - ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL
- DEF10 - DIREITO PENAL ECONÔMICO
- DEF11 - CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO

**DET - DIREITO ELEITORAL**

- DET1 - ÓRGÃOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
- DET2 - ALISTAMENTO
- DET3 - PROCESSO ELEITORAL
- DET4 - GARANTIAS ELEITORAIS
- DET5 - PROPAGANDA PARTIDÁRIA
- DET6 - RECURSOS
- DET7 - CRIMES ELEITORAIS
- DET8 - PARTIDOS POLÍTICOS

**DIP - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO**

- DIP1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO
- DIP2 - DAS PESSOAS
- DIP3 - DAS COISAS
- DIP4 - DAS OBRIGAÇÕES
- DIP5 - DAS SUCESSÕES
- DIP6 - DIREITO COMERCIAL INTERNACIONAL
- DIP7 - DIREITO PROCESSUAL INTERNACIONAL

DIP8 - ATOS INTERNACIONAIS

DIP9 - DIREITO DE FAMÍLIA

**DM - DIREITO MARÍTIMO**

DM1 - EMBARCAÇÕES

DM2 - PERSONAGENS DO DIREITO MARÍTIMO

DM3 - PROFISSIONAIS DA NAVEGAÇÃO

DM4 - CONTRATOS MARÍTIMOS

DM5 - ACIDENTES E FATOS DA NAVEGAÇÃO

DM6 - TRIBUNAL MARÍTIMO

**DPB - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

DPB1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

DPB2 - ACORDOS E COSTUMES INTERNACIONAIS

DPB3 - PERSONALIDADE INTERNACIONAL

DPB4 - ESTRANGEIRO

DPB5 - DOMÍNIO PÚBLICO INTERNACIONAL

DPB6 - PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

DPB7 - SUCESSÃO DE ESTADOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

DPB8 - RELAÇÕES JURÍDICAS INTERNACIONAIS

**DPC - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

DPC1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO

DPC2 - JURISDIÇÃO E AÇÃO

DPC3 - PARTES E PROCURADORES

DPC4 - ÓRGÃOS JUDICIÁRIOS E AUXILIARES DE JUSTIÇA

DPC5 - ATOS PROCESSUAIS

DPC6 - FORMATAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

DPC7 - PROCEDIMENTOS

DPC8 - RECURSOS

DPC9 - EXECUÇÃO

DPC10 - PROCESSO CAUTELAR

DPC11 - MANDADO DE SEGURANÇA

DPC12 - AÇÃO CIVIL PÚBLICA

DPC13 - AÇÃO POPULAR

DPC14 - AÇÕES POSSESSÓRIAS

DPC15 - AÇÕES DE ALIMENTOS

DPC16 - DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO

DPC17 - AÇÃO MONITÓRIA

DPC18 - JUIZADOS ESPECIAIS

DPC19 – ARBITRAGEM

**DPN - DIREITO PENAL**

DPN1 - APLICAÇÃO DA LEI PENAL

DPN2 - CRIME

DPN3 - IMPUTABILIDADE PENAL

DPN4 - CONCURSO

DPN5 - PENAS

DPN6 - MEDIDAS DE SEGURANÇA

DPN7 - AÇÃO PENAL

DPN8 - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

DPN9 - CRIMES CONTRA A PESSOA

DPN10 - CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

DPN11 - CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

DPN12 - CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

DPN13 - CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

DPN14 - CRIMES CONTRA OS COSTUMES

DPN15 - CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

DPN16 - CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA  
DPN17 - CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA  
DPN18 - CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA  
DPN19 - CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM GERAL  
DPN20 - CONTRAVENÇÕES PENAIS

**DPP - DIREITO PROCESSUAL PENAL**

DPP1 - PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO PENAL  
DPP2 - APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL PENAL  
DPP3 - INQUÉRITO POLICIAL  
DPP4 - AÇÃO PENAL (DIREITO PROCESSUAL PENAL)  
DPP5 - AÇÃO CIVIL EX DELITO  
DPP6 - COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO  
DPP7 - QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES  
DPP8 - PROVA  
DPP9 - SUJEITOS PROCESSUAIS E AUXILIARES DA JUSTIÇA  
DPP10 - PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA  
DPP11 - CITAÇÕES E INTIMAÇÕES  
DPP12 - APLICAÇÃO PROVISÓRIA DE INTERDIÇÃO DE DIREITOS E MEDIDAS DE  
SEGURANÇA  
DPP13 - PROCESSO COMUM  
DPP14 - PROCESSOS ESPECIAIS  
DPP15 - SENTENÇA  
DPP16 - NULIDADES  
DPP17 - RECURSOS CRIMINAIS  
DPP18 - RELAÇÕES JURISDICIONAIS INTERNACIONAIS  
DPP19 - PRAZOS  
DPP20 - EXECUÇÃO PENAL  
DPP21 - JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS

**DPV - DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

DPV1 - SEGURIDADE SOCIAL  
DPV2 - CUSTEIO  
DPV3 - BENEFÍCIOS  
DPV4 - PRINCÍPIOS BÁSICOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL  
DPV5 - PREVIDÊNCIA PRIVADA  
DPV6 - ILÍCITOS PREVIDENCIÁRIOS

**DTR - DIREITO TRIBUTÁRIO**

DTR1 - SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL  
DTR2 - COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA  
DTR3 - IMPOSTOS  
DTR4 - TAXAS  
DTR5 - TARIFAS  
DTR6 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA  
DTR7 - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL  
DTR8 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO  
DTR9 - OUTROS TRIBUTOS  
DTR10 - DISTRIBUIÇÃO DE RECEITA TRIBUTÁRIA  
DTR11 - LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**PIN - PROPRIEDADE INTELECTUAL**

PIN1 - DIREITO AUTORAL  
PIN2 - PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
PIN3 - SOFTWARE  
PIN4 - CULTIVARES

---

## ANEXO D

### TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL TRECHO DA LISTA ALFABÉTICA ESTRUTURADA

#### **AB-ROGAÇÃO**

TG1 REVOGAÇÃO  
TR DERROGAÇÃO  
CAT [DCV](#)/DCV1,[DTR](#)/DTR11

#### **ABALO DE CRÉDITO**

TR CRIME DE IMPRENSA  
TR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA  
CAT [DPN](#)/DPN23

#### **ABALROAMENTO**

TR ACIDENTE  
CAT [DM](#)/DM5

#### **ABANDONO COLETIVO DE TRABALHO**

TG1 CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO  
TG2 CRIME  
TG3 DELITO  
TR PARALISAÇÃO DE TRABALHO  
TR SERVIÇO DE INTERESSE COLETIVO  
CAT [DPN](#)/DPN12

#### **ABANDONO DA CAUSA**

TR EXTINÇÃO DO PROCESSO  
CAT [DPC](#)/DPC6

#### **ABANDONO DE ANIMAL EM PROPRIEDADE ALHEIA**

TG1 CRIME DE DANO  
TG2 CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO  
TG3 CRIME  
TG4 DELITO  
TR ANIMAL  
TR INTRODUÇÃO DE ANIMAL EM PROPRIEDADE ALHEIA  
CAT [DPN](#)/DPN10

**ANEXO E****TESAURO JURÍDICO DA JUSTIÇA FEDERAL  
TRECHO DA LISTA ALFABÉTICA DE MODIFICADORES**

ABERTURA

ABRANGÊNCIA

ABSTENÇÃO

ACEITAÇÃO

ACESSO

ACOMPANHAMENTO

ACRÉSCIMO

ACUMULAÇÃO

ADEQUAÇÃO

ADIAMENTO

ADIANTAMENTO

ADMISSIBILIDADE

AGRAVAÇÃO

ALEGAÇÃO

ALTERAÇÃO

ÂMBITO

ANEXAÇÃO

ANTECIPAÇÃO

ANTERIORIDADE

APLICAÇÃO

APRECIÇÃO

APRESENTAÇÃO

APROVAÇÃO

APURAÇÃO

APURAÇÃO

ASSESSORAMENTO